

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

**Segregação e Acesso a Políticas Públicas  
no Município de São Paulo**

**Renata Mirandola Bichir**

**Dissertação apresentada ao  
Departamento de Ciência Política  
da Faculdade de Filosofia, Letras e  
Ciências Humanas para obtenção  
do título de mestre em Ciência  
Política.**

**Orientador: Prof. Dr. Eduardo Cesar Marques**

**São Paulo, 2006.**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

**Segregação e Acesso a Políticas Públicas  
no Município de São Paulo**

**Renata Mirandola Bichir**

**São Paulo, 2006.**



*Aos meus pais, Aluisio e Cristina.*

## Agradecimentos

Muitas pessoas contribuíram direta ou indiretamente para o desenvolvimento dessa dissertação.

Em primeiro lugar, agradeço ao CNPq pela bolsa concedida, que permitiu a minha dedicação a essa pesquisa. Também sou grata ao apoio dos funcionários da secretaria do Departamento de Ciência Política da USP, em especial a Vivian.

Essa dissertação não teria sido possível sem a utilização de dados gerados no âmbito do Centro de Estudos da Metrópole (CEM-CEBRAP), em especial o survey de acesso da população mais pobre de São Paulo a serviços públicos. Agradeço a oportunidade de ter participado intensamente na elaboração e análise desse survey, bem como a possibilidade de utilização dos dados. Nesse sentido, agradeço especialmente a Haroldo Torres e Argelina Figueiredo, que contribuíram de maneira decisiva para a minha formação nesses últimos anos.

Ao Haroldo, gostaria de agradecer por me oferecer desafios e acreditar que eu era capaz de superá-los, por ter me acompanhado de perto ao longo dessa pesquisa, sempre me estimulando a ir mais longe. Sua participação na qualificação foi essencial para o aprimoramento dessa dissertação. Gostaria ainda de agradecer a ele a oportunidade de participar da “Conference on spatial differentiation and governance in the Americas”, realizada no Texas, que foi de grande importância para o desenvolvimento desse trabalho.

A Marta Arretche gostaria de agradecer a leitura cuidadosa de versão preliminar desse trabalho. Seus comentários na qualificação foram de extrema valia.

Tive a oportunidade de desenvolver essa dissertação no estimulante ambiente do CEM. Agradeço aos meus colegas, em especial a Sandra Gomes, que me auxiliou na revisão do resumo em inglês, e a Camila Saraiva e Renata Gonçalves, que leram versões preliminares do texto e, mais do que isso, compartilharam comigo divertidos almoços no Cebrap.

Agradeço a amigos queridos que me acompanharam mais de perto ao longo dessa trajetória. A Rosi, amiga de longa data, que comigo compartilhou muitas experiências importantes ao longo de nossa formação. A Kellen e Thaís, amigas mais recentes e muito queridas, com as quais pude compartilhar alegrias, inquietações e, principalmente, boas risadas.

Em especial, gostaria de agradecer ao meu orientador, Eduardo Marques, que contribuiu de forma decisiva para minha formação, no sentido mais completo do termo, ao longo de todos esses anos de intensa convivência no Cebrap. Sua generosidade em compartilhar seus conhecimentos, sua maneira clara de expor suas idéias, as oportunidades que me ofereceu ao longo do caminho, contribuíram de maneira decisiva para muito do que eu sou hoje. Especialmente, gostaria de agradecer por ter acreditado em mim e em meu potencial lá atrás, quando eu apenas começava a minha trajetória. Obrigada por sua amizade sincera.

Queria agradecer ainda aos meus pais, Aluísio e Cristina. A meu pai, por me ensinar o prazer de ler e a coragem para fruir a vida de maneira mais leve. A minha mãe, por seu amor e apoio incondicionais e por me ensinar a ter disciplina e responsabilidade. E também ao meu irmão Marcelo, por me fazer rir e ser um amigo leal.

Ao Léo, por seu sorriso, por seu amor, por ser meu companheiro.

**Resumo:**

Esse trabalho aborda a questão da segregação residencial no município de São Paulo, sendo o objetivo principal a avaliação do impacto da segregação sobre o acesso das camadas mais pobres da população à política de infraestrutura urbana. Além da discussão conceitual a respeito da segregação – termo muitas vezes confundido na literatura com os conceitos de pobreza, desigualdade, falta de acesso a serviços urbanos –, o trabalho pretende apresentar estratégias de identificação de áreas segregadas e um modelo de análise capaz de medir o impacto da residência nesses locais sobre as condições de acesso à política de infra-estrutura urbana, tradicionalmente associada com a segregação. Desse modo, além de um esforço teórico de deslocamento do foco em direção às conseqüências da segregação, e não as suas causas, esse trabalho apresenta um esforço empírico de elaboração de indicadores capazes de identificar áreas segregadas e medir o impacto da residência nesses locais sobre as condições de acesso a políticas públicas.

**Palavras-chave:** segregação urbana, pobreza urbana, políticas públicas, infraestrutura urbana, Estado.

**Abstract:**

This dissertation deals with the issues of residential segregation in the city of São Paulo. It argues that segregation has a significant impact on the access to public policies among the poorest population. Besides the discussion of the urban literature on segregation – a concept generally mingled with the concepts of poverty and inequality as well as for the lack of access to basic public services –, this dissertation presents some strategies for identifying segregated areas and a multivariate model of access to urban infrastructure policies. Besides the theoretical effort of changing the stress on the causes to the stress on the consequences of segregation, this dissertation presents an empirical effort: the construction of different indicators able to measure the impact of segregation over the access to public policies.

**Key-words:** residential segregation, urban poverty, public policies, urban infrastructure, State.

## Índice

Introdução	1
Capítulo I – Enfoques sobre a segregação	9
Capítulo II – O estudo empírico da segregação: escala, indicadores e métodos	36
Capítulo III – Explorando empiricamente as dimensões que interferem no acesso à infra-estrutura urbana	63
Capítulo IV – Analisando o impacto da segregação sobre o acesso à infra-estrutura urbana	93
Considerações finais	111
Referências bibliográficas	116
Anexo I – Survey	130
Anexo II – Análise Fatorial	157
Anexo III – Modelo de Chaid	160
Anexo IV – Tabelas	163

## Índice de Tabelas

Tabela 1 - Renda domiciliar per capita segundo macro-regiões. Município de São Paulo, 2000	53
Tabela 2 - Grupos de renda do chefe de domicílio no macro-ambiente (sm). Município de São Paulo, 2004.	59
Tabela 3 - Grupos de renda do chefe de domicílio no micro-ambiente (sm). Município de São Paulo, 2004.	59
Tabela 4 - Cobertura de alguns serviços urbanos nos domicílios mais pobres (%). Município de São Paulo, 2004.	69
Tabela 5 - Cobertura de alguns serviços urbanos nos domicílios mais pobres, segundo macro-regiões (%). Município de São Paulo, 2004.	70
Tabela 6 - Cobertura de alguns serviços urbanos nos domicílios mais pobres, segundo renda familiar per capita (%). Município de São Paulo, 2004.	74
Tabela 7- Cobertura de alguns serviços urbanos nos domicílios mais pobres, segundo distância às centralidades da RMSP (%). Município de São Paulo, 2004.	76
Tabela 8 - Cobertura de alguns serviços urbanos nos domicílios mais pobres, segundo áreas segregadas segundo o Moran local para o fator de privação sócio-econômica (%). Município de São Paulo, 2004.	77
Tabela 9 - Cobertura de alguns serviços urbanos nos domicílios mais pobres, segundo domicílios em área de favela ou loteamento clandestino (%).Município de São Paulo, 2004.	78
Tabela 10 - Cobertura de alguns serviços urbanos nos domicílios mais pobres, segundo migrantes do Nordeste (%). Município de São Paulo, 2004.	82
Tabela 11 - Cobertura de alguns serviços urbanos nos domicílios mais pobres, segundo participação quinzenal em alguma associação religiosa (%). Município de São Paulo, 2004.	84
Tabela 12 - Cobertura de alguns serviços urbanos nos domicílios mais pobres, segundo participação anual em alguma associação não-religiosa (%). Município de São Paulo, 2004.	85
Tabela 13 - Cobertura de alguns serviços urbanos nos domicílios mais pobres, segundo preferência por algum partido político (%). Município de São Paulo, 2004.	85
Tabela 14- Cobertura de alguns serviços urbanos nos domicílios mais pobres, segundo níveis de investimentos estatais em infra-estrutura viária. Município de São Paulo, 1975-2000.	87
Tabela 15 - Componentes do Indicador de Acesso a Serviços Urbanos. Município de São Paulo, 2004.	89

Tabela 16 - Indicador sintético de acesso a serviços urbanos e ambiente construído, segundo macro-regiões. Município de São Paulo, 2004. 91

Tabela 17 - Indicador sintético de acesso a serviços urbanos e ambiente construído, segundo domicílios em área de favelas e loteamentos clandestinos. Município de São Paulo, 2004.	
	91
Tabela 18- Variáveis testadas no modelo de Chaid. Município de São Paulo, 2004.	
	96
Tabela 19 - Grupos de domicílios com muito acesso inadequado no indicador de acesso à infra-estrutura urbana. Município de São Paulo, 2004.	
	107
Tabela 20 - Grupos de domicílios com pouco acesso inadequado no indicador de acesso à infra-estrutura urbana. Município de São Paulo, 2004.	
	107
Tabela 21 - Distribuição das entrevistas em cada estrato segundo posição no domicílio, idade e renda familiar mensal do entrevistado. Município de São Paulo, 2004.	
	132
Tabela 22 - Grupos de sexo, idade e renda familiar mensal dentro de cada macro-região. Município de São Paulo, 2000.	
	134
Tabela 23 - Matriz de correlação entre as variáveis que entraram na composição do fator. Município de São Paulo, 2000.	
	158
Tabela 24 – Comunalidades. Município de São Paulo, 2000.	159
Tabela 25 – Total da variância explicada. Município de São Paulo, 2000.	159
Tabela 26. Cargas fatoriais das variáveis componentes. Município de São Paulo, 2000.	159
Tabela 27 - Percepção da vizinhança, segundo domicílios localizados em áreas de favela e loteamentos clandestinos. Município de São Paulo, 2004.	
	164
Tabela 28 - Situação do terreno, segundo domicílios localizados em áreas de favela e loteamentos clandestinos. Município de São Paulo, 2004.	164
Tabela 29 - Construção ou reforma da casa, segundo domicílios localizados em áreas de favela e loteamentos clandestinos. Município de São Paulo, 2004.	164
Tabela 30 - Revestimento externo das paredes, segundo domicílios localizados em áreas de favela e loteamentos clandestinos. Município de São Paulo, 2004.	
	165
Tabela 31 - Revestimento interno das paredes, segundo domicílios localizados em áreas de favela e loteamentos clandestinos. Município de São Paulo, 2004.	
	165
Tabela 32 - Proximidade a córregos, segundo domicílios localizados em áreas de favela e loteamentos clandestinos. Município de São Paulo, 2004.	
	165
Tabela 33 - Presença de caixa d'água com tampa, segundo domicílios localizados em áreas de favela e loteamentos clandestinos. Município de São Paulo, 2004.	
	166

- Tabela 34 - Presença de telhado com vazamentos, segundo domicílios localizados em áreas de favela e loteamentos clandestinos. Município de São Paulo, 2004. 166
- Tabela 35 - Presença de iluminação interna, segundo domicílios localizados em áreas de favela e loteamentos clandestinos. Município de São Paulo, 2004. 166
- Tabela 36 - Presença de umidade nas paredes, segundo domicílios localizados em áreas de favela e loteamentos clandestinos. Município de São Paulo, 2004. 166
- Tabela 37 - Portas e janelas bem conservadas, segundo domicílios localizados em áreas de favela e loteamentos clandestinos. Município de São Paulo, 2004. 167
- Tabela 38 - Presença de barulho na vizinhança, segundo domicílios localizados em áreas de favela e loteamentos clandestinos. Município de São Paulo, 2004. 167
- Tabela 39 - Presença de fumaça na vizinhança, segundo domicílios localizados em áreas de favela e loteamentos clandestinos. Município de São Paulo, 2004. 167
- Tabela 40 - Segurança vizinhança, segundo domicílios localizados em áreas de favela e loteamentos clandestinos. Município de São Paulo, 2004. 167
- Tabela 41 - Cobertura de alguns serviços urbanos nos domicílios mais pobres (%), segundo sexo do responsável pelo domicílio. Município de São Paulo, 2004. 168
- Tabela 42 - Cobertura de alguns serviços urbanos nos domicílios mais pobres (%), segundo idade do responsável pelo domicílio. Município de São Paulo, 2004. 168
- Tabela 43 - Idade do responsável pelo domicílio, segundo tempo no bairro. Município de São Paulo, 2004. 168
- Tabela 44 - Cobertura de alguns serviços urbanos nos domicílios mais pobres (%), segundo anos médios de estudo do responsável pelo domicílio. Município de São Paulo, 2004. 169
- Tabela 45 - Cobertura de alguns serviços urbanos nos domicílios mais pobres (%), segundo cor do responsável pelo domicílio. Município de São Paulo, 2004. 169
- Tabela 46 - Cor do responsável pelo domicílio, segundo renda familiar per capita. Município de São Paulo, 2004. 169
- Tabela 47 - Cobertura de alguns serviços urbanos nos domicílios mais pobres (%), segundo renda do chefe de domicílio no macro-ambiente (3km). Município de São Paulo, 2004. 170
- Tabela 48 - Cobertura de alguns serviços urbanos nos domicílios mais pobres (%), segundo renda do chefe de domicílio no micro-ambiente (500m). Município de São Paulo, 2004. 170

Tabela 49 - Cobertura de alguns serviços urbanos nos domicílios mais pobres (%), segundo proximidade a córregos. Município de São Paulo, 2004.	170
Tabela 50 - Cobertura de alguns serviços urbanos nos domicílios mais pobres (%), segundo tempo no bairro (em anos). Município de São Paulo, 2004.	171
Tabela 51 - Cobertura de alguns serviços urbanos nos domicílios mais pobres (%), segundo migrantes de outros estados. Município de São Paulo, 2004.	171
Tabela 52 - Indicador sintético de acesso a serviços urbanos, segundo sexo do responsável pelo domicílio. Município de São Paulo, 2004.	171
Tabela 53 - Indicador sintético de acesso a serviços urbanos, segundo idade do responsável pelo domicílio. Município de São Paulo, 2004.	172
Tabela 54 - Indicador sintético de acesso a serviços urbanos, segundo cor do responsável pelo domicílio. Município de São Paulo, 2004.	172
Tabela 55 - Indicador sintético de acesso a serviços urbanos, segundo anos médios de estudo do responsável pelo domicílio. Município de São Paulo, 2004.	172
Tabela 56 - Indicador sintético de acesso a serviços urbanos, segundo renda familiar per capita (sm). Município de São Paulo, 2004.	172
Tabela 57 - Indicador sintético de acesso a serviços urbanos, segundo proximidade a córregos. Município de São Paulo, 2004.	173
Tabela 58 - Indicador sintético de acesso a serviços urbanos, segundo renda do chefe no micro-ambiente (sm). Município de São Paulo, 2004.	173
Tabela 59 - Indicador sintético de acesso a serviços urbanos, segundo renda do chefe no macro ambiente (sm). Município de São Paulo, 2004.	173
Tabela 60 - Indicador sintético de acesso a serviços urbanos, segundo domicílios em área de favela ou loteamento. Município de São Paulo, 2004.	173
Tabela 61 - Indicador sintético de acesso a serviços urbanos, segundo o Moran local para o fator de privação. Município de São Paulo, 2004.	174
Tabela 62 - Indicador sintético de acesso a serviços urbanos, segundo tempo de residência no bairro (em anos). Município de São Paulo, 2004.	174
Tabela 63 - Indicador sintético de acesso a serviços urbanos, segundo migrantes de outros estados. Município de São Paulo, 2004.	174
Tabela 64 - Indicador sintético de acesso a serviços urbanos, segundo migrantes do Nordeste. Município de São Paulo, 2004.	174
Tabela 65 - Indicador sintético de acesso a serviços urbanos, segundo participação quinzenal em associação religiosa. Município de São Paulo, 2004.	175
Tabela 66 - Indicador sintético de acesso a serviços urbanos, segundo participação anual em associação não religiosa. Município de São Paulo, 2004.	175
Tabela 67 - Indicador sintético de acesso a serviços urbanos, segundo preferência por partido político. Município de São Paulo, 2004.	175
Tabela 68 - Indicador sintético de acesso a serviços urbanos, segundo níveis de investimentos estatais em infra-estrutura viária. Município de São Paulo, 2004.	176

## Índice de Figuras

- Mapa 1 - Identificação de áreas segregadas segundo o Moran Local para o fator de privação sócio-econômica. Município de São Paulo, 2000. 50
- Mapa 2 - Áreas de ponderação da Amostra do Censo classificadas segundo macro-regiões. Município de São Paulo, 2000. 54
- Mapa 3 - Identificação de áreas segregadas segundo o Moran Local para o fator de privação sócio-econômica. Região Metropolitana de São Paulo, 2000. 57
- Mapa 4 - Geocodificação dos questionários. Município de São Paulo, 2004. 133
- Figura 1- Distribuição do indicador de acesso a serviços urbanos e ambiente construído. Município de São Paulo, 2004.  
90
- Figura 2 - Modelo de Chaid para o indicador de acesso à infra-estrutura urbana. Município de São Paulo, 2004.  
97
- Figura 3 - Modelo de Chaid para o indicador de Acesso à infra-estrutura urbana – detalhe da macro-região periférica. Município de São Paulo, 2004.  
99
- Figura 4 - Modelo de Chaid para o indicador de acesso à infra-estrutura urbana – detalhe da macro-região intermediária. Município de São Paulo, 2004.  
102
- Figura 5 - Modelo de Chaid para o indicador de acesso à infra-estrutura urbana – detalhe da macro-região central. Município de São Paulo, 2004.  
104

## Introdução

No âmbito desse trabalho será abordada a questão da segregação residencial no município de São Paulo, sendo o objetivo principal a avaliação do impacto da segregação sobre o acesso das camadas mais pobres da população à política de infra-estrutura urbana. Nesse sentido, além da discussão conceitual a respeito da segregação – termo muitas vezes confundido na literatura com os conceitos de pobreza, desigualdade, falta de acesso a serviços urbanos –, esse trabalho pretende apresentar estratégias de identificação de áreas segregadas e um modelo de análise capaz de medir o impacto da residência nesses locais sobre as condições de acesso à política de infra-estrutura urbana, tradicionalmente associada com a segregação. Desse modo, além de um esforço teórico de deslocamento do foco em direção às conseqüências da segregação, e não as suas causas, esse trabalho apresenta um esforço empírico de elaboração de indicadores capazes de identificar áreas segregadas e medir o impacto da residência nesses locais sobre as condições de acesso a políticas públicas.

Esse é um tema de grande relevância, uma vez que as grandes desigualdades que caracterizam a América Latina em geral, e o Brasil em especial, têm fortes impactos sobre a organização espacial das cidades, contribuindo para a criação de espaços segregados, caracterizados pela aglomeração espacial de certos grupos sociais. Mesmo considerando que não há uma relação direta entre desigualdades sociais e segregação residencial, é inegável que as cidades latino-americanas são marcadas por forte segregação residencial, especialmente devido à pobreza e à desigualdade.

Estudos recentes sobre a dinâmica da segregação em diversas cidades latino-americanas revelam a complexidade do tema e dos próprios padrões de configuração espacial dos grupos sociais. No caso de Santiago do Chile, observa-se na última década uma situação aparentemente paradoxal de diminuição da segregação social com o concomitante aumento das desigualdades sociais e surgimento de novas formas de exclusão,

particularmente no mercado de trabalho (Sabatini et al., 2005)<sup>1</sup>. Tanto no caso de Montevideu (Kaztman e Retamoso, 2005a), quanto no caso de Buenos Aires (Groisman e Suárez, 2005), autores associam os padrões recentes de segregação com as mudanças no mercado de trabalho, com conseqüências distintas nas duas cidades. Em São Paulo, é possível verificar crescimento da segregação residencial de acordo com grupos de renda e estabilidade segundo grupos educacionais, resultados decorrentes de melhorias de alguns indicadores sociais e piora ou manutenção de outros, como a desigual distribuição de renda (Torres e Bichir, 2005). Em Lima, por outro lado, verifica-se que os padrões de segregação residencial são relativamente baixos quando comparados com outras cidades latino-americanas (Peters e Skop, 2005). Na Cidade do México, observa-se que os padrões de segregação ainda são condicionados pela migração do campo para as cidades<sup>2</sup>, tendo fortes impactos sobre as possibilidades de integração no mercado de trabalho<sup>3</sup> (Villarreal e Hamilton, 2005).

Percebe-se então a complexidade do tema, que está longe ser consensual, tanto em termos da própria definição do conceito, quanto em termos dos grupos sociais que devem ser privilegiados na análise, os mecanismos que estão na causa do fenômeno ou suas principais conseqüências. No Brasil, a complexidade e a confusão em torno do tema também estão presentes, como se pretende demonstrar. Diversos autores associam a segregação residencial à falta de acesso a serviços essenciais, às políticas públicas estatais (Camargo et al., 1976; Oliveira, 1977; Kowarick, 1979). Outros associam a segregação à própria formação das áreas periféricas nas principais metrópoles brasileiras (Santos e Bronstein, 1978; Santos, 1979; Vetter e Massena, 1981; Bonduki e Rolnik, 1982; Villaça, 2000). Muitos destacam a relevância da concentração espacial de certos grupos sociais na definição do fenômeno (Villaça, 2000; Marques e Torres, 2005), divergindo, entretanto, quanto aos grupos sociais que

---

<sup>1</sup> Na explicação desses padrões paradoxais, os autores destacam principalmente as mudanças recentes na economia chilena.

<sup>2</sup> Ao contrário do que se verifica em outras cidades latino-americanas, nas quais o maior impacto sobre a segregação advém das migrações internas.

<sup>3</sup> As grandes distâncias entre os locais de residência dos mais pobres e os locais com maior concentração de empregos dificultam a inserção no mercado de trabalho, fenômeno conhecido como "spatial mismatch" na literatura especializada.

devem ser analisados e, sobretudo, quanto aos mecanismos que geram essas distribuições espaciais dos grupos sociais.

Nesse trabalho, o principal objetivo é a avaliação do impacto da segregação sobre o acesso a alguns serviços urbanos por parte das camadas mais pobres da população. Nesse sentido, não será analisada a pobreza em si, mas sim a pobreza concentrada espacialmente em certos territórios do município de São Paulo, configurando situações de segregação residencial que geram as mais diversas conseqüências para os circuitos de reprodução da pobreza urbana. A pobreza, por sua vez, será abordada em suas múltiplas dimensões sempre que possível, pois aqui se parte do pressuposto de que a pobreza não é um fenômeno unidimensional, caracterizado unicamente pela privação sócio-econômica ou por linhas de pobreza arbitrárias, mas sim um fenômeno complexo, heterogêneo e multi-dimensional (Mingione 1999; Esping-Andersen, 2004; Boltvinik, 1998).

Ao considerar o impacto da segregação urbana sobre o acesso a políticas públicas, o trabalho pretende verificar a hipótese da relevância do componente espacial da pobreza, especialmente para o planejamento de políticas públicas mais eficazes (Massey e Denton, 2001; Torres, 2005). Serão analisadas algumas conseqüências da concentração espacial de grupos sociais de baixa renda para o acesso à política de infra-estrutura urbana, uma vez que essa política foi tradicionalmente associada na literatura com a própria noção de segregação (Vetter et al., 1979 e 1981; Vetter e Massena, 1981; Marques, 1998 e 2003; Lago, 2002; Ribeiro, 2002).

Ao analisar as conseqüências da segregação residencial, e não suas causas, esse trabalho realiza um deslocamento em relação à literatura brasileira de estudos urbanos desenvolvida especialmente nas décadas de 1960 e 1970, que se preocupou especialmente com a análise dos diversos mecanismos que contribuía para a configuração de espaços segregados (Santos, 1979; Smolka, 1992; Bonduki e Rolnik, 1982; Ribeiro e Lago, 1991). Esse enfoque às conseqüências da segregação aproxima-se mais dos debates atuais desenvolvidos especialmente nos Estados Unidos, conforme será discutido no Capítulo I.

Contudo, destacar as conseqüências da segregação não implica considerá-la um problema em si, mas sim um fenômeno que pode ter efeitos negativos e positivos. A homogeneidade social da pobreza em certas áreas pode ter diversas conseqüências negativas, como o isolamento em relação a diversas redes sociais e a oportunidades de vida em geral (Pavez, 2006; Briggs, 2001), a dificuldade de acessar o mercado de trabalho (Kaztman e Retamoso, 2005a) e outras políticas públicas (Torres e Bichir, 2005), além de conseqüências nocivas do ponto de vista da socialização, da transmissão de valores e modelos, contribuindo para a reprodução da pobreza (Brooks-Gunn e Duncan, 1997; Yinger, 2001; Durlauf, 2001). Porém, também é possível verificar que a homogeneidade social de certas áreas pobres pode contribuir para gerar laços de sociabilidade e solidariedade internos (D’Almeida e Andrea, 2005), além de maior capacidade de organização e combatividade frente ao Estado (Sabatini, 2004). Essas diversas conseqüências da homogeneidade espacial de certos grupos sociais podem inclusive se alterar ao longo do tempo, como destacam Kaztman e Retamoso (2005a) no contexto do Uruguai<sup>4</sup>. Nesse sentido, só a análise empírica, mais especificamente os estudos de caso, podem delimitar de forma mais precisa essas diversas conseqüências, que muitas vezes estão presentes de forma associada.

Também é importante destacar que a segregação residencial é diferente da segregação em sentido sociológico, apesar de haver relações entre os dois fenômenos (Sabatini, 2004). É possível haver separações entre grupos sociais, inclusive marcadas por fortes elementos simbólicos e estigmas, sem rebatimentos claros no espaço. É possível haver grande distância social com proximidade espacial, e vice-versa, o que tem relação com a dimensão do simbólico, dos valores que legitimam ou não as desigualdades em uma dada sociedade (Scalon, 2005)<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Esses autores destacam que no auge do período de substituição de importações no Uruguai, a partir da década de 1950, havia uma homogeneidade “virtuosa” nos bairros operários de Montevideú, que tinham densas redes de sociabilidade e solidariedade com o mundo fabril, sendo inclusive desejável residir próximo às fábricas. Em período recente, o que se verifica nesses bairros é uma “homogeneidade viciosa”, marcada por fracos vínculos com o mundo do trabalho, por restrições à formação de redes recíprocas entre as comunidades e o mundo fabril (Kaztman e Retamoso, 2005a).

<sup>5</sup> Sabatini et al. (2005), analisando o caso recente de Santiago do Chile, destacam que pode haver redução da segregação com aumento de suas conseqüências sociais (tais como pior

Essa distinção remete à questão das relações entre as diferenças sociais e a sua contrapartida no espaço: não há uma relação direta entre diferenças sociais e segregação espacial, não há um puro rebatimento do social no espaço, uma vez que o espaço não é uma folha em branco. Sabatini (2004) destaca que essa “tese do espelho” é bastante comum nas ciências sociais, marcadas pela idéia de espaço como superfície visível (ou manifesta) de fenômenos que seriam de fato essenciais (latentes)<sup>6</sup>.

Desse modo, ao abordar as conseqüências da segregação residencial, a pobreza é considerada de forma multi-dimensional, sempre que possível<sup>7</sup>. A discussão relativa às múltiplas dimensões da pobreza relaciona-se com a idéia de que esse é um fenômeno heterogêneo, tanto do ponto de vista de sua composição – que não se limita à privação socioeconômica – quanto do ponto de vista de sua distribuição espacial. Nesse sentido, esse trabalho procura demonstrar ainda que os modelos de estruturação urbana centrados na divisão entre centro e periferia implicam uma visão generalizante e simplificadora da distribuição espacial dos grupos sociais, destacando que as novas formas de segregação urbana, de distribuição espacial dos grupos sociais, são mais complexas, adquirem uma nova escala.

Para alguns analistas, não faria muito sentido estudar a pobreza em uma região metropolitana rica e dinâmica como São Paulo, especialmente em um país em que a pobreza no meio rural sempre apareceu com maior destaque, como o problema mais premente. Contudo, para além dos bons indicadores médios apresentados pela Região Metropolitana de São Paulo, a pobreza é sim um problema extremamente relevante, ainda mais quando consideramos que, em 2003, 14,38% da população da RMSP vivia com menos de meio salário mínimo de rendimento domiciliar *per capita*, o que, em números

---

qualidade dos empregos, menos segurança, privatização dos serviços públicos), especialmente para os grupos mais pobres, o que mostra que são complexas as mediações entre esses dois fenômenos.

<sup>6</sup> Especialmente devido à influência do marxismo estruturalista, que muitas vezes incorreu nessa redução do espaço, ao considerá-lo como mera expressão ou produto de processos sociais, ou ao considerar o espaço como função, como intermediário na reprodução das condições necessárias ao bom funcionamento do sistema capitalista.

<sup>7</sup> Há múltiplas formas de medição da pobreza, mas o campo de estudos pode ser dividido entre metodologias unidimensionais (geralmente baseadas na renda) e metodologias multi-dimensionais, que consideram outros fatores, como o nível de satisfação das necessidades básicas, entre outros (Boltvinik, 1998).

absolutos, representa 2,6 milhões de pessoas<sup>8</sup>. Além disso, conforme destacado há quase 30 anos, “o mínimo que se pode dizer é que a “situação privilegiada” de São Paulo representa privilégio para alguns, mas não para todos” (Camargo et al., 1976: 18); ou seja, a dimensão da desigualdade na distribuição das riquezas de São Paulo não pode ser esquecida. Essas informações evidenciam a importância do estudo detalhado das características sócio-econômicas encontradas na Região Metropolitana e no município de São Paulo, em particular, uma vez que os indicadores médios, produzidos a partir de dados agregados, escondem muitas vezes situações localizadas de privação.

Em síntese, esse trabalho procura associar um certo deslocamento teórico-conceitual – mudança do foco nas *causas* da segregação em direção as suas *conseqüências* – com esforços empíricos, no sentido da construção de indicadores de segregação que levem em consideração a questão da escala, a identificação de espaços segregados no município de São Paulo e a verificação das conseqüências da segregação – em seus diferentes níveis – para o acesso a políticas públicas.

O primeiro capítulo aborda a discussão conceitual a respeito da segregação residencial no Brasil. A discussão da sociologia urbana brasileira é brevemente resenhada e são destacados os principais arcabouços conceituais mobilizados pelos autores brasileiros para explicar os processos de pobreza e desigualdade no Brasil, que muitas vezes misturaram-se ao tema da segregação. Ao longo desse trajeto, são apontadas as transformações nas abordagens da questão da segregação residencial, que primeiro foi tratada como conseqüência de outros processos de maior relevância e que mais recentemente passou a ser uma questão com importância em si.

O segundo capítulo, por sua vez, inicia a apresentação dos esforços empíricos de medição da segregação residencial no município de São Paulo. Em primeiro lugar, é apresentada uma breve discussão a respeito da relevância da escala da segregação para o entendimento desse fenômeno, o que tem conseqüências teóricas e também para as políticas públicas. Esse capítulo

---

8 Dados oriundos da PNAD, 2003.

contém ainda um exercício de identificação de áreas segregadas, realizado por meio de técnicas de estatística espacial. Por fim, são apresentados alguns indicadores de segregação que procuram captar as diversas escalas em que esse fenômeno pode se manifestar. Nesse sentido, o objetivo geral desse capítulo é apontar a diversidade de situações de segregação residencial que podem ser observadas em um mesmo contexto urbano, de acordo com cada uma das escalas consideradas.

O terceiro capítulo inicia a verificação da hipótese da relevância da segregação residencial para as condições de acesso a políticas públicas. Para tanto, são associados os diversos indicadores de segregação, apresentados no Capítulo II, com os dados obtidos em um *survey* desenvolvido pelo CEM-Cebrap em parceria com o Ibope, realizado em novembro de 2004. Esse *survey*, realizado entre os 40% mais pobres do município de São Paulo, teve como objetivo verificar diversos aspectos das condições de vida, destacando especialmente as condições de acesso a políticas públicas de educação, saúde, transferência de renda e infra-estrutura urbana, além de aspectos relacionados à inserção dessa população no mercado de trabalho, ao comportamento político e à vida associativa. Como será explicado, esse *survey* considerou em seu próprio desenho a dimensão da segregação.

Ainda nesse capítulo, inicia-se a apresentação das condições de acesso da população mais pobre do município à política de infra-estrutura urbana, política escolhida por estar tradicionalmente associada na literatura à segregação residencial. Em primeiro lugar, são apresentados os níveis de cobertura desses serviços urbanos considerados – acesso à rede de água, esgoto, energia elétrica, coleta de lixo, iluminação pública, transporte, presença de parques e praças – entre a população mais pobre do município. Em seguida, as informações relativas ao acesso a serviços urbanos são cruzadas com diversos indicadores que podem ter impacto sobre as condições de acesso – indicadores territoriais, individuais, relacionados às condições de migração, entre outros –, de modo a apresentar um primeiro panorama dos principais condicionantes do acesso. Assim, esse capítulo visa entender como as políticas públicas chegam à ponta, ou seja, nas camadas menos favorecidas da população, e também explorar a diversidade das situações de acesso mesmo

nas áreas mais segregadas do município, contribuindo para o debate relativo à heterogeneidade da pobreza.

O quarto capítulo aprofunda as investigações preliminares discutidas no Capítulo III, apresentando um modelo multivariado de análise das condições de acesso à infra-estrutura urbana. Esse modelo, baseado na técnica de Chaid<sup>9</sup>, leva em consideração os diversos conjuntos de indicadores discutidos no Capítulo III, ou seja, testa de maneira concomitante a relevância de indicadores oriundos de diversas matrizes teóricas na explicação dos diferenciais de acesso à política de infra-estrutura urbana. Os resultados obtidos apontam para a complexidade das situações de acesso a serviços urbanos mesmo entre a população mais pobre do município, uma vez que variáveis de diversas naturezas contribuem para diferenciar os níveis de acesso a esses serviços, com especial destaque para a dimensão territorial.

Por fim, o quinto capítulo visa resumir os achados da pesquisa e apresenta as considerações finais, apontando para as conseqüências dos resultados observados no cruzamento entre áreas altamente segregadas e condições de acesso a serviços urbanos para o planejamento de políticas públicas de combate à pobreza, que deveriam então considerar a dimensão territorial desse fenômeno.

---

<sup>9</sup>Detalhes metodológicos do modelo de Chaid são apresentados no Anexo III.

## Capítulo I – Enfoques sobre a segregação

### 1. Introdução

Conforme destaca Kaztman (1999), a pobreza continua ocupando o centro da questão social na América Latina, centralidade demonstrada por inúmeros esforços no sentido da definição conceitual do termo e da medição da pobreza. Este trabalho procura analisar algumas situações de pobreza inseridas no espaço, configurando situações de segregação residencial, sendo que o foco adotado é a segregação das camadas mais pobres do município, e não a segregação das classes altas (como em Caldeira, 2000 e Villaça, 2000). A partir da identificação dessas áreas segregadas, o estudo procura avançar no sentido do entendimento dos impactos da segregação residencial para as políticas públicas.

As relações entre a pobreza, a desigualdade e a segregação são bastante complexas. O que se pretende demonstrar aqui é que a dimensão espacial da pobreza é uma questão relevante – tanto do ponto de vista analítico quanto sob a perspectiva das políticas públicas – e não um simples rebatimento de fenômenos mais complexos. O ponto de partida para o estudo da segregação é o reconhecimento do espaço como parte componente da sociedade, e não simples manifestação externa da mesma. Essa “tese do espelho”, bastante influente nas ciências sociais, estabelece uma relação direta entre as desigualdades sociais e seu rebatimento social, desconsiderando a complexidade dessas conexões, a necessidade de analisar em cada contexto urbano as causas e as conseqüências da segregação (Sabatini, 2004).

A questão da segregação urbana tem uma longa tradição de discussão em outros países, especialmente nos Estados Unidos (Wilson, 1987; Massey e Denton, 1993, Jargowski, 1997, entre outros), assim como na França (Wacquant, 2001; Préteceille, 2003). Nessas discussões, é possível perceber que a pobreza urbana e a segregação residencial encontram-se na intersecção entre a questão urbana e a questão social, conforme aponta Kowarick (2000).

Nos Estados Unidos, o debate a respeito da pobreza é polarizado política e ideologicamente entre liberais e conservadores, além de estar centrado na

questão racial, especialmente nos estudos sobre segregação (Kowarick, 2001 e 2003; Recio, 2003). O conceito mais utilizado, introduzido no debate nos anos 1960, é o de “underclass”<sup>10</sup>, que pode ser traduzido como subclasse, população desqualificada, ralé<sup>11</sup>. Esse termo, que tem forte influência do conceito de “cultura da pobreza”, cunhado por Oscar Lewis<sup>12</sup>, sublinha os elementos “disfuncionais” presentes nas comunidades com alta concentração de pobreza<sup>13</sup>. Os conservadores inscrevem-se nesse registro da culpabilização dos pobres por sua própria pobreza (*blaming the victim*), tendo influência significativa na formulação de políticas públicas, especialmente nas décadas de 1960 e 1970, por meio de estudos que enfatizavam os efeitos nocivos das políticas de bem estar<sup>14</sup>, que estariam estimulando o “parasitismo social” (Murray, 1984)<sup>15</sup>. Por sua vez, os liberais – entre os quais destaca-se a posição de Wilson (1987)<sup>16</sup> – não colocam a questão da pobreza no registro dos valores

---

10 Massey e Denton (1993) identificam no debate norte-americano quatro explicações para a origem da “underclass”, em confronto na década de 1970: explicações de cunho cultural (configuradas especialmente na discussão relativa à cultura da pobreza, desenvolvida por Lewis); explicações centradas no racismo que estaria institucionalizado nos EUA (explicação elaborada pelos liberais em reação à tese de Lewis); argumentos conservadores centrados na dependência dos pobres em relação ao welfare state criado pelos liberais (argumento desenvolvido especialmente por Charles Murray); e argumentos centrados em processos econômicos mais amplos, desenvolvidos por Wilson.

11 Para uma crítica da noção de “underclass” – que serviria para reforçar os elementos de desorganização social dos guetos norte-americanos, gerando a estigmatização dos mesmos – e uma defesa do rompimento com uma abordagem “exótica” da cultura típica dos guetos negros, ver Wacquant, 1996.

12 Conforme aponta Perlman (1977), Lewis desenvolveu a noção de cultura da pobreza de modo difuso em suas obras, destacando alguns traços de personalidade que seriam característicos de certas comunidades pobres e que seriam transmitidos através da socialização. Segundo Perlman, a noção de cultura da pobreza insere-se no registro da culpabilização dos pobres por sua situação. De acordo com Massey e Denton (1993), um dos principais problemas dessa noção é a desconexão entre a esfera cultural e as estruturas econômicas que estimulam a geração da pobreza.

13 Como a presença de famílias quebradas, de uniões consensuais, altas taxas de desemprego, laços sociais enfraquecidos e muitos outros aspectos.

14 Como o famoso Relatório Moynihan, que contribuiu para a difusão de estereótipos a respeito dos comportamentos nas comunidades pobres. Ver Perlman, 1977, Kowarick, 2001.

15 Essas explicações conservadoras tornaram-se hegemônicas nos governos republicanos de Reagan e Bush, contribuindo para o encolhimento do Estado de Bem Estar Social americano e para o destaque à necessidade de contrapartida ao recebimento de direitos – substituição do “welfare” pelo “workfare”, nos termos de Kowarick.

16 Apesar de poder ser considerado um herdeiro dessa tradição da “cultura da pobreza” (especialmente em seus primeiros escritos), Wilson terminou por rejeitar o termo “underclass” devido à sua ambigüidade e utilização acusatória, além de repudiar o entendimento dos guetos americanos a partir da ótica do racismo, tentando introduzir o debate da pobreza em termos de classes sociais (Massey e Denton, 1993). O autor destaca no entendimento dessas áreas com alta concentração de pobreza os processos macro-estruturais, como a desindustrialização e a redução do trabalho formal, as transformações na economia da *inner city*, que atingiram especialmente os negros, passando então a utilizar o termo “jobless ghetto” (Wilson, 1987).

e comportamentos individuais, mas destacam a importância de processos estruturais mais amplos no entendimento da questão (Perlman, 1972; Wilson, 1987). Nesse sentido, o debate norte-americano em torno da pobreza e da segregação urbana é polarizado ideologicamente e bastante normativo, tendo influência sobre a formulação de políticas públicas.

O enquadramento da questão na França, por sua vez, é completamente distinto, devido à forte tradição republicana e jacobina do país, que contribuiu para o destaque aos direitos civis e a ênfase ao papel do Estado na (re)inserção social<sup>17</sup> (Kowarick, 2001 e 2003; Recio, 2003). Desse modo, tanto a esquerda quanto a direita concordam com a responsabilização do Estado pela marginalidade social massiva, divergindo apenas quanto aos modos adequados de atuação estatal. Os termos utilizados no debate são “exclusão”, “relegação”, “desqualificação”, “desfiliação social” (Kowarick, 2001). Além dessas formas de abordagem da questão social, a tradição francesa elaborou importantes estudos sobre segregação, como as análises de Wacquant a respeito dos guetos norte americanos<sup>18</sup> e as análises de Préteceille a respeito da segregação sócio-residencial nas cidades francesas<sup>19</sup>.

No caso brasileiro, a questão da pobreza não era vista, até os anos 1970, como um problema social concernente ao Estado, mas como algo que sempre existiu. A pobreza era naturalizada, parecendo ser algo imutável, e era discutida no âmbito do assistencialismo, e não através do tema da cidadania. Enquanto na França e nos Estados Unidos a pobreza era o centro das discussões, no Brasil, a pobreza era vista como potencialmente perigosa,

---

17 O que encontra respaldo na construção de um forte Estado de Bem Estar Social após a Segunda Guerra Mundial, caracterizando os “30 anos gloriosos”. Esse período foi marcado por investimentos públicos em áreas degradadas, habitadas especialmente por estrangeiros e franceses desempregados.

18 Uma importante contribuição de Wacquant é o cuidadoso tratamento conceitual ao abordar as áreas segregadas: o autor destaca que nem todos os locais com forte concentração de pobreza podem ser considerados “guetos” nos termos colocados por ele (Wacquant, 1996). Além disso, o próprio autor (Wacquant, 2001) afirma, por exemplo, que não é possível aplicar esse termo às favelas brasileiras.

19 Em um texto bastante interessante, Préteceille (2004) problematiza a hipótese de atual convergência dos olhares para o estudo da segregação, que estariam cada vez mais voltados para o paradigma das cidades norte-americanas; o autor, ao contrário, demonstra que há vários enfoques possíveis da questão, que variam de acordo com os contextos nacionais. O autor destaca ainda o contraste entre o enfoque racial da questão da segregação nos EUA e o debate francês, centrado nas diferenças entre classes sociais ou entre diferentes categorias

sendo discutida mais sob a ótica da violência (Kowarick, 2001). A discussão sobre a pobreza no Brasil torna-se forte especialmente nas décadas de 1960 e 1970, no contexto dos embates – que mais do que brasileiros foram latino-americanos – em torno da questão da marginalidade, como será demonstrado na próxima seção.

Por sua vez, o tema da segregação foi tradicionalmente abordado na literatura da sociologia urbana brasileira como consequência – não trivial – de outros processos, como os padrões de crescimento urbano nas grandes metrópoles, como resultante do processo de periferização que contribuiu para o deslocamento das camadas populares para os locais mais distantes dos núcleos urbanos, contribuindo para a configuração de um “modelo metropolitano brasileiro” (Santos e Bronstein, 1978). Este modelo seria marcado pela forte distinção entre um núcleo fortemente infra-estruturado, com amplo acesso aos benefícios gerados pelo Estado, e uma periferia caracterizada pela completa ausência do Estado, pela precariedade das condições de vida, pela falta de acesso a serviços básicos, pelas soluções habitacionais precárias, ainda que muitas vezes “solidárias”, como o caso dos mutirões para autoconstrução de moradias<sup>20</sup>. Nessas áreas concentravam-se as classes trabalhadoras, segregadas do restante da cidade, obrigadas a viver em condições bastante precárias, até mesmo espoliativas (Kowarick, 1979).

Apesar dessa caracterização das áreas periféricas como locais marcados totalmente por faltas, ausências e precariedades já ter sido até certo ponto superada, com a consideração dos conteúdos concretos das mesmas e a verificação de inúmeras melhorias que lá se processaram nas últimas décadas (Marques, 2000 e 2003; Caldeira, 2000; CEM-CEBRAP/SAS, 2004; Marques e Torres, 2005), esse modelo de descrição urbana – e de consideração da segregação urbana – ainda possui bastante força, conforme será apontado.

Nesse sentido, esse capítulo procura demonstrar em linhas gerais a trajetória da questão urbana no Brasil, especialmente a partir da década de 1970, período que alguns autores destacam como o auge da discussão da questão

---

sócio-econômicas. Dentro do debate francês, o autor destaca o papel do Estado na geração de segregação, por meio das políticas públicas (Préteceille, 2003).

urbana, que naquele momento colocava-se como a questão social por excelência (Bonduki, 1982; Valladares, 1982). Essa trajetória confunde-se com a própria evolução dos estudos urbanos no Brasil, marcada pela passagem dos estudos de forte inspiração marxista, passando pelas críticas a esses macro-modelos interpretativos e, finalmente, chegando às discussões elaboradas nos anos 1990, com os estudos relativos aos novos padrões de segregação urbana, a respeito da insuficiência do modelo centro-periferia para a caracterização da distribuição espacial dos grupos sociais em São Paulo. Ao analisar essa trajetória, pretende-se marcar a diferença dos modos de enquadramento da segregação presentes nessa literatura e o enquadramento da segregação empreendido por esse trabalho.

Além dessa introdução, esse capítulo é composto por mais duas seções. A primeira apresenta a trajetória dos estudos urbanos desenvolvidos desde as décadas de 1960 e 1970 e uma breve discussão a respeito dos conceitos que serão utilizados no trabalho. A segunda seção aborda com maior profundidade o conceito de segregação urbana, discutindo as causas e as conseqüências apontadas pela literatura, uma vez que esse trabalho visa testar a hipótese de que a concentração espacial da pobreza não é uma “mera curiosidade sociológica”, mas sim um fenômeno com múltiplas conseqüências para os circuitos de reprodução da pobreza (Massey e Denton, 1993; Torres, 2005).

## **2. Trajetórias da questão urbana no Brasil**

O objetivo dessa seção é apresentar de forma breve os modos de enquadramento da questão urbana e da segregação residencial desenvolvidos ao longo das décadas de 1960 e 1970. Ao abordar a questão urbana, o foco desses estudos recaía especialmente nas possibilidades de desenvolvimento no contexto do capitalismo periférico e dependente, sendo a cidade encarada como o local de rebatimento de processos mais amplos.

Nas décadas de 1960 e 1970, predominavam diagnósticos dualistas da realidade social influenciados, por um lado, pela teoria da modernização e, por

---

<sup>20</sup> Para uma excelente crítica da ênfase aos aspectos “solidários” dos mutirões, ver Maricato, 1972.

outro, pelo marxismo estruturalista, destacando-se a questão das possibilidades de desenvolvimento no interior do capitalismo, dado o caráter excludente do modelo de crescimento econômico brasileiro iniciado nos anos 1930, que não gerava como contrapartida o desenvolvimento social, mas sim uma estrutura social cada vez mais desigual.

A Teoria do Desenvolvimento ou da Modernização, que teve seu auge entre as décadas de 1940 e 1950, defendia uma visão evolucionista das sociedades associando causalmente a necessidade de industrialização e modernização capitalista do país com o advento da democracia. Tendo os países capitalistas centrais como meta, o Brasil deveria seguir os seus passos, para que pudesse se desenvolver, se democratizar, e então figurar entre as nações do Primeiro Mundo. No âmbito dessa visão funcionalista, a pobreza seria um problema de inadaptação ao meio urbano, gerada especialmente pelos imigrantes oriundos do meio rural, imbuídos de valores tradicionais pouco apropriados à vida nas cidades (Ward, 2005).

Rompendo com a visão evolucionista da teoria da modernização, e influenciados pela teoria marxista das classes sociais, estudos desenvolvidos especialmente pela Cepal destacavam a existência de uma lógica sistêmica de ganhadores e perdedores, sendo que a existência de disfunções no sistema capitalista produzia populações marginais. Esses estudos referentes ao “capitalismo excludente”, produzidos em uma conjuntura de análises que visavam à superação do subdesenvolvimento, marcam a tradição da temática da exclusão nas ciências sociais.

Essas concepções, que abordavam a temática da marginalidade no sentido da não-integração à sociedade mais ampla, tinham forte rebatimento sobre os estudos urbanos que se desenvolviam à época. Conforme destaca Perlman (1977), a marginalidade era associada à vida dos pobres em geral e dos moradores de favela em particular, constituindo um conjunto de hipóteses ambíguas que, segundo a autora, serviriam como “cortina de fumaça” para o confronto de velhas batalhas ideológicas, especialmente em torno da questão da natureza do processo social, o processo de modernização, as implicações do capitalismo (Perlman, 1977). A autora destaca ainda o sentido desqualificador do termo “marginal”, sendo associado às noções de indolência,

vagabundagem, em um paralelo à tradição europeia e norte-americana de consideração dos pobres como suspeitos, como “classes perigosas”. As favelas eram particularmente caracterizadas com rótulos desqualificadores<sup>21</sup>.

De forma crítica a essa visão da marginalidade, destacaram-se os estudos elaborados no contexto da Teoria da Dependência, que repudiava a visão dualista colocada pelo termo exclusão, ressaltando que todos estão integrados ao sistema capitalista, ainda que de modo precário, aleatório, marginal – ou seja, nesse contexto de inspiração marxista a marginalidade seria uma forma peculiar de integração nas esferas de produção e distribuição nos países periféricos, repudiando a noção de marginalidade como atraso (teoria da modernização) ou como não integração (visão cepalina)<sup>22</sup>. A Teoria da Dependência, representada por teóricos de grande importância, como Fernando Henrique Cardoso, rejeitava essa visão dicotômica da Cepal, ressaltando que não existiam excluídos, pois todos cumpriam uma função no interior do sistema mais geral – tanto os países periféricos no interior do sistema capitalista mundial quanto as populações marginalizadas no interior de cada sociedade, que cumpriam a função de Exército Industrial de Reserva<sup>23</sup>.

No centro dessa polêmica a respeito da inclusão ou exclusão dos segmentos marginalizados, estava a questão da constituição da sociedade de classes na periferia do capitalismo, fortemente influenciada pelos processos de êxodo rural, de urbanização, pois cada vez mais eram gerados contingentes não incorporados ao meio urbano. Conforme destaca Valladares (1982), a partir dos anos 1960 a população urbana do país crescia significativamente –

---

21 A autora destaca na literatura da época as fortes associações entre favela e promiscuidade, violência, doença, abandono, ilegalidade, desarticulação social; nesse sentido, Perlman destaca a marginalidade como um mito, uma representação social com rebatimento na realidade. No cerne da construção desse mito estava a mistura das características físicas das favelas – como construções abaixo do padrão, alta densidade, falta de serviços municipais, ausência de condições higiênicas, localização periférica em relação à área urbana, ocupação ilegal da terra, etc.– com atributos sociais, como desorganização social, promiscuidade, valores atrasados, inadequados à vida cidadina (Perlman, 1977).

22 Recio (2003) destaca as fortes polêmicas em torno da funcionalidade ou não dessas populações marginais para o sistema capitalista. A autora aponta como principais contribuições dos debates de viés marxista em torno da marginalidade, notadamente da teoria da dependência, a crítica à idéia de não integração e a superação da noção de “cultura da pobreza”, contribuindo assim para a superação da visão negativa da marginalidade (como também destaca Perlman, 1977).

segundo o Censo de 1970, a população urbana já atingia 56% da população total – e aumentava a visibilidade da questão da moradia, devido à multiplicação de favelas, mocambos, alagados e outras soluções habitacionais para população de baixa renda nas principais cidades do país. Uma das grandes questões, portando era a incorporação desses elementos “atrasados”, oriundos do meio rural, ao contexto urbano – muitas vezes a pobreza urbana era analisada sob a ótica da inadaptação.

É nesse contexto que surgem as primeiras análises sistemáticas sobre a questão urbana no Brasil. Além da influência dos debates travados entre a Teoria do Desenvolvimento e a Teoria da Dependência, o ambiente intelectual brasileiro estava sendo fortemente influenciado pelas idéias da Sociologia Urbana Francesa<sup>24</sup> e também pela Geografia Crítica Inglesa<sup>25</sup> – segundo Kowarick (2000), em reflexão posterior, a assimilação dessas influências ocorreu de modo acrítico. Desse modo, a tematização da questão urbana se desenvolvia no contexto mais amplo da discussão sobre o desenvolvimento capitalista no Brasil. Conforme apontam Marques e Torres, 2005, as desigualdades sócio-espaciais eram entendidas como reflexo territorial das grandes desigualdades produzidas no mercado de trabalho, geradas por um tipo de capitalismo periférico e dependente. De acordo com Recio, 2003, p.141, *“esses estudos vincularam diretamente a segregação sócio-econômica e*

---

23 Segundo a Teoria da Dependência, o Exército Industrial de Reserva constituiria uma modalidade de inclusão acessória e intermitente necessária à etapa do desenvolvimento do capitalismo naquele momento.

24 Manuel Castells e Jean Lojkin tiveram forte influência sobre a produção brasileira da época. Suas análises criticavam os olhares sobre o urbano da década de 1950, configurados na Escola de Chicago, na Economia e Geografia Urbanas. As principais críticas dirigiam-se à tematização do espaço, encarado como uma folha em branco na qual se inseriam processos de diferentes naturezas (competições de caráter ecológico, no caso da Escola de Chicago, processos econômicos, na perspectiva da Economia e Geografia Urbanas). A essas visões, os marxistas opuseram o caráter socialmente produzido dos fenômenos urbanos. Contudo, o marxismo estruturalista muitas vezes incorreu na mesma redução do espaço, ao considerá-lo como mero intermediário na reprodução das condições necessárias ao bom funcionamento do sistema capitalista.

25 Representante da Geografia Crítica, David Harvey destacava os conflitos travados entre os usuários da cidade pela apropriação do ambiente construído – encarava o urbano como uma faceta da luta de classes, o que novamente implica uma noção de espaço como rebatimento de processos econômicos. Mesmo considerando diferentes atores (como o capital das rendas, o capital construtor, os trabalhadores e o capital em geral), o que dá certa contingência às lutas, Harvey incorria no determinismo estruturalista da Sociologia Urbana Francesa ao indicar que, no limite, o Estado sempre intervém a favor dos interesses do capital em geral (cf. Harvey, 1982).

*espacial ao papel do Estado em assegurar a reprodução do sistema capitalista”.*

Uma das obras de destaque nesse contexto foi “*A espoliação urbana*”, de Lúcio Kowarick (Kowarick, 1979), que analisava as condições de vida urbana de modo relacionado com o mundo do trabalho, associando economia e cidade, sendo que essas relações refletiam-se na espacialização da população, especialmente no processo de periferização<sup>26</sup>. A periferia era caracterizada por aglomerados distantes do centro, clandestinos ou não, degradados pela ausência de infra-estrutura, e onde vivia a população de baixa renda – assim, a periferia constituiria uma forma de segregação sócio-espacial, pois implica em prejuízo de muitos indivíduos no acesso aos serviços coletivos produzidos pelo Estado. Segundo Kowarick, essa produção incessante de novas periferias seria um elemento central para o capitalismo brasileiro, pois garantiria a reprodução da classe trabalhadora a baixos custos (assim como destacavam Camargo et al., 1976; Oliveira, 1977; Bonduki e Rolnik, 1982; Maricato, 1982, entre outros). É essa condição de existência precária, marcada por um somatório de extorsões que operam a precariedade ou inexistência de meios de consumo coletivo, que configuraria a “*espoliação urbana*”, nos termos de Kowarick<sup>27</sup>. Essa lógica perversa da periferização, reproduzida constantemente no espaço urbano pela ação estatal associada com a atividade dos loteadores, tornaria o espaço urbano cada vez mais segregado: os grupos mais pobres seriam empurrados constantemente para a periferia, devido ao mecanismo da renda da terra, desenvolvendo a produção contínua de periferias (inclusive para outros municípios ao redor dos núcleos urbanos principais) e até mesmo a divisão centro/periferia no interior das próprias periferias.

Esse diagnóstico é seguido em linhas gerais pela maioria dos autores de inspiração marxista da época, apresentando algumas variações em pontos específicos, como o papel da classe trabalhadora, da superexploração da

---

26 Para Kowarick, as relações econômicas produzem a periferia, que é uma categoria sociológica e não geométrica, como consideravam muitos autores e correntes teóricas (como a Escola de Chicago e a Economia Urbana).

27 Segundo o autor, essa espoliação urbana articula-se com a exploração na fábrica, pois são os baixos salários pagos aos trabalhadores (que não incluem bens básicos, como a habitação), que os impelem a buscar soluções habitacionais precárias, configuradas pela vida nas periferias.

mesma, da autoconstrução, além dos agentes destacados nesse processo. Um dos principais temas era a explicação do processo de crescimento urbano acentuado nos anos 1970, especialmente o crescimento das áreas periféricas, que seriam o local por excelência de residência da classe trabalhadora (Camargo et al., 1976). Apesar de aparentemente caótico e desordenado, esse crescimento seria explicado pela lógica do desenvolvimento capitalista, pelos processos associados de acumulação do capital e especulação; assim, as condições urbanas de existência seriam um retrato das condições mais gerais da economia (Camargo et al., 1976; Santos, 1979). O próprio desenvolvimento urbano de São Paulo seria marcado desde a década de 1920 pelo desenho e redesenho da cidade em função das necessidades de implementação de padrões específicos de desenvolvimento industrial capitalista (Bonduki, 1982).

A questão da periferia surge com força nesse período tanto entre técnicos do poder público como nos meios intelectuais (Bonduki, 1982; Valladares, 1982). Segundo Bonduki (1982), o modelo de habitação baseado no trinômio loteamento periférico – casa própria – autoconstrução seria um reflexo da forma de expansão do capitalismo no Brasil a partir do final dos anos 1950, diagnóstico presente também na análise de outros autores (Maricato, 1982; Santos, 1979). A autoconstrução em loteamentos periféricos era considerada o principal elemento na “reprodução dilapidada” da classe trabalhadora, permitindo o rebaixamento dos salários. Como aponta Maricato (1982), a ausência de políticas estatais de habitação<sup>28</sup> – e a ausência de provisão via mercado, como ocorria em tempos anteriores, nas vilas operárias para trabalhadores qualificados ou com salários adequados que permitissem o pagamento de aluguéis (Bonduki, 1982) – fazia com que a autoconstrução da casa “própria” fosse a única alternativa para a classe trabalhadora<sup>29</sup>. Esses autores criticavam ainda algumas visões idealizadas dos aspectos “solidários” da autoconstrução, as interpretações que a associavam a um dado cultural da

---

28 O Estado não era apenas “o grande ausente” nesse processo, pois muitos autores destacavam sua atuação como instrumento do capital, ao produzir investimentos e valorizações de certas áreas (Vetter e Massena, 1981; Smolka, 1992; Santos, 1979) e mesmo através de políticas como o BNH, destinadas especialmente às camadas médias.

29 Maricato (1982) destaca que muitas vezes a ilegalidade da posse da terra e/ou a falta de adequações dos loteamentos periféricos aos padrões urbanísticos básicos impediam a efetiva propriedade da casa.

população do campo, e ainda problematizavam a idéia de autoconstrução como superexploração da classe trabalhadora<sup>30</sup> (Maricato, 1982). Segundo Valladares (1982), esses loteamentos geralmente ocorriam em áreas remanescentes de uso rural incorporadas ao espaço urbano pelo desenvolvimento dos meios de transporte<sup>31</sup>, sendo objeto de intensa especulação imobiliária<sup>32</sup> (Maricato, 1982; Bonduki e Rolnik, 1982; Smolka, 1992; Santos, 1979 e 1985), sendo a maioria clandestinos por não cumprirem as exigências de infra-estrutura e serviços urbanos. Para além da produção de casas, a autoconstrução seria um elemento central na produção do espaço urbano naquele momento, gerando inclusive a “proletarização” do mesmo (Maricato, 1982; Bonduki e Rolnik, 1982).

Esse processo de periferização, que era abordado como um modo específico de estruturação do espaço urbano, como um processo característico do tipo de desenvolvimento capitalista no Brasil (Bonduki, 1982), teria como uma de suas principais conseqüências a segregação espacial das classes trabalhadoras (Valladares, 1982), que seriam obrigadas a se deslocar para as áreas mais distantes dos centros urbanos. Essas áreas seriam caracterizadas pela ausência de investimentos públicos, pela precariedade, pela distância em relação ao centro, conforme atestam vários autores:

*“Surge no cenário urbano o que será designado de “periferia”:  
aglomerados, clandestinos ou não, carentes de infra-estrutura, onde  
vai residir a mão de obra necessária para o crescimento da  
produção”.* (Camargo et al., 1976: 25).

---

30 Havia ainda uma série de debates em torno do caráter de superexploração representado pela auto-construção (Oliveira, 1977; Kowarick, 1979). Autores como Bonduki e Rolnik (1982) e Smolka (1992) destacam que o trabalhador não era um simples brinquedo nesse processo, uma vez que também especulava, aproveitando não só o valor de uso de sua moradia, mas também seu o valor de troca – assim, a habitação também era mercantilizada. Bonduki e Rolnik (1982) e Santos (1979) destacam que esse processo de revenda do lote acirrava a segregação, uma vez que essas famílias iam morar muitas vezes em áreas ainda mais precárias.

31 Segundo Bonduki, (1982: 161), o ônibus era o “companheiro fiel da periferização”. Nesse sentido, a substituição dos bondes pelos ônibus e uma série de alterações ocorridas especialmente a partir da década de 1930 – como o Plano de Avenidas de Pretes Maia (1938) e a lei de congelamentos dos aluguéis (1942) –, foram elementos centrais na transformação dos padrões de habitação da classe trabalhadora em São Paulo, que de moradias alugadas nas regiões centrais passou a habitar “casas próprias”, autoconstruídas, nas periferias.

32 Um dos principais artifícios utilizados era a retenção de lotes vazios entre os loteamentos periféricos, a espera de valorização após os primeiros investimentos públicos, geralmente as primeiras linhas de ônibus (Camargo et all, 1976; Santos, 1979; Bonduki e Rolnik, 1982).

*“(...) aqui chamamos de “periferia” as áreas que não receberam nenhum investimento, não contando portanto com equipamentos urbanos durante vários anos ou décadas” (Bonduki, 1982:147).*

*“Podemos caracterizar assim a periferia urbana como o espaço da residência da classe trabalhadora ou das camadas populares, espaço que se estende por vastas áreas ocupadas por pequenas casas em pequenos lotes, longe dos centros de comércio ou negócios, sem equipamento ou infra-estrutura urbanos (...)” (Maricato, 1982: 82-83).*

*“No atual modelo de desenvolvimento urbano brasileiro, aos pobres é cada vez mais vedado e controlado o acesso à MORADIA nos Núcleos. Ficam-lhes, portanto, vedadas as vantagens do MORAR em lugares bem servidos por infra-estrutura básica, equipamentos e serviços urbanos. Em particular, lhes é dificultada e acessibilidade ao trabalho, acrescentando, para as camadas muito pobres, uma dificuldade extra aos seus esquemas de sobrevivência” (Santos, 1979: 26; destaques do autor).*

Essa caracterização das áreas periféricas marcadas de forma praticamente homogênea<sup>33</sup> pela precariedade das condições de vida relaciona-se ainda com questões mais amplas relativas à forma urbana, ao modelo radial-concêntrico de distribuição dos grupos sociais<sup>34</sup>. Segundo esse modelo, haveria um gradiente decrescente de renda e condições gerais de vida na medida do afastamento em relação ao centro. O núcleo de grandes metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro seria caracterizado por amplo acesso a serviços coletivos e à infra-estrutura, sendo o local de residência das classes mais abastadas, enquanto a periferia, marcada por esse cenário de precariedades já descrito, seria o local de residência das classes trabalhadoras.

Essa dicotomia centro/periferia não era uma mera descrição da estrutura social no espaço, tinha um significado estrutural para a maioria dos autores, pois uma das partes da relação só existiria em função da outra (Santos, 1979). Na

---

33 Apesar da tese da homogeneidade das áreas periféricas ser uma das principais características da literatura desse período – tendo grande força ainda hoje – alguns autores (como Bonduki e Rolnik, 1982) ressaltavam que havia certa diversidade entre essas áreas periféricas, ainda que em termos de “hierarquização” de precariedades.

34 Essa caracterização da estrutura urbana das cidades brasileiras apresentava forte influência da Escola de Chicago, conforme aponta Recio (2003).

explicação desse modelo de estruturação urbana, Valladares (1982) destaca as condições salariais das classes trabalhadoras, a expulsão direta (por meio de programas de remoção de favelas e renovação urbana) e indireta dos núcleos urbanos (decorrência da legislação e taxação urbanas e da especulação imobiliária). Entre os diversos mecanismos mobilizados pelos autores para explicação do processo de periferização, destacam-se os efeitos do mercado fundiário<sup>35</sup> e imobiliário (Vetter e Massena, 1981<sup>36</sup>; Smolka, 1992; Ribeiro e Lago, 1991; Kowarick, 1979), associados principalmente à atuação estatal na distribuição dos benefícios coletivos (Vetter e Massena, 1981), ou mesmo devido à ineficácia da atuação do Estado na promoção de serviços coletivos (Santos, 1979). Apesar da grande responsabilização do Estado em todo esse processo, alguns autores destacam que não é possível afirmar que havia um plano consciente para o desenvolvimento desse processo de periferização, mas sim diversos processos associados (Bonduki, 1982). Assim, os principais agentes destacados nesse processo de crescimento urbano através da criação de loteamentos periféricos eram o Estado, os proprietários fundiários, os loteadores, os corretores e os próprios moradores, que também participavam desse processo especulativo (cf. Smolka, 1992; Santos, 1979; Bonduki e Rolnik, 1982).

A partir dessa caracterização, percebe-se que a segregação dos grupos sociais no espaço – que naquele momento era abordada enquanto segregação entre classes sociais pela maioria dos autores, com forte inspiração marxista – estava intimamente relacionada com os processos de periferização gerados no contexto daquele tipo de capitalismo. Percebe-se ainda que o Estado, a serviço das necessidades de reprodução do capital, era visto como um dos principais atores na geração desse tipo de distribuição espacial dos grupos sociais, uma vez que a distribuição desigual dos custos e benefícios da urbanização entre os grupos sociais gerava áreas cada vez mais segregadas (Smolka, 1992). Nas

---

35 Especialmente os diferenciais gerados pela renda da terra (Vetter e Massena, 1981).

36 Por meio do modelo de “causação circular”, os autores destacam que as ações do Estado provocam efeitos sobre a superfície de preços no mercado de solo urbano, uma vez que esses investimentos tendem a ser direcionados para as áreas de alta renda (dada a alta correlação entre poder econômico e poder político), afetando o status sociais dessas áreas e influenciando a segregação residencial segundo grupos de rendimentos. Depois o ciclo se reinicia com novas ações estatais – uma vez que a segregação residencial estimula novas ações estatais nas áreas mais ricas (Vetter e Massena, 1981).

palavras de Bonduki e Rolnik (1982: 146): “*assim se configura uma cidade ocupada diferencialmente pelas classes, que se apropriam de parcelas do território de acordo com o nível de renda a que têm acesso. Uma cidade, enfim, segregada*”.

Percebe-se ainda que o destaque era dado às causas do processo de periferização, de formação de áreas segregadas nas quais residiam as classes trabalhadoras; a segregação não era um tema em si nesse contexto. O que se pretende nesse trabalho é deslocar o foco para a questão da segregação residencial das camadas mais pobres e para suas conseqüências, especialmente do ponto de vista das políticas públicas, como será demonstrado.

## **2.1. O que ocorreu nas décadas de 1980 e 1990 até hoje**

Dando continuidade à trajetória das questões urbana e social no Brasil, é importante destacar o refluxo desses estudos urbanos de inspiração marxista nos anos 1980. O tema da marginalidade perde sua centralidade, dando lugar a estudos sobre movimentos sociais sindicais e urbanos e estudos sobre o processo de democratização; surgem novas questões, como democracia, participação e autonomia, uma vez que muitos autores enxergavam um potencial emancipatório nos movimentos sociais urbanos (Kowarick, 2000). Esse deslocamento ocorreu ainda devido à crise do paradigma marxista, devido à percepção da insuficiência dessas explicações para a compreensão dos fenômenos urbanos. Conforme destaca Kowarick (2000: 123):

*“Em termos gerais, passou-se das análises centradas no Estado, de cunho macroestrutural, apoiadas no instrumental marxista, para microdinâmicas da sociedade civil. O esforço interpretativo que procurava entender os movimentos gerais da expansão capitalista, os vários significados de sua condição de dependência, que visava enfim analisar as **contradições urbanas** voltou-se para o âmbito local, o modo de vida ou as estratégias de sobrevivência das camadas populares”* (grifos do autor).

Os estudos relativos aos movimentos sociais, que tiveram várias fases<sup>37</sup>, passaram então a procurar os atores sociais<sup>38</sup> e a analisar seus modos de vida, seu cotidiano, repudiando as análises anteriores, marcadas por estruturas sem sujeitos. Verificou-se, assim, a emergência de estudos localizados que abordavam as revoluções cotidianas e que rejeitavam as formas de representação da democracia formal, dos partidos, de tudo o que ultrapassava o local, defendendo o funcionamento das associações autônomas, não-institucionalizadas (Moisés, 1982; Sader, 1988; Jacobi, 1989, Gohn, 1991). Apesar da relevância desses estudos no sentido da incorporação da questão cultural, do local e do cotidiano, eles acabaram desqualificando o Estado, que passou a ser sinônimo de centralização, de ditadura. Nos termos de Kowarick (2000: 123), “(...) *da estrutura sem sujeitos, passou-se à análise dos sujeitos liberados de qualquer constrangimento estrutural*”. Assim, o Estado transformou-se em um ponto cego na literatura urbana, sendo resgatado somente no período mais recente (Marques, 2000).

Após os estudos sobre os movimentos sociais, ocorreu uma certa dispersão analítica, uma ausência de orientação comum aos estudos urbanos desenvolvidos nos anos 90 em diante. Conforme apontado em Marques e Torres (2005), o desgaste das macro-narrativas para explicação dos fenômenos urbanos gerou uma ausência de modelos abrangentes para a explicação dos fenômenos urbanos recentes, como as novas formas de segregação, as novas facetas da pobreza urbana, que cada vez mais se apresenta de forma heterogênea – tanto em termos de sua própria composição quanto em termos de sua distribuição espacial. Outro desafio colocado é o relativo paradoxo configurado por maior acesso a serviços e infra-estrutura urbana, especialmente em contextos como São Paulo (Caldeira, 2000;

---

37 Cardoso (1994) destaca dois momentos principais, o momento da “emergência heróica” dos movimentos como novo instrumento político (que teria vigorado dos anos 70 até o início dos 80) e a fase da institucionalização dos movimentos, da relação mais intensa entre estes e o Estado, caracterizada por muitos como período de “refluxo”, especialmente após a abertura democrática.

38 Entre os novos atores que então “entravam em cena” destacavam-se os clubes de mãe, as comunidades eclesiais de base, o movimento sindical, os movimentos por melhorias urbanas, entre outros (cf. Sader, 1988). Organizando esses novos movimentos sociais, destacavam-se três matrizes discursivas principais, uma configurada nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), outra na esquerda, com a questão da educação popular, e uma última no contexto do novo sindicalismo.

Marques, 2000, Rocha, 2000)<sup>39</sup>, associado a desigualdades crescentes e cenários de acentuada precariedade. Esse paradoxo configura-se com mais força após a superação do debate relativo à “década perdida” (Faria, 1992), ou seja, após o reconhecimento de que os indicadores sociais médios da década de 1980 realmente melhoraram em comparação com décadas anteriores<sup>40</sup>, especialmente devido à ação do Estado, a despeito dos resultados econômicos desfavoráveis.

Começaram a surgir também estudos preocupados com outros aspectos da vida na cidade, como os elementos subjetivos da vivência urbana, mais próximos da antropologia urbana (Magnani, 2002). No âmbito da questão social, como aponta Recio (2003), os anos 1990 são marcados pela percepção do agravamento das desigualdades, de dificuldades cada vez maiores de inserção no mercado de trabalho, frágeis proteções sociais, existência de bolsões de pobreza (mesmo nos centros urbanos mais dinâmicos), além da percepção do esgarçamento do tecido social no plano da sociabilidade. Esses aspectos estimulam a difusão de estudos que resgatavam a temática francesa do desligamento social, da exclusão social e até mesmo a retomada de debates relativos às condições de marginalidade. Recio (2003) destaca ainda o desenvolvimento de concepções ético-normativas de exclusão social (como em Sposati, 1996; Oliveira, 1997 e Nascimento, 1994), além de debates relativos à “nova pobreza”.

Atentando para os números da pobreza, Paes de Barros, Henriques e Mendonça (2000) destacam que os elevados níveis de pobreza observados no país são principalmente determinados pela estrutura da desigualdade brasileira, ou seja, pela perversa desigualdade na distribuição da renda e das oportunidades de inclusão econômica e social. A pobreza e a desigualdade são fenômenos distintos, ainda que associados, uma vez que a própria caracterização da pobreza – entendida enquanto destituição dos meios de

---

39 Na década de 1990, inúmeros estudos passaram a destacar a existência de investimentos estatais significativos nos espaços periféricos já nas décadas de 1970 e 1980 (Jacobi, 1989; Watson, 1992; Marques, 2000; Bueno, 2000 e D’Alessandro, 1999).

40Albuquerque e Vilela (1991) destacam que a perda do dinamismo na década de 1980 ocorre de forma muito mais acentuada no plano econômico do que no plano social, um vez que houve estagnação do PIB com evolução positiva do IDR (Índice de Desenvolvimento Relativo), agravamento das desigualdades de renda, com atenuação das disparidades regionais.

sobrevivência física – recorre muitas vezes à comparação entre pobres e não pobres, relação que está no cerne do conceito de desigualdade (Abranches, 1994).

Considerando a pobreza em sua dimensão de insuficiência de renda, Paes de Barros, Henriques e Mendonça (2000) observam uma relativa estabilidade na intensidade da pobreza nas duas últimas décadas. Mesmo com essa relativa estabilidade, interrompida por pequenas flutuações descendentes por ocasião dos Planos Cruzado e Real, houve uma mudança de patamar no nível de pobreza nacional, uma vez que em 1977, 39% da população podia ser considerada pobre e, em 1998, cerca de 33% – ou seja, na década de 1990 o patamar de pobreza passou a girar em torno de 30% da população. Apesar dessa redução relativa da pobreza no período 1977-1998, o número absoluto de pobres aumentou de 40 para 50 milhões, devido ao crescimento populacional.

Analisando os dados relativos à pobreza urbana, Rocha (2000) destaca que não é possível analisar a pobreza nas regiões metropolitanas brasileiras de modo isolado das dinâmicas demográficas e econômicas que ocorreram nos últimos tempos. Na década de 1970, a autora destaca o processo de crescimento demográfico e econômico e o intenso processo de metropolização, de migração campo – cidade, processos estes que geraram enormes pressões demográficas sobre os serviços urbanos e empobrecimento da população, ao mesmo tempo em que havia forte crescimento do PIB. Já a década de 1980 marca uma inflexão nas tendências demográficas e econômicas: forte queda na taxa de fecundidade, com conseqüente redução no ritmo de crescimento demográfico do país; interrupção na trajetória de crescimento contínuo do PIB, devido à crise econômica do início dos 80; redução do processo de metropolização; aumento da participação das metrópoles na pobreza nacional. Na década de 1990, Rocha destaca que o aumento da pobreza metropolitana afetou negativamente a evolução da proporção de pobres no Brasil, e houve uma certa “desruralização da pobreza”, com a estabilização da proporção de pobres nas áreas urbanas não metropolitanas. O impacto negativo mais intenso ocorreu na RM de São Paulo, centro da reestruturação produtiva na

indústria, sendo que a proporção de pobres passou de 33,6% em 1990 para 41,9% em 1993.

Ao lado dos números que destacam a relevância da pobreza urbana, os debates recentes a respeito do tema apontam a existência de uma “nova pobreza”, marcada por novos elementos demográficos – novas composições familiares, redução no tamanho da família, aumento da chefia feminina (Esping-Andersen, 2004) – e por maior acesso a bens e serviços, maior acesso a políticas públicas em geral (Torres, 2005; Marques e Torres, 2005). Por outro lado, há maior exposição a outros tipos de riscos, como violência, desemprego, dificuldades de inserção social, bloqueios a possibilidades de mobilidade social ascendente (Torres, 2005; Kowarick, 2001). Nesse sentido, há uma percepção mais clara de que essa “nova pobreza” é bem complexa e heterogênea (Mingione 1999; Esping-Andersen, 2004; Boltvinik, 1998), tanto do ponto de vista da composição social dos grupos considerados pobres (CEM-CEBRAP e SAS/PMSP, 2004; Marques e Torres, 2005), quanto de sua distribuição espacial. Diversos autores (Torres, 2005; Marques e Torres, 2005, entre outros) destacam ainda que a “nova pobreza urbana” envolve cada vez mais componentes de segregação residencial, conforme será destacado na próxima seção.

### **3. A segregação residencial**

A Primeira Escola de Chicago marca o nascimento da sociologia urbana, lançando a discussão sobre a segregação, atualizada atualmente com o tema da dualidade da cidade global (Préteceille, 2004). Esses primeiros estudos sobre segregação, desenvolvidos nas décadas de 20 e 30 nos Estados Unidos, referiam-se especialmente aos guetos de população migrante (Park et al., 1925) e buscavam entender a causalidade das formas espaciais, destacando uma importante forma de caracterização dos grupos sociais no espaço, o modelo radial concêntrico.

Na América Latina, os estudos sobre a segregação urbana desenvolveram-se em período posterior, de forma relacionada com a dimensão da desigualdade: *“la segregación residencial que existe en las sociedades latinoamericanas es*

*expresión geográfica de la desigualdad social que se ha vuelto un sello característico en comparación con otras regiones del mundo*” (Filgueira e Peri, 2004:38). Kaztman e Retamoso (2005b) destacam dois padrões de segregação nas cidades latino-americanas. O primeiro, típico das décadas de 60 e 70, seria marcado pelo processo de substituição de importações, estimulando a migração de trabalhadores pouco qualificados para as cidades, que foram habitar as áreas periféricas. Configuravam-se “barrios obreros” com organização própria, isolados dos bairros de classe média, e ainda havia possibilidade de conquista simbólica de cidadania urbana e acesso real a bens e serviços. O segundo padrão (“new globalised model”) seria marcado pelo movimento de trabalhadores pouco qualificados para os setores informais, pela maior proximidade física das classes sociais associada a maior distância social, pela mobilidade descendente dos setores pouco qualificados<sup>41</sup>. Apesar da difusão do tema, as análises recentes sobre a segregação urbana na América Latina ainda são caracterizadas por falta de unidade conceitual e falta de estudos empíricos sistemáticos (Rodríguez e Arriagada, 2004).

No Brasil, como visto, os estudos sobre segregação urbana desenvolveram-se especialmente a partir da década de 1970, no contexto de discussões mais amplas a respeito da questão urbana, das formas de estruturação do espaço no contexto do capitalismo brasileiro da época. E, como apontado, o que interessava era o entendimento dos processos que estavam na causa do fenômeno, e não a segregação em si ou suas conseqüências.

O conceito de segregação está longe de ser consensual (Sabatini, 2001). Em sentido estrito, mais extremo, a segregação corresponderia à formação de guetos ou cidadelas, com fortes impedimentos à entrada e saída, com constituição de barreiras físicas, geralmente impostas legalmente (Marcuse, 1997)<sup>42</sup>. Outra distinção realizada por Marcuse (2004) refere-se à diferença entre as aglomerações espaciais formadas por segregação voluntária – caso

---

<sup>41</sup>*“In other words, if the formation of marginal settlements in the mid-twentieth century was driven by the strong pull of cities, since the 1980s it is mainly expulsion processes that have been at work. Secondly, if what characterized the situation confronting the urban poor in the 1950s was the widening of channels of mobility, the most prominent feature of today’s situation is the narrowing of those channels.”* (Kaztman e Retamoso, 2005a:130)”. Apesar de se referirem ao caso do Uruguai, essas mudanças foram observadas também no Brasil.

de grupos de migrantes, geralmente com a mesma origem étnica, que resolvem morar no mesmo local, reforçando assim laços comunitários e de identidade; caso também dos “enclaves fortificados” desenvolvidos em período recente pelas camadas mais abastadas de diversas sociedades (Davis, 1992; Caldeira, 2000) – e por segregação involuntária – caso dos guetos de judeus durante a Segunda Guerra Mundial, dos guetos negros da África do Sul durante o *apartheid* e dos guetos negros nos Estados Unidos pré direitos civis.

A segregação também pode ser caracterizada como desigualdade de acesso a condições gerais de vida, como desigualdade de acesso a políticas públicas e aos benefícios gerados pelo Estado (Préteceille, 2003). No Brasil, autores como Vetter e Massena (1981) destacaram essa dimensão da segregação nos estudos que desenvolveram a respeito da apropriação desigual dos benefícios líquidos dos investimentos estatais. Pasternak (2004) também se refere à segregação como resultado de uma desigualdade socioespacial que se expressa na organização do território da cidade

Um outro sentido de segregação refere-se à separação entre grupos sociais no espaço<sup>43</sup> (Torres, 2005a; Pasternak, 2004), configurando certa homogeneidade interna (Villaça, 2004) e heterogeneidade externa – ou seja, trata-se de analisar os padrões de semelhança e diferença na distribuição dos grupos sociais no espaço, segundo uma certa clivagem (Marques, 2005). Uma das principais questões envolvidas nessa concepção é o grau de homogeneidade necessário para a identificação de uma área como segregada<sup>44</sup>, questão que se relaciona diretamente com a dimensão da escala da segregação, conforme desenvolvido por Sabatini (2000) para o caso do Chile, e aprofundado no Capítulo III. Esse sentido de segregação (denominado geralmente de “segregação residencial”), com forte tradição nos estudos de segregação norte-americanos, tem como uma de suas vantagens permitir a construção de indicadores sintéticos de

---

42 Essa forma extrema de segregação corresponderia à exclusão social em sentido mais forte, de acordo com Castel (1997).

43 A origem desse sentido do termo segregação enquanto separação entre grupos sociais é identificada por diversos autores em Castells (1983).

44 Segundo Villaça (2004), que destaca a questão da segregação das classes de alta renda nas cidades brasileiras, o principal elemento definidor da segregação seria a “alta concentração” de camadas de alta renda em certos locais, relaxando a necessidade de homogeneidade interna por considerar a complexidade da distribuição dos grupos sociais nas metrópoles brasileiras – nesse sentido, seriam raras as áreas totalmente segregadas.

segregação, que por sua vez permitam comparações no tempo e entre regiões (Torres, 2004). Especialmente devido a essa vantagem, esse será o conceito de segregação adotado nesse trabalho<sup>45</sup>.

Mesmo com a adoção desse conceito de segregação enquanto separação residencial de grupos sociais, há divergências a respeito de que “grupos sociais” devem ser objetos de atenção, como grupos étnico-raciais (presentes especialmente no caso do debate norte-americano – Wilson, 1987; Massey e Denton, 1993; Jargowski, 1997 – e muito mais raros no debate brasileiro, sendo Telles, 2003, uma exceção), classes sociais (como no caso do debate francês, conforme destaca Préteceille, 2004 – e entre autores brasileiros, como Villaça, 2000<sup>46</sup>), categorias sócio-ocupacionais (Ribeiro e Lago, 1999; Pasternak, 2004), entre outros, sendo que essas escolhas geralmente estão baseadas nas principais clivagens sociais existentes em cada contexto (Torres, 2005a). Como aponta Préteceille:

*“A escolha das categorias pertinentes para a análise da segregação corresponde em larga medida às categorias propaladas na enunciação pública do problema, resultado do processo sócio-político específico a cada país de construção histórica das representações das questões social e urbana (...)”* (2004:20).

Em todos esses sentidos discutidos, nota-se que a segregação é um conceito espacial por definição (Torres, 2004; Villaça, 2004). Também é importante destacar que a segregação é um fenômeno relacional por excelência, ou seja, envolve oposições hierárquicas entre parcelas da população (Torres, 2005a; Almeida e D’Andrea, 2004). Essas considerações destacam a dimensão subjetiva da segregação<sup>47</sup>, que envolve as percepções que as pessoas têm da segregação objetiva, as construções simbólicas a respeito dos diferentes grupos sociais, a identidade e o (des)prestígio de certos bairros ou zonas da

---

45 O Capítulo 2 aborda algumas formas de identificação de áreas segregadas no município de São Paulo.

46 De acordo com Villaça (2000), a segregação segundo classes sociais dominaria e explicaria todas as outras formas de segregação. Para o autor, a segregação é uma categoria espacial vital no entendimento da produção do espaço urbano e para a compreensão da totalidade social – uma vez que estaria interligada com a política, a economia, a ideologia (Villaça, 2004).

47 Sabatini destaca três dimensões principais da segregação: 1) tendência à concentração de certos grupos sociais em certos bairros; 2) Conformação de áreas com alto grau de homogeneidade social; 3) percepção subjetiva que as pessoas têm da segregação objetiva.

cidade, os estigmas territoriais, podendo gerar, inclusive, efeitos de desintegração social (Sabatini, 2004; Kaztman e Retamoso, 2005a). Desse modo, é claro que tanto a auto-segregação das classes altas quanto a segregação involuntária das classes baixas geram conseqüências para os dois lados, tornam mais ásperas as relações entre as classes sociais, acarretando especialmente a deterioração do espaço público como espaço de interação social (Caldeira, 2000).

Outro esclarecimento relevante refere-se à distinção entre descrição e explicação do fenômeno da segregação (Villaça, 2004). Torres (2005a) destaca que apesar da relevância do tema da segregação na América Latina, são raros os estudos que enfocam a medição empírica da segregação<sup>48</sup>, como é freqüente em outros contextos, notadamente nos Estados Unidos (Duncan e Duncan, 1995; Massey e Denton, 1993; Jargowski, 1997). Além disso, no debate nacional há maior ênfase às causas da segregação, e não aos seus efeitos, como ocorre em outros contextos, como nos EUA<sup>49</sup> (Lago, s/d; Torres, 2005a e 2005b).

No caso brasileiro, autores como Santos (1979: 21) destacam que *“a história da evolução urbana recente pode ser resumida como a do progresso das maneiras de criar áreas privilegiadas e de “limpá-las” de presenças indesejáveis ou de impedir seu uso por quem não tem qualidade suficiente para consumi-las”*. Ou seja, o processo de evolução urbana das metrópoles brasileiras seria marcado por forte segregação, processo que, segundo Massey e Denton (1993), seria o “elo perdido” no entendimento da pobreza urbana.

Contudo, é importante destacar que os atuais padrões de segregação residencial são produções históricas relativamente recentes, que se diferenciam em relação a outros modelos de estruturação urbana vigentes em décadas passadas. Caldeira (2000) destaca três padrões de segregação em São Paulo. O primeiro, datado de fins do século XIX até 1940, seria a cidade

---

48 Há várias medidas disponíveis para a mensuração da segregação, como o índice de dissimilaridade. Para uma excelente resenha das formas de medição da segregação na literatura e para um exercício de medição da segregação residencial em São Paulo, ver Torres, 2005a.

49 Esse debate desenvolve-se principalmente em torno da noção de “neighborhood effects” (Brooks-Gunn, J. e Duncan, 1997).

mais concentrada em torno de seu núcleo original, sendo que já havia segregação das classes altas (Bonduki, 1982)<sup>50</sup>, apesar da proximidade entre ricos e pobres (Pasternak, 2004). O segundo padrão, de 1940 a 1980, seria marcado pelas grandes distâncias entre o centro e a periferia em expansão, com as classes sociais mais distantes entre si, em função da maior dispersão da cidade – esse padrão seria resumido pelo modelo radial-concêntrico de distribuição dos grupos sociais. O último padrão, vigente após 1980, seria marcado pela maior complexidade dos espaços, pela maior proximidade entre as classes sociais (presença de classes altas na periferia e de classes baixas incrustadas em áreas nobres – sendo o bairro do Morumbi o caso paradigmático em São Paulo). É nesse contexto que se acentua a auto-segregação das camadas de alta renda nos “enclaves fortificados”, objeto de estudo de Caldeira (2000).

Assim, os novos padrões de estruturação interna da cidade seriam marcados por maior diversificação social em áreas antes exclusivas das camadas de baixa renda, pela difusão da pobreza pelo tecido urbano, pela emergência de novas formas de segregação das camadas médias, ao lado de áreas ainda fortemente marcadas por segregação das classes baixas (Ribeiro e Lago, 1991; Caldeira, 2000). Esse novo modelo, mais “fractal” (Pasternak, 2004), marcado pela maior proximidade entre grupos sociais, torna mais complexa a caracterização dos grupos sociais. Para muitos autores (Marques, 2000; Marques, 2005; Caldeira, 2000; Pasternak, 2004; Marques e Torres, 2005), as melhorias na infra-estrutura urbana e na provisão de serviços públicos nas áreas periféricas impõem a revisão do modelo centro-periferia como caracterização adequada da estruturação urbana de São Paulo. Contudo, alguns autores defendem que a coexistência entre novos e velhos padrões de segregação permite falar em padrão centro-periferia como macro-

---

50 “A intensa utilização do terreno na construção de cortiços, o aluguel de porões insalubres – numa época em que as casas eram obrigadas a ter porões – e a subdivisão de velhos prédios são formas de habitação que reduzem o efeito do preço da terra, ativo fator de segregação residencial, no custo final da moradia alugada. Os cortiços encontram, assim, condições econômicas para se espalhar por toda a cidade, impedindo ou dificultando a formação de bairros exclusivos de alta renda, embora a burguesia tente constantemente criá-los” (Bonduki, 1982:142-143);

caracterização da cidade de São Paulo ainda hoje (Kowarick, 2004; Pasternak, 2004; Taschner e Bógus, 2005).

Estudos desenvolvidos no âmbito do Centro de Estudos da Metrópole (CEM-CEBRAP e SAS/PMSP, 2004; Marques e Torres, 2005) apontam para a complexidade do tecido social de São Paulo que, ao lado de situações de pobreza associadas com forte segregação residencial, apresenta situações de privação sócio-econômica com inserção na cidade e acesso aos benefícios gerados pelo Estado. Essas áreas se distribuem por todo o município de forma bastante complexa, indicando que cada vez mais é preciso falar em *periferias*, com características bastante peculiares, e não mais em “periferia”, uma vez que esse rótulo abrangente coloca sob o signo da homogeneidade realidades muito distintas. Tal constatação da heterogeneidade da pobreza, no entanto, só é possível na medida em que os dados são observados de modo bastante desagregado e são considerados os múltiplos aspectos da pobreza (Mingione, 1999), aspectos considerados no Capítulo II.

Além da consideração das novas formas de segregação presentes na cidade de São Paulo, é importante retomar de forma breve as causas levantadas pela literatura para esses processos. Villaça (2000), ao tratar da segregação residencial por classes sociais, destaca a articulação de processos políticos (localização dos aparelhos do Estado e da infra-estrutura), econômicos (mercado imobiliário, preço da terra) e ideologia (noção de deterioração do centro da cidade, “centro velho”, delimitação ideológica do que é a “cidade”), destacando que toda a segregação é coercitiva. Muitos autores (como Vetter e Massena, 1981; Smolka, 1992; Préteceille, 2003; Marcuse, 2004; Marques, 2003) destacam o papel do Estado na promoção da segregação, especialmente por meio de seus investimentos em infra-estrutura urbana, que são desigualmente distribuídos no espaço, gerando valorizações de certas áreas e desvalorizações de outras – além de geralmente serem apropriados pelas camadas melhor inseridas sócio-economicamente (Vetter e Massena, 1981). O Estado também estimula a segregação por meio das políticas públicas tradicionais, pois elas criam e transformam o espaço simplesmente por sua localização, gerando condições diferenciadas de acesso (CEM-CEBRAP e SAS/PMSP, 2004). Como apontado na seção anterior, a literatura

destaca ainda o papel e as estratégias dos incorporadores imobiliários (Vetter e Massena, 1981; Smolka, 1992; Santos, 1979) e as dinâmicas do mercado de trabalho na geração da segregação residencial (Ribeiro e Lago, 1999). Alguns autores latino-americanos destacam ainda os padrões de migração intra e extra-metropolitana (Rodríguez e Arriagada, 2004), além das dinâmicas do mercado de terras (Sabatini, 2004). Como destacam Torres et al (2003), muito provavelmente todos esses processos estão relacionados e ocorrem simultaneamente.

Para além das causas da segregação residencial, é necessário atentar para as conseqüências da concentração espacial de privações em certos territórios, debate muito forte nos Estados Unidos (Brooks-Gunn e Duncan, 1997; Yinger, 2001; Durlauf, 2001) e ainda incipiente no Brasil (Torres, 2004). Uma das formas de consideração das conseqüências da segregação configura-se nos estudos relativos aos “efeitos de vizinhança” (“neighborhood effects”), que surgem a partir da análise das condições de vida nas comunidades negras e pobres nos Estados Unidos. Os autores passam a destacar que a segregação contribui para a reprodução da pobreza – à medida que a concentração espacial de privação estimula uma série de valores negativos, comportamentos nocivos, ausência de modelos bem-sucedidos –, gerando espirais descentes de condições de vida (Massey e Denton, 1993; Brooks-Gunn e Duncan, 1997)<sup>51</sup>. Como apontam Kaztman e Retamoso (2005a: 126), no contexto do debate latino-americano:

*“Neighborhoods are seen as ecological contexts that intervene between people and the most important sources of physical, social and human assets in the market, the State and the community. This takes place in two main ways. Firstly, through a progressive narrowing of the spheres of interaction with other social classes, and secondly, through a widening of the differences between poor neighborhoods and the other parts of a city, in terms of the quality of services and institutions.”*

---

<sup>51</sup> Rodríguez e Arriagada (2004), esse debate tem como marcos teóricos as teorias do contágio ou da influência do grupo de pares; a questão da socialização coletiva a partir dos modelos oferecido pelos adultos e a teoria institucional, que destaca o papel das escolas.

Também no debate francês há essa preocupação com as conseqüências da concentração espacial da pobreza. Prêteceille, ao tratar da questão da segregação residencial na França, e abordar os mecanismos de reprodução da pobreza, afirma:

*“Este isolamento das categorias desfavorecidas foi criticado por duas razões: pelos efeitos negativos do reagrupamento das populações pobres – superposição e acúmulo de dificuldades materiais e de socialização, com risco para os imigrantes de retorno ao comunitarismo, dificultando a sua integração cidadã – além das características urbanas negativas desses bairros – imóveis degradados, urbanismo excessivamente denso e “desumano”, enclave, insegurança”. (2003: 2)*

No âmbito dos estudos latino americanos, a análise das conseqüências da segregação tende a destacar os problemas de integração social, a questão da geração de estigmas, aproximando-se mais dos termos do debate francês (Filgueira e Peri, 2004; Kaztman e Retamoso, 2005a).

Pensando o contexto brasileiro, Torres (2004) destaca que a segregação não é uma “mera curiosidade sociológica”, pois nos lugares com altas concentrações de pobres existem muitas “externalidades negativas”, ou seja, a performance individual é afetada por diferentes mecanismos sociais presentes nessas áreas. Nesse sentido, o autor (Torres, 2005b) destaca as conseqüências da segregação para os mecanismos de reprodução da pobreza: menor probabilidade de arrumar emprego, de acordo com o local de residência; efeitos sobre as redes de relações sociais (gerando maior isolamento e impactos sobre o acesso a uma série de informações relevantes para a inserção social); sobre o desempenho escolar (Torres, Ferreira e Gomes, 2005); maior incidência de gravidez na adolescência (CEM-CEBRAP e SAS-PMSP, 2004), entre outras dinâmicas perversas do ponto de vista das condições de vida das populações. Nesse sentido, a segregação é um fenômeno com amplos significados para políticas públicas (Torres, 2005b), que deveriam considerar o componente espacial da pobreza a fim de melhorar as intervenções realizadas e romper ciclos de reprodução da pobreza. Como se pretende demonstrar nos Capítulos II, III e IV, a segregação, em suas

diferentes escalas e formas de manifestação, tem impactos importantes do ponto de vista do acesso a políticas públicas, particularmente para o acesso à infra-estrutura urbana.

Essas considerações remetem ainda à distinção entre os “efeitos de vizinhança” e a questão do acesso à cidade. O primeiro, muito discutido na literatura norte-americana, está no plano da própria comunidade, dos efeitos negativos gerados pelo isolamento e concentração espacial de certos grupos sociais. O segundo, por sua vez, relaciona-se com a possibilidade ou não de se inserir na cidade como um todo, via meios de transporte, acesso a empregos dignos, a políticas públicas. Nesse sentido, no âmbito desse estudo verifica-se o impacto da segregação sobre o acesso à cidade, mais especificamente sobre o acesso dos mais pobres à política de infra-estrutura urbana – uma vez que os investimentos em infra-estrutura urbana contribuem para a distribuição arbitrária de perdas e ganhos entre os habitantes da cidade (Smolka, 1992) –, e não a dimensão das características das comunidades segregadas que podem ou não contribuir para a reprodução inter-geracional da pobreza<sup>52</sup>.

---

<sup>52</sup> Esses aspectos das comunidades segregadas só podem ser adequadamente avaliados por meio de metodologias qualitativas, de pesquisa de campo, por meio de um olhar mais “*de perto e de dentro*” (Magnani, 2002).

## **Capítulo II – O estudo empírico da segregação: escala, indicadores e métodos**

### **1. Introdução**

Além da discussão conceitual a respeito da segregação, apresentada no capítulo anterior, é importante identificar empiricamente as áreas segregadas em um certo contexto urbano, de modo a mensurar o tamanho do problema, a escala em que se manifesta de forma mais intensa, entre outros aspectos (Torres, 2004; Sabatini, 2000 e 2004). Essa identificação de áreas segregadas contribui, inclusive, para subsidiar o debate relativo à forma que adquire a segregação em contextos urbanos como o município de São Paulo, permitindo especificar e qualificar diversas hipóteses presentes na literatura. É importante destacar ainda que a partir da delimitação das áreas segregadas e da definição das escalas mais relevantes para o entendimento desse fenômeno é possível analisar o impacto da segregação sobre diversos problemas sociais, uma vez que o objetivo geral desse estudo não é entender a segregação em si, mas sim seus efeitos sobre o acesso a políticas públicas.

Visando esses objetivos, esse capítulo apresenta algumas estratégias para identificação de áreas segregadas e alguns indicadores de segregação desenvolvidos para o município de São Paulo. Esses indicadores foram construídos de modo a levar em consideração a relevância da escala da segregação, ou seja, o fato de que o recorte espacial escolhido para a análise do fenômeno afeta os resultados obtidos, conforme discutido na segunda seção. A terceira seção procura identificar áreas segregadas a partir do índice de Moran, que estima o grau de homogeneidade ou diferença entre áreas urbanas vizinhas entre si e permite a identificação de clusters de pobreza (Bichir, Torres e Ferreira, 2005). Essa identificação de áreas segregadas partiu da definição de locais com alta concentração de privação sócio-econômica, para além da renda, utilizando para tanto técnicas de análise fatorial. A quarta seção apresenta e discute os indicadores elaborados para especificar as dimensões segregação residencial no município de São Paulo, com a indicação da escala que cada um deles abrange.

## **2. Considerações sobre as escalas da segregação**

Uma cidade pode ser segregada com diferentes intensidades em diferentes escalas (Sabatini, 2004). Essa definição da escala em que a segregação é mais intensa em um dado contexto urbano é particularmente relevante por permitir diferenciar um problema metodológico – definição da unidade de análise – de um problema que é teórico, qual seja, a definição de qual é a escala mais importante para o entendimento da segregação em uma certa cidade, ou seja, qual é a escala da segregação mais relacionada com os problemas sociais presentes em um certo contexto urbano (Sabatini, 2004).

Sabatini destaca que o padrão de segregação nas cidades latino-americanas difere de forma significativa de acordo com a escala adotada. Considerando a baixa escala, ou seja, pequenas áreas, observa-se um padrão marcado por dispersão dos mais pobres em pequenos bairros por toda a cidade. Por outro lado, quando se considera uma escala maior, ou seja, uma maior agregação de áreas, verifica-se a aglomeração de famílias pobres nas áreas periféricas (Sabatini, 2004). Essas diferenciações também são observadas no caso do município de São Paulo, como será demonstrado.

Essa distinção entre as escalas permite ainda abordar a questão da micro e da macro segregação, sendo a micro segregação considerada uma escala geográfica mais detalhada (como, por exemplo, o isolamento espacial de determinados grupos sociais no interior de um bairro específico) e a macro segregação uma escala espacial mais abrangente, como os padrões de aglomeração espacial de certos grupos sociais na cidade como um todo (Sabatini, 2001). Esses planos diferenciados podem evoluir de maneira diversa em um mesmo contexto urbano, ou seja, pode haver diminuição da macro segregação e aumento da micro segregação, por exemplo, conforme observado no caso do Chile por esse autor.

A desconsideração ou confusão entre as diferentes escalas em que se manifesta o fenômeno da segregação provavelmente contribuiu para a persistência do modelo radial concêntrico como modelo mais utilizado para a descrição da distribuição espacial dos grupos sociais no município de São Paulo. Conforme apontado no capítulo anterior, diversos autores (Santos,

1979; Vetter e Massena, 1981, entre outros) destacam a existência de um gradiente decrescente de condições de vida e de acesso a serviços do centro – onde residem as classes sócio-economicamente mais favorecidas – em direção às periferias, nas quais moram as classes trabalhadoras em contextos marcados por diversas precariedades. Contudo, estudos desenvolvidos mais recentemente (Marques e Torres, 2005; Caldeira, 2000, entre outros), destacam que a distribuição espacial dos grupos sociais e mesmo a composição social dos mesmos são muito mais complexas, uma vez que a proximidade física entre as classes sociais combina-se de forma complexa (e perversa) com distância social (Sabatini, 2004). O que se pretende mostrar nesse capítulo é que esse modelo radial concêntrico funciona bem como descrição geral dos padrões de distribuição dos grupos sociais em São Paulo, como retrato da segregação em uma escala maior, mas não para uma descrição mais detalhada da realidade, em especial para o planejamento de políticas públicas, por exemplo.

Apesar de ser difícil realizar essas distinções de maneira precisa, cabe destacar que essa atual percepção da maior complexidade da distribuição dos grupos sociais no espaço e mesmo da maior heterogeneidade das situações de pobreza deve-se tanto a mudanças nos paradigmas que orientam esses estudos – relacionando-se principalmente com a questão do declínio das macro-explicações inspiradas no marxismo, como apontado no capítulo anterior – quanto à disponibilidade de novos instrumentais e métodos, como as ferramentas dos Sistemas de Informações Geográficas (SIGs), que permitem um olhar mais detalhado e complexo dos fenômenos sociais no espaço<sup>53</sup>. Assim, torna-se difícil precisar até que ponto essa complexidade já estava presente anteriormente, mas faltavam as “lentes” disponíveis hoje e também as abordagens preocupadas com explicações intra-urbanas mais precisas, e até que ponto essa complexidade nas distribuições espaciais e composições dos grupos sociais é um fenômeno mais recente estimulado por uma série de alterações na própria condição da pobreza.

---

53Para uma excelente abordagem da relevância dos Sistemas de Informação Geográfica para o planejamento de políticas públicas, ver Torres, 2005c.

A pobreza, conforme discutido no Capítulo I, é um fenômeno complexo e dotado de múltiplas dimensões. A pobreza e a desigualdade que caracterizam a América Latina têm grande impacto sobre a forma de organização espacial das cidades. Alguns analistas, como Paes de Barros, Henriques e Mendonça (2000) e Rocha (2000), demonstram que apesar do aumento do número de pobres nos últimos anos, houve uma mudança no patamar da pobreza, uma redução, especialmente quando comparamos os números de hoje com aqueles observados na década de 1970. Porém, em contrapartida, a desigualdade – entendida enquanto disparidade de renda – permaneceu bastante estável nas últimas duas décadas, mantendo o país em uma incômoda colocação entre os mais desiguais do mundo. Além disso, os dados apontam para o fenômeno da “metropolização” da pobreza, ou seja, para a concentração da pobreza nas regiões metropolitanas do país, e não mais nas áreas rurais, como acontecia em tempos anteriores.

Como apontam Marques, Gonçalves e Saraiva (2005), apesar de a década de 1990 ter apresentado um saldo econômico negativo, com manutenção de desigualdades espaciais pré-existentes e elevação das desigualdades de renda, muitos indicadores apontam para a melhora dos patamares médios das condições materiais para diversas dimensões sociais na maior parte da cidade. Também é possível observar um maior acesso a bens duráveis por parte da população mais pobre (PNAD, 2003; Torres, 2005). Nesse sentido, é possível levantar a hipótese de uma nova pobreza, marcada por maior desemprego, violência, isolamento social e, ao mesmo tempo, maior acesso a bens e serviços, por transformações nas composições familiares – como redução do tamanho das famílias, queda da taxa de fecundidade, maior ingresso da mulher no mercado de trabalho, aumento da chefia feminina – e por melhores patamares de renda. Essa situação contraditória e aparentemente paradoxal contribui para tornar ainda mais complexa a distribuição dos grupos sociais no espaço.

Nesse sentido, esse capítulo pretende contribuir para preencher algumas lacunas levantadas por esses debates, apresentando diversos indicadores que procuram especificar diferentes escalas da segregação no município de São Paulo. Esses indicadores foram construídos a partir de alguns dados

censitários e a partir de informações oriundas de um *survey* desenvolvido pelo CEM-CEBRAP com o apoio técnico do IBOPE. Esse *survey* foi realizado em novembro de 2004 entre os 40% mais pobres do município de São Paulo<sup>54</sup>, visando enfatizar quatro dimensões principais: condições de acesso ao mercado de trabalho, condições de acesso a políticas públicas, redes de relações comunitárias e comportamento político.

Uma das principais preocupações presentes na própria concepção desse *survey* foi o entendimento do impacto da segregação residencial sobre as condições de vida em geral da população mais pobre do município e sobre as condições de acesso a algumas políticas públicas. Para tanto, a própria amostragem do *survey* considerou populações pobres residentes em áreas centrais – áreas de renda média bastante elevada – em áreas intermediárias – nível médio de renda familiar mensal – e em áreas periféricas, marcadas por uma menor renda familiar mensal.

Além disso, as informações coletadas por meio desse *survey* puderam ser georreferenciadas, o que permitiu a criação de diversos indicadores espaciais que serão apresentados nesse capítulo. Todos os questionários foram endereçados<sup>55</sup>, o que permitiu o cruzamento das informações obtidas por meio do *survey* com dados oriundos de outras fontes, como os dados censitários, dados relativos à base de favelas e loteamentos clandestinos desenvolvida pelo CEM (Marques, Torres e Saraiva, 2003), entre outros. Os dados também foram expandidos, de modo a representar o total da população pobre do município de São Paulo. Assim, todos os dados aqui apresentados referem-se aos domicílios mais pobres do município de São Paulo, salvo quando houver referência em contrário. Toda a metodologia relativa ao *survey* é apresentada no Anexo I.

---

<sup>54</sup> O que correspondia, à época, a famílias com rendimento mensal de até R\$ 1.100,00.

<sup>55</sup> Somente 47 questionários não puderam ser endereçados devido a problemas na declaração da informação do CEP. Todo o endereçamento foi realizado por meio do software de geoprocessamento “Maptitude 4.5”, com base no CEP a 8 dígitos, procedimento não tão detalhado quanto o georreferenciamento baseado em todo o endereço, mas que permite preservar o anonimato daqueles que foram entrevistados.

### 3. Identificação de áreas segregadas

Para além das inúmeras divergências a respeito das definições de pobreza urbana e de quais são as melhores formas de enfrentá-la, identificar as diferentes populações empobrecidas nos diferentes espaços da cidade é algo bastante complexo<sup>56</sup>. Isso porque nem sempre essas populações se concentram espacialmente em locais pré-determinados, nem sempre enfrentam os mesmos tipos de privações – a pobreza urbana não está toda concentrada nas áreas denominadas genericamente de “periferia”. Se certas áreas do município de São Paulo estão sujeitas a diferentes tipos de riscos, tanto sociais quanto ambientais, possuindo um legado histórico de acúmulo de indicadores negativos, constituindo-se como espaços relativamente homogêneos (internamente) de precariedade, outras áreas podem ser consideradas relativamente consolidadas, apresentando, no entanto, riscos sociais específicos relacionados, por exemplo, à violência urbana.

Nesse sentido, há um balanço mais complexo do que supõe a literatura entre situações de acúmulo de privações – sociais, econômicas, ambientais, de oportunidades gerais de vida, de acesso a serviços e à cidade como um todo – e situações heterogêneas – combinações de acesso a equipamentos públicos com exposição a riscos específicos, por exemplo. Há áreas fortemente segregadas, enquanto há outras áreas marcadas por intensa privação sócio-econômica que possuem maior inserção na cidade, maior acesso aos benefícios gerados pelo Estado<sup>57</sup>. Esse tipo de constatação só é possível à medida que os dados são analisados da maneira a mais detalhada possível do ponto de vista espacial, pois de acordo com o nível de agregação dos dados obtém-se um perfil diferenciado da distribuição dos grupos sociais no município. Ou seja, é necessário considerar o componente espacial da pobreza

---

<sup>56</sup>Alguns exercícios de identificação de áreas segregadas foram desenvolvidos no âmbito do CEM. Um deles consistiu no “Mapa da Vulnerabilidade Social da População da Cidade de São Paulo”, desenvolvido a pedido da Secretaria Municipal de Assistência Social, durante a gestão Marta Suplicy. A partir da delimitação de duas dimensões principais – dimensão de privação sócio-econômica e dimensão de ciclo de vida familiar – foram identificados 8 grupos de vulnerabilidade social, que foram identificados espacialmente na escala dos setores censitários (CEM-SAS, 2004). Um outro exercício de identificação espacial de grupos sociais, por áreas de ponderação, encontra-se em Marques e Torres, 2005.

<sup>57</sup>Caso, por exemplo, da favela Paraisópolis, localizada no rico bairro do Morumbi, o que proporciona uma série de vantagens à população (Almeida e D’Andrea, 2004).

(Torres, 2005b), o que implica o reconhecimento de que as “novas formas” de pobreza urbana envolvem uma crescente segregação espacial e menores oportunidades de mobilidade social.

De modo a elaborar a identificar as áreas mais segregadas do município de São Paulo, diversas estratégias metodológicas foram associadas. Como a dimensão espacial da pobreza deveria ser contemplada, na escala mais detalhada possível, foram utilizadas ferramentas de geoprocessamento<sup>58</sup>. A unidade espacial adotada foram as áreas de ponderação da amostra do Censo<sup>59</sup>, uma unidade de análise maior que os setores censitários e menor que os distritos administrativos – no município de São Paulo, há um total de 13.278 setores censitários, 456 áreas de ponderação e 96 distritos. Essa unidade de análise permite um detalhamento espacial das informações muito maior do que os distritos administrativos tradicionalmente utilizados em estudos sobre a pobreza urbana, além de conter informações bastante ricas, não disponíveis na escala de setores censitários, como dados relativos à condição de ocupação, raça e migração. Conforme aponta Préteceille, 2004:15:

*“da mesma forma que não existem categorias sociais mais pertinentes a priori, não há recorte espacial que se imponha a priori. É preciso escolher – quando se tem a oportunidade – aquele cuja escala corresponde à prática social da qual se quer privilegiar a análise”.*

Antes de partir para a identificação de áreas segregadas, era importante definir quais as variáveis mais relevantes na definição da pobreza urbana em São Paulo, de modo a verificar seu grau de concentração espacial. Nesse sentido, optou-se por utilizar um indicador sintético que reunisse diferentes dimensões de privação, para além da renda, de forma a considerar as “múltiplas dimensões da pobreza” (Mingione, 1999), ou seja, as diferentes situações que muitas vezes se sobrepõem à privação econômica, como o fato de que pessoas pobres serem também, muitas vezes, pessoas de baixa escolaridade,

---

<sup>58</sup> Foi utilizado o software de geoprocessamento Maptitude 4.5.

<sup>59</sup> As áreas de ponderação são unidades geográficas formadas por agrupamentos mutuamente exclusivos de setores censitários. Essas unidades são utilizadas para a aplicação dos questionários da Amostra do Censo do Censo Demográfico do IBGE, que são aplicados a 10% da população.

de menor acesso às políticas sociais, que residem em locais mais precários, que estão mais sujeitas ao desemprego, entre outros aspectos.

Para a criação desse indicador sintético foi realizada uma análise fatorial com base em variáveis da amostra do Censo Demográfico 2000, IBGE<sup>60</sup>, selecionadas por estarem fortemente relacionadas com condições de pobreza.

Foram consideradas as seguintes variáveis:

- Renda domiciliar per capita: refere-se ao rendimento mensal domiciliar obtido como rendimento bruto do mês de julho de 2000 no trabalho principal, em outros trabalhos exercidos simultaneamente com o trabalho principal, além do rendimento bruto proveniente de aposentadoria e de outras fontes. Foram excluídos pensionistas, empregados domésticos e seus parentes. Essa variável foi considerada por estar classicamente associada aos estudos de pobreza.
- Anos médios de estudo do responsável pelo domicílio. Apesar de dados da PNAD apontarem para a melhoria da escolaridade média, ainda é importante verificar a dimensão da escolaridade como indicador de pobreza.
- Taxa de desemprego: foram consideradas desempregadas as pessoas que na semana de referência do Censo Demográfico 2000 (de 23 a 29 de julho de 2000) não tinham trabalho (remunerado ou não) e que procuraram trabalho no período de 30 de junho a 29 de julho de 2000. A taxa de desemprego consistiu na porcentagem de desempregados no total da PEA<sup>61</sup>. Considerou-se relevante incluir, além da renda e da escolaridade, a dimensão da desvinculação com o mercado de trabalho como uma das dimensões relevantes no entendimento da pobreza em São Paulo.
- Proporção de pretos e pardos na área de ponderação. Apesar de os estudos relativos à segregação urbana no Brasil não serem centrados

---

<sup>60</sup> O Censo é baseado em dois questionários: um mais sucinto, denominado questionário para o universo do censo, que cobre toda a população; e outro mais abrangente e detalhado que é aplicado em uma amostra que corresponde a 10% dos domicílios.

na dimensão da raça, sendo Telles (2000) uma exceção, considerou-se relevante para o entendimento da pobreza no município de São Paulo analisar a concentração de pretos e pardos nas áreas de ponderação, seguindo Marques, 2005a.

- Proporção de migrantes do Nordeste residentes a menos de 10 anos em São Paulo. Essa variável procurou explorar associações entre a pobreza e a origem migratória da população, considerando que populações migrantes, especialmente recentes, tendem a morar em áreas mais precárias da cidade.
- Proporção de crianças de 0 a 14 anos na área de ponderação. Essa variável foi incluída na análise de modo a considerar a dimensão demográfica da pobreza, a dimensão dos ciclos de vida da família; no caso, optou-se por avaliar a associação entre pobreza e presença de crianças e jovens. Estudos desenvolvidos no âmbito do CEM demonstram a relevância dessa dimensão (CEM-SAS, 2004).
- Proporção de jovens de 15 a 19 anos. Assim como a variável anterior, essa procurou captar a dimensão demográfica da pobreza, porém em outra etapa do ciclo de vida familiar.
- Número médio de habitantes por domicílio. Mesmo considerando as diversas transformações demográficas que nos últimos anos levaram ao declínio da taxa de fecundidade e à redução do tamanho médio das famílias (como apontam os dados da PNAD 2003), considerou-se relevante verificar possíveis associações entre a densidade dos domicílios e a pobreza.
- Número médio de banheiros por habitantes. Esse indicador procurou captar situações de precariedade de condições sanitárias associadas à pobreza.
- Presença de favelas na área de ponderação. Essa é a única variável não oriunda da Amostra do Censo Demográfico 2000, e sim proveniente da base de favelas desenvolvida pelo CEM (Marques, Torres e Saraiva,

---

<sup>61</sup> A População Economicamente Ativa (PEA) consiste nas pessoas com 10 anos e mais

2003). Ela procurou verificar situações de precariedade habitacional e de ilegalidade e irregularidade da terra, sendo uma variável tradicionalmente associada a condições precárias de vida.

Como é possível observar, esse conjunto de variáveis procurou cobrir vários aspectos possíveis da pobreza em São Paulo, para além da dimensão da renda. De modo a simplificar a análise, preservando a caracterização detalhada das áreas de ponderação, esse conjunto de variáveis foi reduzido, visando à construção de indicadores sintéticos que captassem a heterogeneidade de situações existentes no município. Para tanto, foi realizada uma análise fatorial com base nessas variáveis selecionadas, que consiste em um tipo de técnica de redução de dados<sup>62</sup> que contribui para a construção de indicadores sintéticos, uma vez que permite expressar em um único fator hipotético variáveis que estão fortemente correlacionadas, caso de variáveis como renda e educação. Como afirma Préteceille:

*“Esse tipo de índice possui a vantagem de ser por definição multidimensional – ele dá conta da distribuição do conjunto de categorias e dá uma medida dos desvios entre unidades espaciais sobre as categorias que introduzem diferenças entre elas.” (2004:16).*

Após vários testes com essas variáveis apresentadas, foi obtido um fator composto por renda familiar per capita, anos médios de estudo do chefe, taxa de desemprego, número médio de habitantes por domicílio, presença de pretos e pardos e presença de jovens de 0 a 14 anos. Nesse sentido, esse fator reuniu elementos relativos às dimensões sócio-econômicas, demográficas, migratórias e relativas às condições dos domicílios, apresentando um panorama diversificado das situações de pobreza existentes no município de São Paulo. Quanto maiores os valores desse fator, maior a privação das áreas de ponderação, uma vez que ele está negativamente correlacionado com renda e anos médios de estudo e positivamente correlacionado com as demais variáveis. Esse fator explica 85,2% da variância total dos dados, o que é bastante satisfatório (ver Anexo II).

---

ocupadas ou desempregadas.

<sup>62</sup>Nesse caso utilizamos o método de componentes principais. Para maiores detalhes metodológicos, ver CEM-CEBRAP, SAS-PMSP (2004) e também o Anexo II.

Também é importante apontar que a análise fatorial com todas as variáveis consideradas gerou sempre dois fatores, este e um outro composto por presença de favelas e migrantes nordestinos. Esse segundo fator pode ser interpretado como um indicador de ocupação recente da área de ponderação, indicando provavelmente locais mais precários, desprovidos de infra-estrutura. Contudo, esse segundo fator explica somente 6,03% da variância total, por isso foi descartado – ou seja, essa dimensão acrescentaria pouco à explicação total e aumentaria o grau de complexidade das interpretações. As variáveis que entraram na composição do segundo fator serão utilizadas de forma descritiva em diversos cruzamentos, sempre que considerado relevante. Os dados relativos à análise fatorial são apresentados no Anexo II.

Após a construção desse fator, optou-se pela identificação de áreas segregadas segundo essa dimensão de privação por meio do índice de Moran Global e do índice de Moran Local (Anselin, 1995). O Índice Global de Moran (I) consiste em uma medida de autocorrelação espacial que aponta para a existência ou não de agrupamentos espaciais para uma dada variável, isso é, para a presença de manchas urbanas com valores similares entre vizinhos segundo um dado indicador de interesse (grupos raciais, grupos sócio-econômicos, ou outros de interesse). Esse indicador é bastante indicado quando se deseja uma síntese da distribuição espacial dos dados e serve como uma medida alternativa de segregação. Nesse sentido, o Índice de Moran Global apresenta uma medida de segregação para a cidade como um todo.

Em outras palavras, se comparado aos indicadores comumente utilizados nos estudos de segregação – como o índice de dissimilaridade<sup>63</sup> – o Índice de Moran incorpora uma dimensão bastante inovadora: testar se há padrões similares de distribuição de uma certa variável (como o indicador de privação sócio-econômica elaborado) entre áreas vizinhas. Por exemplo, em situações onde não existe segregação, a distribuição da proporção de pobres (ou de qualquer outra variável de interesse, como concentração de negros) será

---

<sup>63</sup> O índice de dissimilaridade mede a proporção da população de um dado grupo social que teria de mudar para que a distribuição de cada grupo social em cada área fosse similar à

uniforme em uma dada área e em seus vizinhos e o índice de Moran Global tenderá a zero. Para as situações onde há segregação, as áreas com altas concentrações de pobres serão vizinhas entre si (assim como as áreas com altas concentrações de não-pobres) e o Índice de Moran se aproximará de 1. Assim como no caso dos outros indicadores de segregação, este indicador tende a ser afetado pela escala geográfica adotada (Anselin, 1995)<sup>64</sup>.

Optamos por rodar o Índice Global de Moran<sup>65</sup> com base no fator de privação sócio-econômica, utilizando como unidade de análise as áreas de ponderação do município de São Paulo. Os resultados obtidos são apresentados no Gráfico 1, abaixo.

---

distribuição existente para o conjunto da cidade. Para uma excelente avaliação das vantagens e limitações desse índice, ver Sabatini (2001 e 2004).

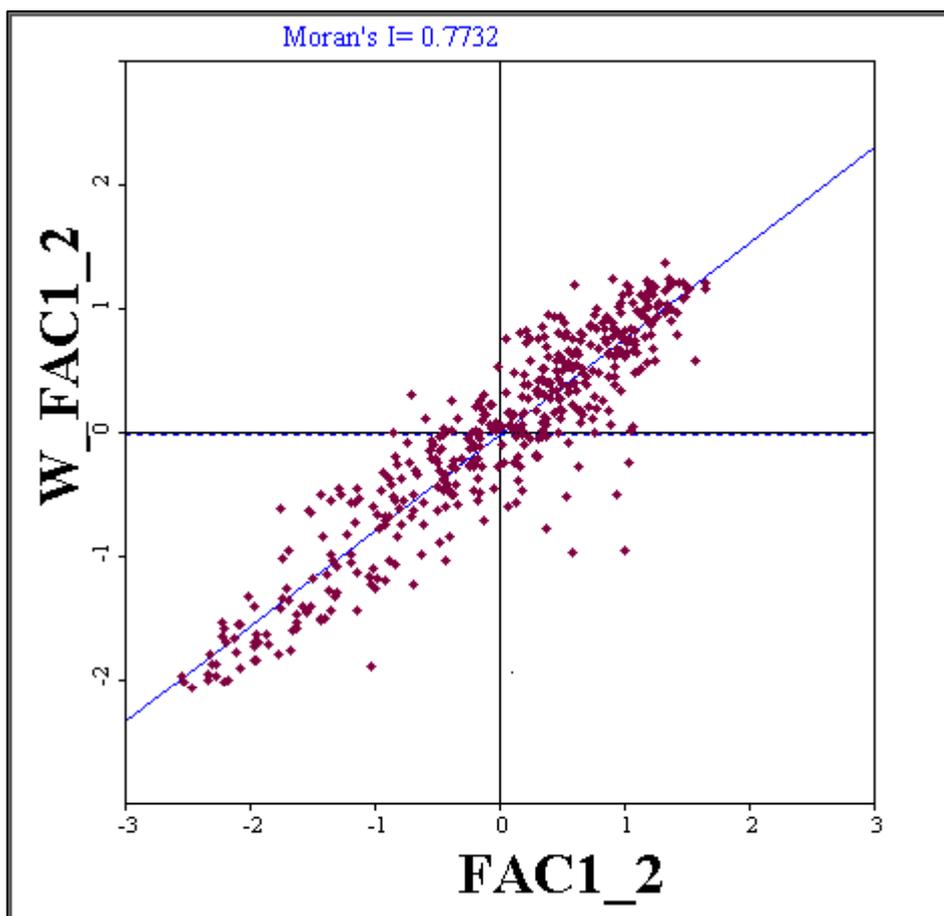
<sup>64</sup> Este índice é escrito como:

$$I = (N/S_o) \sum_i \sum_j w_{ij} x_i x_j / \sum_i x_i^2 \quad (1)$$

Onde,  $w_{ij}$  é um elemento da matriz vizinhança espacial  $\mathbf{W}$  que indica se as áreas  $i$  e  $j$  são contíguas. Foi utilizada uma matriz de vizinhança, com  $w_{ij}$  assumindo valor 1 se  $i$  e  $j$  são fronteiros e 0 caso contrário.  $S_o$  é um fator de normalização igual à soma de todos os pesos  $(\sum_i \sum_j w_{ij})$  e  $x_i$  corresponde ao valor do indicador a ser testado para a área  $i$  e  $N$  o número de observações. Foi utilizado um nível de significância de 5% nos testes de hipóteses.

<sup>65</sup>Tanto o índice de Moran Global quanto o Local foram rodados no software "Geoda".

**Gráfico 1. Índice Global de Moran. Município de São Paulo, 2000.**



Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE.

Esse gráfico indica a existência de uma alta correlação (de 0,77) entre as áreas de ponderação de acordo com o fator de privação sócio-econômica: há claros padrões de vizinhança quanto à distribuição desse fator, ou seja, áreas de ponderação com valores similares nesse indicador tendem a ser contíguas espacialmente. Esse resultado indica que áreas de ponderação mais sujeitas à privação tendem a estar próximas, e o mesmo ocorre com as áreas pouco expostas a situações de privação, indicando que há padrões claros de segregação residencial segundo a dimensão de privação sócio-econômica no município de São Paulo. Além disso, é possível observar que há poucos “outliers”, ou seja, áreas de ponderação com valores médios muito diferentes de seus vizinhos.

Após a identificação desse padrão global de segregação, é necessário identificar espacialmente essas áreas de acordo com o fator de privação sócio-

econômica. Para tanto, foi utilizado o índice de Moran Local, que permite a identificação de clusters espaciais de acordo com uma dada variável de interesse, ou seja, ele identifica a similaridade entre áreas (no caso, áreas de ponderação) com base em uma variável (no caso, o indicador de privação sócio-econômica). Isso é possível porque o índice de Moran apresenta um valor para cada região, permitindo a identificação de padrões espaciais e a criação de clusters que os representam<sup>66</sup>. Para a realização do Moran Local, foi utilizada uma matriz de vizinhança (“Queen Contiguity”) de segunda ordem – isso é, considerou-se relevante observar os padrões observados em uma dada área e na área vizinha a essa área<sup>67</sup>.

Os resultados obtidos são apresentados no “*LISA map*”<sup>68</sup>, abaixo.

---

<sup>66</sup> Para se verificar a existência de padrões espaciais e sua identificação utilizou-se o Índice de Moran Local que pode ser expresso como:

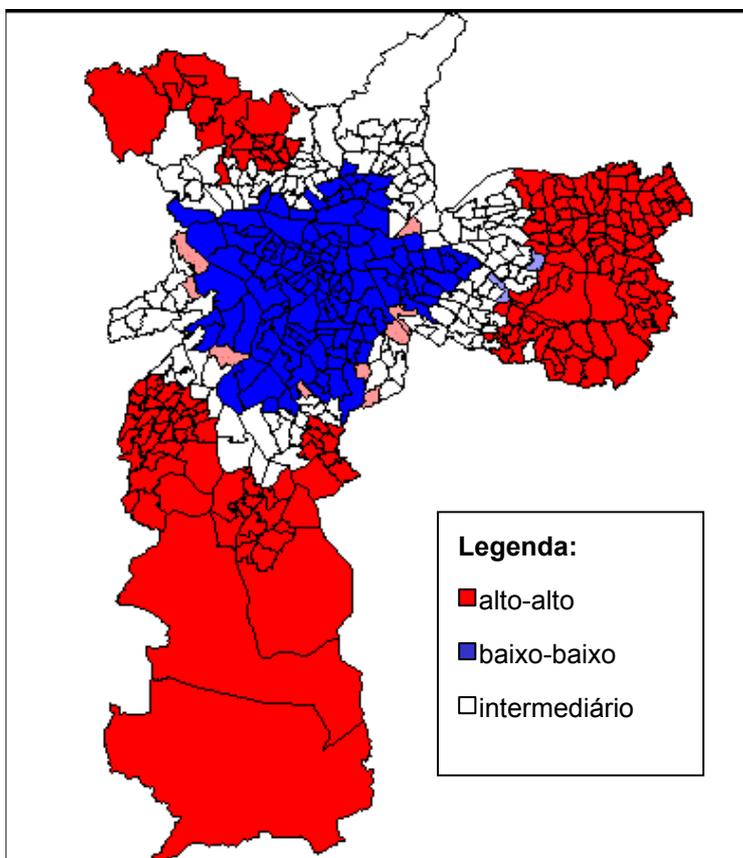
$$I_i = \frac{\sum_j w_{ij} z_j}{\sum_{i=1}^N z_i^2} \quad (2)$$

Onde,  $z_i = (x_i - \bar{x})$

<sup>67</sup> A escolha desse tipo de contigüidade espacial se deu por razões operacionais: trata-se da distribuição que melhor se adequou aos dados do *survey*, utilizado mais à frente para a análise da política de infra-estrutura urbana.

<sup>68</sup> Os mapas LISA (Local Indicator of Spatial Association) apresentam as correlações entre cada uma das unidades de análise e seus vizinhos para uma dada variável.

**Mapa 1**  
**Identificação de áreas segregadas segundo o Moran Local para o fator de privação sócio-econômica. Município de São Paulo, 2000.**



Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE.

As áreas identificadas em vermelho apresentam altos valores para o fator de precariedade sócio-econômica e suas áreas vizinhas também. Desse modo, a primeira informação que se destaca a partir da observação do mapa é a existência de padrões bem definidos de concentração espacial de precariedade sócio-econômica, sendo que essas áreas podem ser consideradas áreas negativamente segregadas, ou seja, áreas que concentram de maneira bastante homogênea situações de privação: baixa renda familiar média, baixos níveis de escolaridade do chefe, elevada presença de crianças, grande concentração de pretos e pardos e elevada densidade média do domicílio. Observa-se que essas áreas estão particularmente concentradas nas periferias do município, especialmente nos extremos das zonas Sul e Leste, além de

algumas áreas de ponderação no extremo da zona Norte (distritos de Perus e Anhanguera, especialmente).

As áreas identificadas em azul apresentam baixos valores no fator de precariedade sócio-econômica, assim como suas áreas vizinhas, configurando uma extensão de áreas no setor Sudoeste de São Paulo que reúnem as melhores condições sócio-econômicas do município. As áreas identificadas em branco não apresentam padrões espaciais muito evidentes – não há fortes relações entre uma dada área de ponderação e seus vizinhos quanto à presença desse fator; são áreas mais heterogêneas, com maior mistura social. As áreas identificadas em rosa e em azul claro consistem em áreas de transição, nas quais o padrão de uma certa área de ponderação difere de seus vizinhos – áreas sujeitas à alta privação sócio-econômica ao lado de áreas pouco expostas, e vice-versa.

Todas essas áreas foram transformadas em atributos da base do *survey*<sup>69</sup>, de modo a servir como ponto de partida para a análise do impacto da segregação residencial sobre o acesso a políticas públicas. Como nesse trabalho o interesse recai sobre as áreas negativamente segregadas, ou seja, para as áreas que concentram grupos sociais sujeitos a condições de privação sócio-econômica, serão destacadas as áreas classificadas como “alto-alto” no índice de Moran Local. Nesse sentido, esse indicador criado permitirá captar a relevância da vizinhança, dos padrões de contigüidade espacial, sobre as condições de acesso a serviços.

De maneira geral, pode-se dizer que esse modelo de distribuição espacial do fator de privação sócio-econômica é condizente com o modelo radial concêntrico de distribuição dos grupos sociais. Contudo, observando escalas mais desagregadas, verificam-se padrões mais complexos de distribuição espacial. Os indicadores de segregação que foram construídos nessas outras escalas são apresentados na próxima seção.

---

<sup>69</sup> Por meio do procedimento disponível no software Maptitude 4.5 conhecido como “tag”.

#### **4. Indicadores de segregação: a questão da escala**

Como apresentado na segunda seção, é essencial abordar a questão da escala em que pode se manifestar a segregação residencial em um dado contexto urbano. Para tanto, foram construídos diversos indicadores que procuram especificar basicamente três níveis ou escalas de segregação, com base em dados censitários e dados do *survey* realizado entre os domicílios mais pobres do município de São Paulo.

Em primeiro lugar, buscou-se verificar a questão da *macro-segregação*, ou seja, a segregação observada em uma escala bastante agregada espacialmente, que se manifesta no plano da cidade como um todo. Nesse caso, o indicador utilizado foi a distância em relação às áreas definidas como positivamente segregadas pelo Moran Local, ou seja, procurou-se avaliar a distância média das áreas de ponderação às áreas bem inseridas sócio-economicamente, que podem ser pensadas enquanto pólos de atração de população, especialmente devido a maior oferta de empregos e serviços. Ainda nesse plano macro, foram considerados os tipos de áreas definidos no próprio desenho do *survey*.

Em segundo lugar, avaliou-se a questão da *meso-segregação*, ou seja, as escalas intermediárias em que a segregação pode se manifestar. Os indicadores utilizados nesse caso foram as áreas definidas pelo Moran Local, já apresentadas na seção anterior, e a renda média do chefe do domicílio em um raio de até 3km, de modo a verificar o impacto das condições econômicas do ambiente.

Por fim, considerou-se a questão da *micro-segregação*, ou seja, a segregação observada em escalas mais desagregadas, mais próximas ao plano local. Nesse caso, os indicadores criados referiram-se à renda do chefe em um raio de até 500m e aos domicílios localizados em área de favela e loteamentos clandestinos, que podem ser considerados características do ambiente local que apresentam impactos diferenciados sobre as condições de vida. A seguir, esses indicadores elaborados são apresentados em maior detalhe.

## 4.1. Macro-segregação

### Macro-regiões definidas pelo *survey*

Conforme apontado anteriormente, o próprio desenho do *survey* foi pensado de modo a contemplar a questão da segregação residencial, ou seja, a pesquisa procurou verificar o impacto da dimensão territorial sobre as condições de vida e de acesso a serviços da população mais pobre. Nesse sentido, o município de São Paulo foi dividido em três regiões definidas com base na composição social de três tipos de áreas de ponderação: regiões predominantemente habitadas por pobres (que correspondem à macro-região periférica), regiões de classe média (macro-região intermediária) e regiões habitadas predominantemente pela classe alta (macro-região central)<sup>70</sup>. A Tabela 1, abaixo, apresenta a caracterização desses três tipos de área segundo a renda domiciliar per capita.

**Tabela 1**  
**Renda domiciliar per capita segundo macro-regiões. Município de São Paulo, 2000.**

Macro-regiões	Renda domiciliar per capita (R\$)		Renda domiciliar per capita (SM)	
	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão
<b>Central</b>	1.700,15	743,64	11,26	4,93
<b>Intermediária</b>	601,37	276,88	3,98	1,83
<b>Periférica</b>	321,72	142,38	2,13	0,94
<b>Total</b>	697,29	648,33	4,62	4,29

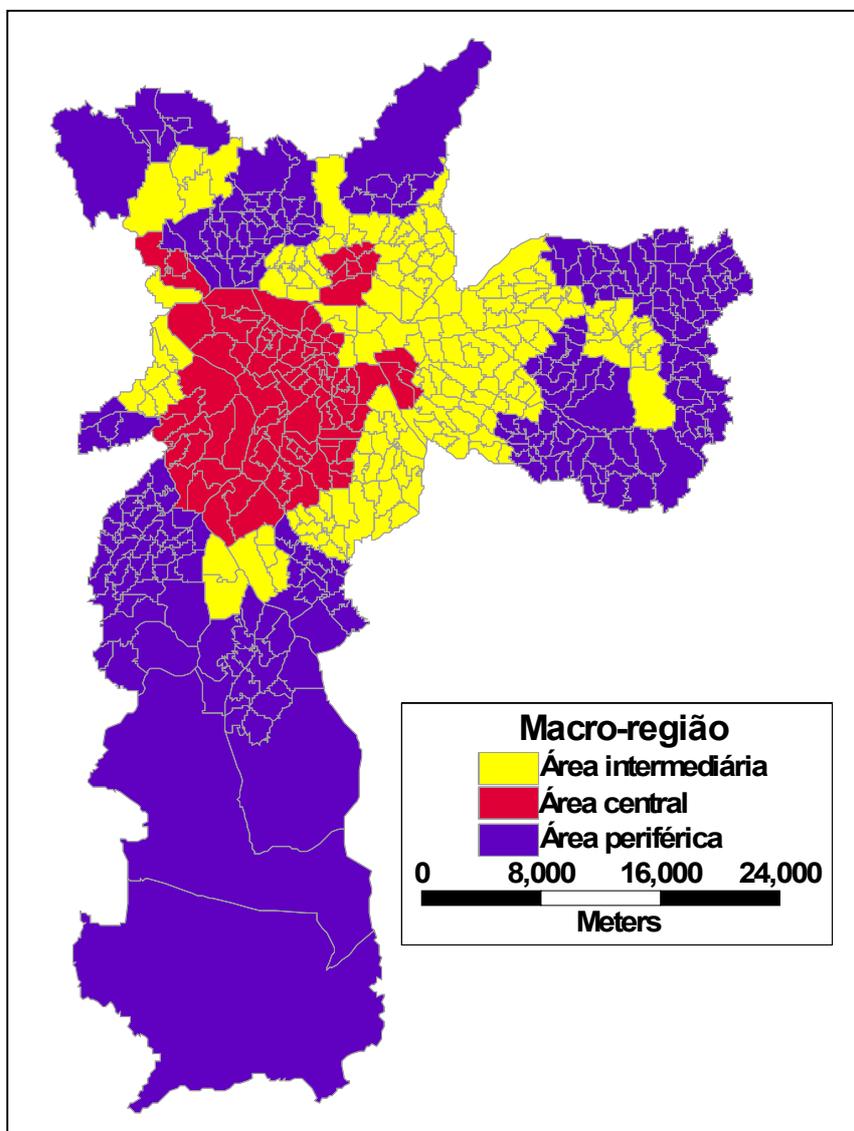
**Fonte:** Microdados da Amostra do Censo Demográfico 2000, IBGE.

Verifica-se, conforme o esperado, um gradiente decrescente de renda à medida que se passa da macro-região central para a macro-região periférica. O Mapa 2, com a delimitação dessas áreas, é apresentado abaixo.

---

<sup>70</sup> Essas áreas foram delimitadas a partir de uma análise fatorial que teve como principais variáveis a renda domiciliar média e os padrões de votação observados em cada uma dessas áreas. Para maiores detalhes dessa análise fatorial, ver Marques e Torres, 2005. Para maiores informações a respeito dos padrões espaciais do voto em São Paulo, ver Figueiredo et al, 2002.

**Mapa 2**  
**Áreas de ponderação da Amostra do Censo classificadas segundo macro-regiões. Município de São Paulo, 2000.**



**Fonte:** Microdados da Amostra do Censo Demográfico 2000, IBGE.

É possível observar que a distribuição dessas áreas, assim como observado no caso do Moran Local, segue de maneira geral o modelo radial-concêntrico, com os grupos sociais mais ricos residindo nas áreas centrais e os mais pobres nas áreas periféricas. Contudo, também é possível observar certas “interpenetrações”, certas invasões de fronteira, devido à classificação social das áreas. Esse tipo de indicador permite verificar o impacto do local de residência sobre as condições gerais de vida e de acesso a serviços por parte da população mais pobre do município.

### ***Distância às áreas socialmente bem inseridas***

Esse indicador foi construído seguindo a hipótese, bastante presente na literatura, de que um dos elementos centrais no entendimento do espaço intra-urbano das metrópoles é a questão das localizações e, mais do que isso, da acessibilidade aos centros, onde geralmente é encontrada a maior densidade de serviços e empregos, a maior concentração de oportunidades em geral (Villaça, 2001). Como apontam Kaztman e Retamoso (2005a), a distância e seus custos têm efeitos sobre a procura e a aceitação de empregos. Além disso, esses autores apontam que a distância física e a distância social entre os bairros pobres e o resto da cidade têm efeitos sobre a forma como as classes sociais se consideram entre si, uma vez que as distâncias diminuem a capacidade de interação, reduzindo a dimensão da alteridade.

Também é importante lembrar que desde os estudos urbanos das décadas de 1960 e 1970 estava presente a percepção de que a distância em relação às centralidades tinha grandes impactos sobre as condições de vida:

*“A precariedade passa a ser uma variável que depende diretamente da distância ao Núcleo, estabelecendo-se um continuum que, a partir de uma situação ótima (os melhores padrões relativos de oferta de consumo coletivo urbano no Brasil), chega até o zero, com variações sutis em cima de nada urbanísticos (ausência total de redes de infraestrutura urbana, de serviços de transportes, de equipamentos básicos, etc.)”.* (Santos, 1979: 23).

A distância pode ser considerada ainda como uma barreira física que limita a acessibilidade e que tem relação inclusive com a própria evolução da infraestrutura da cidade. Segundo Villaça, os deslocamentos são um elemento estruturador do espaço urbano:

*“O espaço intra-urbano, ao contrário [da estruturação do espaço regional], é estruturado fundamentalmente pelas condições de deslocamento do ser humano, seja enquanto portador da mercadoria força de trabalho – como no deslocamento casa/trabalho –, seja enquanto consumidor – reprodução da força de trabalho, deslocamento casa/compras, casa-lazer, escola, etc. Exatamente daí*

*vem, por exemplo, o enorme poder estruturador intra-urbano das áreas comerciais e de serviços, a começar pelo próprio centro urbano. Tais áreas, mesmo nas cidades industriais, são as que geram e atraem a maior quantidade de deslocamentos (viagens), pois acumulam os deslocamentos da força de trabalho – os que ali trabalham – com os de consumidores – os que ali fazem compras e vão aos serviços”.* (Villaça, 2001:20).

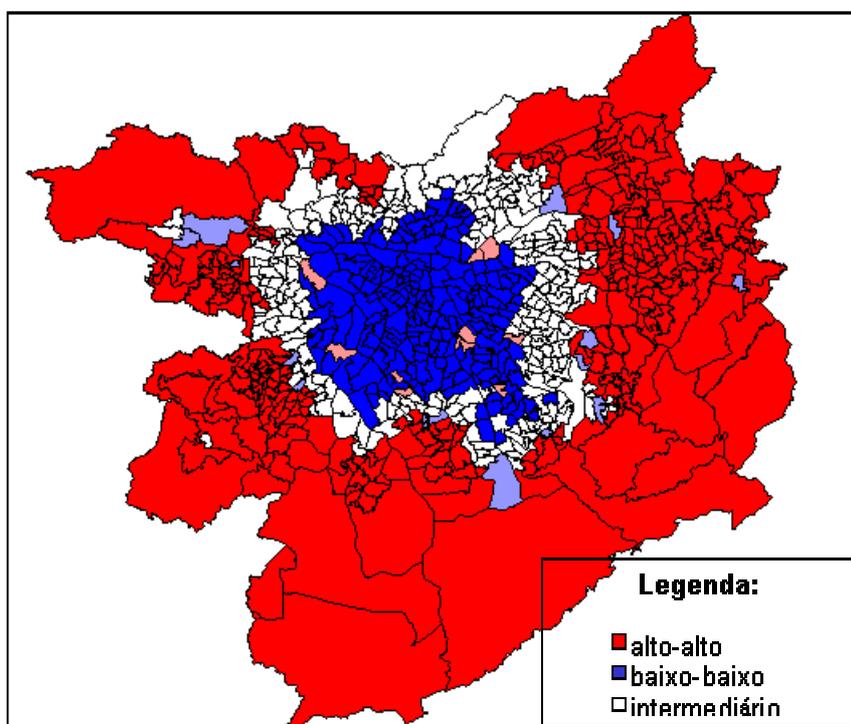
Segundo Villaça, as localizações – que se relacionam fortemente com as possibilidades de deslocamentos – são determinadas por dois atributos, a rede de infra-estrutura urbana (vias, redes de água, esgoto, pavimentação, energia, etc.) e as possibilidades de transporte de produtos de um ponto a outro, deslocamentos de pessoas e de comunicação. Nesse sentido, destaca-se a questão das localizações centrais, que geralmente são mais dotadas de infra-estrutura e apresentam os maiores atrativos para as populações que residem em outras partes da cidade.

Além disso, conforme aponta Sabatini (2004), a questão da distância aos centros é uma das dimensões da segregação, dimensão esta que configura a “geografia de oportunidades” de uma cidade, definindo as áreas mais e menos atrativas do ponto de vista de possibilidades de inserção social. Porém, como esse mesmo autor aponta, a distância não leva em consideração os padrões de contigüidade espacial (algo permitido pelo índice de Moran Local).

No caso desse estudo, optou-se por utilizar a distância média de cada domicílio pobre do *survey* à área de ponderação sócio-economicamente bem inserida mais próxima. A definição dessas áreas socialmente bem inseridas também se deu por meio do fator de privação sócio-econômica apresentado – ou seja, foram selecionadas as áreas que apresentavam de maneira contígua valores baixos nesse fator, o que corresponde às áreas identificadas como “baixo-baixo” pelo Moran Local. Contudo, de modo a considerar outras centralidades para além do município de São Paulo que poderiam ser importantes para os deslocamentos de seus moradores – como, por exemplo, áreas socialmente bem inseridas na região do ABCD, áreas do oeste da RMSP, entre outras – o padrão de distribuição dos grupos foi considerado para toda a Região

Metropolitana de São Paulo, e não só para o município de São Paulo, como apresentado anteriormente. Se fossem consideradas as centralidades apenas do município de São Paulo, muitos domicílios localizados na Zona Leste, que recorrem a centros na região do ABCD (em busca de empregos, serviços e outras atividades), seriam “punidos” com uma distância maior do que a real. O Mapa 3, com a distribuição espacial dessas áreas é apresentado abaixo.

**Mapa 3**  
**Identificação de áreas segregadas segundo o Moran Local para o fator de privação sócio-econômica. Região Metropolitana de São Paulo, 2000.**



Fonte: Microdados da Amostra do Censo Demográfico 2000, IBGE.

Assim como observado para o município de São Paulo, o padrão geral de distribuição dos tipos de áreas é radial-concêntrico. Nesse caso, observa-se a existência de áreas expostas a baixas condições de privação no centro expandido de São Paulo e no município de Santo André, na região do ABCD. As áreas mais expostas a condições de privação sócio-econômica são encontradas nos extremos do município de São Paulo e nos municípios vizinhos que compõem a RMSP. Os dados indicam ainda que a distância média dos domicílios mais pobres às áreas bem inseridas sócio-

economicamente na RMSP é de 3,6 quilômetros em relação às áreas centrais, variando de uma distância mínima de 700 metros a 15,7 quilômetros. A relevância desse indicador no acesso à infra-estrutura urbana é apresentada nos próximos capítulos.

## **4.2. Meso-segregação**

### ***Renda do chefe no meso-ambiente (raio de 3km)***

Essa variável referente à renda do “ambiente” em que se insere o domicílio foi criada visando avaliar a importância da dimensão territorial no acesso a serviços públicos, seguindo-se a hipótese presente nos estudos de “efeitos de vizinhança” (*neighborhood effects*) de que domicílios pobres localizados em áreas ricas e domicílios pobres localizados em ambientes também pobres enfrentam situações sociais bastante diversas, sendo a situação de concentração espacial de pobreza bastante problemática em termos de mecanismos de reprodução da pobreza (Torres, 2004; Brooks-Gunn e Duncan, 1997; Yinger, 2001; Durlauf, 2001). No caso do raio definido por esse indicador, verifica-se o impacto da segregação em uma escala intermediária.

Essa variável foi construída por meio de ferramentas de geoprocessamento, com base nos setores censitários de 2000. A partir de cada questionário endereçado, verificou-se a informação relativa à renda do chefe de domicílio em um raio de 3 quilômetros, informação que então se transformou em um atributo adicional da base do *survey*. A Tabela 2, abaixo, apresenta a distribuição dos domicílios mais pobres do município de São Paulo segundo esse indicador. Como esperado, a maioria dos domicílios pobres localiza-se em um ambiente também pobre.

**Tabela 2**  
**Grupos de renda do chefe de domicílio no macro-ambiente (sm).**  
**Município de São Paulo, 2004.**

Renda do chefe	Freqüência	%	% válido	% cumulativo
De 0 a 5 s.m.	809100	44,5	49,8	49,8
Mais de 5 a 10 s.m.	591723	32,5	36,4	86,2
Mais de 10 s.m.	223583	12,3	13,8	100,0
Total	1624405	89,3	100,0	

**Fonte:** CEM-Cebrap/Ibope. *Survey* de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

### 3.3. Micro-segregação

#### ***Renda do chefe no micro-ambiente (500m)***

Assim como o indicador apresentado anteriormente, a renda média do chefe no micro-ambiente foi gerada por meio de geoprocessamento: verificou-se a renda média dos chefes de domicílio em um raio de até 500m de cada domicílio. Esse indicador representa uma outra forma de considerar o impacto do entorno do domicílio, abrangendo uma escala menor. A Tabela 3, abaixo, apresenta a distribuição dos domicílios mais pobres do município de São Paulo segundo esse indicador.

**Tabela 3**  
**Grupos de renda do chefe de domicílio no micro-ambiente (sm).**  
**Município de São Paulo, 2004.**

Renda do chefe	Freqüência	%	% válido	% cumulativo
De 0 a 3 s.m.	169153	9,3	10,4	10,4
Mais de 3 a 5 s.m.	669400	36,8	41,2	51,6
Mais de 5 a 10 s.m.	647192	35,6	39,8	91,5
Mais de 10 s.m.	138660	7,6	8,5	100,0
Total	1624405	89,3	100,0	

**Fonte:** CEM-Cebrap/Ibope. *Survey* de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

### ***Domicílios localizados em áreas de favela ou de loteamentos clandestinos***

De modo a verificar situações bastante localizadas de segregação, optou-se pela verificação dos domicílios mais pobres do município que se localizavam em áreas de favelas ou loteamentos clandestinos. Além de ser uma forma de identificação de áreas segregadas na micro-escala, esse indicador pode ser considerado ainda um indicador de barreiras institucionais à realização de investimentos públicos, uma vez que o Estado evita investir nessas áreas marcadas pela ilegalidade da terra, temendo perder os investimentos em casos de reintegração de posse e também por risco de ser processado pelo Ministério Público (Maricato, 1996; Banco Mundial, 1999; Torres e Bichir, 2005). Nesse sentido, o indicador permite verificar o impacto de condições sócio-econômicas bastante precárias e das condições de ilegalidade e irregularidade do entorno imediato do domicílio sobre as condições de acesso a políticas públicas. Também é importante considerar, como aponta Sabatini (2004), que a ilegalidade, irregularidade e informalidade são traços peculiares dos mercados de terra e dos assentamentos pobres na América Latina, contribuindo para a geração de uma identidade negativa, para o estigma social.

Esse indicador foi obtido por meio de georreferenciamento, associando-se os pontos do *survey* com a base de favelas e loteamentos clandestinos desenvolvida pelo CEM (Marques, Torres e Saraiva, 2003)<sup>71</sup>. De modo a contornar problemas relativos à falta de exatidão no endereçamento dos domicílios pesquisados, optou-se por considerar como domicílio em área de favela ou loteamentos clandestinos todos aqueles localizados em um raio de até 100m dessas áreas.

Os dados disponíveis no *survey* permitem observar que 55,2% dos domicílios pobres pesquisados estão localizados em áreas de favela ou de loteamentos clandestinos. Observando diversas características dos domicílios localizados nessas áreas, verifica-se, de maneira geral, que as condições de habitabilidade são mais precárias, como era esperado: domicílios localizados nessas áreas são menos revestidos externamente (apenas 42,9% dos domicílios localizados em áreas de favela têm as paredes externas totalmente revestidas – sendo que

---

71 Por meio do procedimento conhecido como “tag”.

23,9% desses domicílios são revestidos externamente de forma precária, com madeira, papelão e outros tipos de materiais pouco adequados –, enquanto que 64,1% dos domicílios não localizados em favela têm esse revestimento), e também internamente. Além disso, no caso dos domicílios localizados em áreas de favelas e loteamentos há menos caixas d'água com tampa<sup>72</sup> (57,5% contra 72,8% dos domicílios não localizados nessas áreas), observam-se mais vazamentos nos telhados (43,2 contra 37,5%), maior umidade nas paredes (57,4 contra 49,6%) e maior reclamação quanto a barulho nas vizinhanças. Também é possível notar que domicílios em áreas de favela estão mais próximos a córregos, o que aumenta a exposição a uma série de doenças de veiculação hídrica, entre outros riscos.

Não foram observadas diferenças significativas quanto à iluminação interna da casa – 80,3% dos domicílios em áreas de favela e 79,2% dos não localizados em favela contam com energia elétrica em casa – provavelmente devido à expansão da rede e também ao fenômeno do “gato”, ou seja, das ligações clandestinas a partir dos postes de luz existentes.

Outro dado surpreendente refere-se à ausência de diferenciação entre domicílios pobres localizados em favelas e fora delas quanto ao item segurança: nesses dois casos, em média 40% dos chefes de domicílio não considera seguro andar à noite nas vizinhanças.

Aproximadamente 62% desses domicílios localizados em áreas de favela ou loteamentos clandestinos são próprios, já quitados ou em processo de quitação; 14,6% foram ocupados. Considerando-se as condições do terreno em que se localizam os domicílios, 45,3% o compraram, 10,9% ganharam do governo e 25% ocuparam o terreno. Cabe destacar ainda que moradores em áreas de favelas investiram de forma significativa em suas próprias casas: 30,7% construíram toda a casa (dado que destaca uma importância significativa da autoconstrução ainda hoje), 18,2% construíram algum cômodo da casa ou fizeram a laje e 18,1% realizaram outros tipos de reformas de menor porte.

---

72 A ausência de tampa na caixa d'água pode gerar exposição a uma série de doenças. Para maiores detalhes do modo de coleta dessas informações, consultar o questionário aplicado, presente no Anexo I.

Um dado interessante refere-se à comparação entre a percepção que os moradores têm de seus bairros e o dado “objetivo”, obtido por meio de georreferenciamento, que indica a condição do local de domicílio. Nota-se que os moradores em área de favela tendem a perceber sua vizinhança principalmente como “pobre” (63% dos moradores desses locais tiveram essa percepção) e apenas 19,5% como uma área de favela. Esse é um resultado bastante interessante do ponto de vista da dimensão subjetiva da segregação, podendo indicar que as pessoas procuram evitar o estigma de afirmarem que moram em uma área de favela (Sabatini, 2004).

As tabelas com essas informações são encontradas no Anexo IV.

## **Capítulo III – Explorando empiricamente as dimensões que interferem no acesso à infra-estrutura urbana**

### **1. Introdução**

Após a identificação das áreas mais segregadas do município de São Paulo e da apresentação dos indicadores de segregação urbana que serão utilizados, cabe agora verificar o impacto que a segregação tem sobre o acesso a políticas públicas, considerando as diferentes escalas em que esta se manifesta.

De modo a testar a relevância da dimensão da segregação, optou-se por avaliar as condições de acesso à política de infra-estrutura urbana por parte da população mais pobre do município de São Paulo, ou seja, o acesso à rede de água, esgoto, energia elétrica, coleta de lixo, entre outros serviços. Essa política pública foi escolhida devido a seu papel fundamental na conformação do espaço urbano paulistano e na distribuição heterogênea de benefícios públicos entre os diversos segmentos da população e entre as diferentes áreas do município (Bichir, 2005). Além disso, essa política foi tradicionalmente associada na literatura brasileira à própria noção de segregação: os lugares mais segregados do município seriam marcados por falta de acesso à rede de água, esgoto, iluminação, além de falta de transporte e outros equipamentos (Vetter et al., 1979 e 1981; Vetter e Massena, 1981; Marques, 1998 e 2003; Lago, 2002; Ribeiro, 2002).

Nesse capítulo, essas proposições a respeito da relevância do estudo das conseqüências da segregação para as políticas públicas são discutidas brevemente na segunda seção. A terceira seção apresenta os aspectos da infra-estrutura urbana que serão abordados, destacando a sua distribuição de acordo com diversas variáveis consideradas – demográficas, territoriais, de migração, entre outras – a fim de testar a relevância de explicações para os níveis de acesso a políticas públicas oriundas de diferentes matrizes teóricas. Essas análises representam uma primeira exploração das associações entre a segregação – e outras dimensões – e as condições de acesso a serviços urbanos, que são aprofundadas em um modelo multivariado apresentado no Capítulo IV. Em quarto lugar, é apresentada a construção do indicador sintético

de acesso a serviços e equipamentos urbanos, baseado nesses diversos aspectos apresentados na primeira seção, assim como a distribuição desse indicador de segundo variáveis territoriais.

## **2. Segregação e políticas públicas**

Estudar políticas públicas que, como a de infra-estrutura urbana, configuram-se como cristalizações das ações estatais na cidade é algo extremamente importante no entendimento de diferentes padrões de conformação do território, pois, como afirma Préteceille (2003:10), referindo-se ao caso da metrópole parisiense:

*“(...) a qualidade dos espaços residenciais não é o resultado da distância em relação ao centro ou da evolução histórica da cidade, mas é também o efeito das políticas públicas, que podem transformar esta qualidade através da criação de infraestruturas de equipamentos e serviços”.*

Ou, como afirmam Vetter e Massena, para o caso brasileiro:

*“Em resumo, as ações do Estado em um dado período acabam tendo impactos sobre a segregação residencial, que por sua vez tem implicações importantes na futura distribuição dos benefícios líquidos dos investimentos do Estado” (1981: 53).*

Essas citações reforçam a idéia de que a própria atuação do Estado no espaço urbano, por meio das políticas públicas, pode contribuir para reforçar ou reduzir mecanismos de segregação, como apontado no Capítulo I. O Estado tem forte influência na produção desses espaços segregados, uma vez que a sua atuação no ambiente construído, por meio de investimentos em infra-estrutura e/ou outros equipamentos públicos, gera valorizações de certas áreas e desvalorização de outras, fazendo com que a população menos favorecida não possa arcar com os custos das benfeitorias e seja obrigada a se deslocar para outras áreas, geralmente mais distantes e degradadas, desprovidas de infra-estrutura básica e equipamentos públicos, aumentando, desse modo, seus gastos com transporte e sua exposição a variados tipos de risco. As políticas públicas tradicionais também criam e transformam o espaço simplesmente por

sua localização, gerando condições diferenciadas de acesso aos diferentes grupos sociais.

Contudo, a discussão a respeito dos impactos da atuação estatal sobre o ambiente urbano surge com intensidade somente a partir do reconhecimento da presença institucional do Estado nas diversas áreas do município de São Paulo, inclusive nas áreas mais periféricas<sup>73</sup>. Esse reconhecimento da presença estatal ocorreu especialmente a partir das análises realizadas na década de 1990, que retomaram os indicadores da chamada “década perdida”, a década de 1980 (Faria, 1992). A seguir, são retomados de modo sintético os diferentes modelos explicativos para esses investimentos estatais ocorridos já na década de 1980.

Um dos modelos explicativos, que pode ser denominado genericamente de “modelo do conflito” (Marques, 2003), defende a idéia de que a pressão dos movimentos sociais surgidos nos anos 1970 e início dos anos 1980 em torno de investimentos públicos teria influenciado as políticas estatais, que passaram a ser direcionadas também às áreas mais carentes. Esse modelo, no qual a política (na forma de mobilizações populares) produz políticas (investimentos públicos), esteve presente em estudos como Moisés (1982), Moisés e Martinez-Aliez (1978) e Gohn (1991), e de modo mais complexo em Jacobi (1989) e Sader (1988). Esse foi o modelo predominante de compreensão das políticas no espaço urbano na literatura brasileira de ciências sociais, especialmente nos anos 1980 e o início dos anos 1990. Contudo, análises realizadas sobre os padrões gerais de investimentos estatais na política de infra-estrutura viária demonstraram que esses ocorreram nas áreas periféricas bem antes das mobilizações populares mais expressivas, já no final dos anos 1970 (Marques e Bichir, 2001c).

O segundo modelo encontrado na literatura, com difusa influência pluralista, afirma que os investimentos públicos, especialmente aqueles direcionados às áreas habitadas pela população de mais baixa renda, tenderiam a ser maiores nos momentos anteriores a eleições. Esse modelo do vínculo eleitoral,

---

<sup>73</sup> Inúmeros estudos realizados pelo CEM demonstram essa presença institucional do Estado em diferentes áreas do município de São Paulo, especialmente sob a forma de diversos equipamentos e serviços públicos (Marques e Torres, 2005).

encontrado em autores como Fizon (1990) e Ames (1995), tem como pressupostos o comportamento maximizador dos políticos, que visariam aumentar suas chances de reeleição, e a identificação entre os interesses dos políticos e as ações do Estado. No caso específico do Brasil, o retorno das eleições para os executivos locais (governadores em 1982, e prefeitos de capitais em 1985) teria levado a um aumento dos investimentos nas áreas periféricas. Contudo, a proximidade de eleições não explica os padrões gerais de investimentos em infra-estrutura, como demonstrado em Marques (2003).

No âmbito desse trabalho, não serão abordadas de forma sistemática as causas da expansão dos investimentos em infra-estrutura para as áreas mais periféricas da cidade, uma vez que inúmeros estudos já abordaram esse tema. Esse capítulo irá procurar apresentar, de modo preliminar, as condições diferenciadas de acesso à infra-estrutura urbana, destacando especialmente as conseqüências da residência em locais segregados. Assim, serão procurados os elementos específicos que podem explicar as variações nos níveis de acesso a serviços urbanos entre os diferentes locais da cidade. Nesse sentido, a falta de infra-estrutura urbana não será considerada um sinônimo de segregação, como apontado no Capítulo I. Ao contrário, a falta de acesso será abordada como uma das conseqüências possíveis acarretadas pela moradia em locais segregados. Cabe então avaliar até que ponto a caracterização dos locais mais pobres e segregados como locais marcados pela ausência do Estado ainda pode ser aplicada nos dias de hoje.

Para tanto, além das análises descritivas de diversos serviços urbanos, foi elaborado um indicador sintético de acesso a serviços urbanos a partir da agregação de diferentes dimensões presentes no questionário do *survey*. Foram consideradas informações referentes a abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo, energia elétrica, calçamento, iluminação pública, áreas verdes e de lazer e condições de transporte público. As variáveis que compõem o indicador procuraram cobrir um amplo espectro de acesso, desde saneamento básico até equipamentos construídos e qualidade de vida, de modo a verificar possíveis diferenciações de acesso em áreas que aparentemente apresentariam boas coberturas.

Essas dimensões mostraram-se fortemente associadas entre si, indicando que a provisão das mesmas não se dá de modo isolado, mas é parte de uma dinâmica mais geral dos serviços urbanos. Esses serviços urbanos contribuem para a chamada produção do “ambiente construído” – a maioria desses serviços fica incrustada no espaço, adquire uma materialidade – e são serviços que devem chegar à porta dos domicílios (ou mesmo em seu interior), ao contrário do que ocorre no caso dos equipamentos de educação e saúde, por exemplo, que implicam necessariamente deslocamentos da população. Esses aspectos têm impactos sobre as interpretações que podem ser elaboradas a respeito das condições de acesso e também sobre as conseqüências da segregação residencial, conforme será esclarecido mais adiante.

A verificação do impacto da segregação sobre o acesso a políticas públicas relaciona-se ainda com a proposição da dimensão espacial das políticas públicas (Torres, 2005b). Segundo esse autor, as políticas públicas devem considerar não apenas as características individuais dos possíveis usuários, mas também as características do ambiente em que esses estão localizados, uma vez que os padrões de contigüidade, vizinhança e distâncias causam diversos efeitos sobre indivíduos e grupos. Residir em locais altamente segregados pode ter diversas conseqüências, como o isolamento em relação às redes sociais e econômicas mais relevantes, a exposição a diversas condições de risco – tanto sócio-econômicos quanto ambientais –, situações que podem gerar uma série de “externalidades negativas” que têm efeitos significativos sobre os circuitos de reprodução da pobreza (Torres, 2004). Essas análises indicam, por exemplo, que indivíduos de condições sociais idênticas, mas localizados em regiões distintas da cidade, tendem a ter acessos bastante diferenciados a serviços, bem como ao mercado de trabalho, ao mercado imobiliário, entre outros (Torres, et. al. 2005; Durlauf, 2001; Brooks-Gunn & Duncan, 1997; Yinger, 2001).

No âmbito desse trabalho, não há elementos suficientes para testar em profundidade essa hipótese dos “efeitos de vizinhança” associados às áreas segregadas – para tanto, seria necessário realizar estudos no nível das próprias comunidades segregadas, no sentido de avaliar os diversos capitais disponíveis, as estratégias de sobrevivência e de mobilização de recursos,

como desenvolvido em uma série de estudos mais próximos do campo da antropologia (Filgueira, 1998; Almeida e D'Andrea, 2004; Gurza-Lavalle e Castello, 2004; Pavez, 2006). Contudo, é possível verificar uma outra dimensão, aquela que se refere ao acesso aos serviços públicos<sup>74</sup>. Para tanto, serão analisadas as condições diferenciadas de acesso à política de infraestrutura urbana segundo os diversos indicadores de segregação elaborados, conforme apresentado a seguir.

### **3. Aspectos da infra-estrutura urbana no município de São Paulo**

Como apontado no Capítulo II, o *survey* realizado entre a população mais pobre do município de São Paulo permitiu avaliar diversos aspectos das condições de vida dessa população e das condições de acesso a algumas políticas públicas. Entre essas, foram avaliadas as condições de acesso à infraestrutura urbana, incluindo rede de água, esgoto, iluminação pública, energia elétrica, transporte público próximo, presença de parques e praças. Para além da cobertura, procurou-se avaliar também a qualidade de alguns desses serviços que estão praticamente universalizados no caso do município de São Paulo, como, por exemplo, o acesso à rede de água<sup>75</sup>. Assim, além do acesso, foi perguntada a frequência desse acesso, de modo a avaliar situações de intermitência no abastecimento.

Em primeiro lugar, cabe destacar os elevados níveis de cobertura observados em quase todos os serviços analisados. As coberturas são elevadas especialmente nos casos água, energia elétrica e coleta de lixo, que apresentam sistemas praticamente universalizados mesmo entre a população mais pobre do município de São Paulo. No caso de rede de esgoto, calçamento, iluminação pública, transporte próximo e presença de parques e áreas verdes, as coberturas são bem menores. A Tabela 4, abaixo, apresenta essas informações.

---

<sup>74</sup> É importante diferenciar a dimensão dos “neighborhood effects” da dimensão das conseqüências para o acesso a serviços públicos. Eles são efeitos diferentes da segregação, um operando no plano da própria comunidade e outro no plano do acesso à cidade como um todo.

<sup>75</sup> Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para 2003 indicam as seguintes coberturas para a Região Metropolitana de São Paulo: 100% dos domicílios contam

**Tabela 4**  
**Cobertura de alguns serviços urbanos nos domicílios mais pobres**  
**(%). Município de São Paulo, 2004.**

Serviço	Cobertura
Rede de Água	96,70
Água chega todo dia	92,00
Energia elétrica	97,40
Iluminação pública	76,00
Esgoto	75,00
Coleta de lixo	92,70
Calçamento	83,70
Transporte público próximo	89,60
Parque ou praça próximos	46,80

**Fonte:** CEM-Cebrap/Ibope. *Survey* de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

Contudo, quando esses níveis são observados segundo as macro-regiões definidas pelo próprio *survey*, verificam-se diferenças significativas em alguns serviços, ao lado de baixas diferenciações nos serviços que contam com coberturas elevadas. Como é possível observar na Tabela 5, as áreas periféricas contam com níveis mais baixos de cobertura, especialmente no caso dos serviços que ainda não se encontram universalizados no município, como cobertura de esgoto e iluminação pública. Destaca-se ainda a escassez de parques e áreas verdes nas regiões periféricas, o que compromete a qualidade de vida nesses locais. Desse modo, apesar dos níveis gerais de cobertura serem bastante satisfatórios, a dimensão da macro-segregação ainda parece ter relevância no acesso a esses serviços ainda não universalizados.

---

com energia elétrica; 99,20% contam com rede de água; 99,13% com coleta de lixo e 83,24% com esgotamento sanitário.

**Tabela 5**  
**Cobertura de alguns serviços urbanos nos domicílios mais pobres,**  
**segundo macro-regiões (%). Município de São Paulo, 2004.**

Serviço	Macro-região			Total
	Periférica	Intermediária	Central	
Rede de Água	96.1	98.0	96.8	96.7
Água chega todo dia	88.8	98.4	95.7	92.0
Energia elétrica	96.6	98.6	99.2	97.4
Esgoto	71.1	80.6	87.9	75.0
Coleta de lixo	91.8	94.3	94.6	92.7
Calçamento	80.0	90.4	90.8	83.7
Iluminação pública	71.4	84.1	85.2	76.0
Transporte público próximo	89.1	90.0	92.7	89.6
Parque ou praça próximos	39.6	56.9	71.0	46.8

**Fonte:** CEM-Cebrap/Ibope. *Survey* de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

Além dos níveis de acesso, foram exploradas descritivamente as diversas relações existentes entre as variáveis que compõem o indicador de acesso à infra-estrutura urbana com variáveis de diversas naturezas, que se relacionam com diferentes abordagens explicativas presentes na literatura sobre as condições de acesso a políticas públicas, conforme será explicado<sup>76</sup>. Foram consideradas variáveis demográficas, variáveis territoriais, variáveis relativas ao associativismo, à condição migratória e ao papel dos investimentos estatais. Os resultados preliminares obtidos são apresentados a seguir. Cabe ressaltar que nesse capítulo é testado apenas o efeito isolado de cada indicador sobre os serviços urbanos, e não o efeito conjunto dos diversos indicadores. Análises multivariadas com base nesses indicadores são apresentadas no Capítulo IV.

### **3.1.Variáveis demográficas**

De modo a testar o impacto de características individuais e das famílias sobre as condições de acesso à política de infra-estrutura viária, foram consideradas variáveis como sexo do responsável pelo domicílio, idade do responsável, cor

<sup>76</sup> Essa discussão relativa às diversas abordagens para os condicionantes do acesso a políticas públicas baseia-se parcialmente em Figueiredo et al., 2005.

do responsável, renda familiar per capita e anos médios de estudo do responsável. Todas essas informações referem-se aos domicílios mais pobres do município de São Paulo, que foram coletadas no *survey* já descrito. As características dos chefes dos domicílios podem ser consideradas *proxys* razoáveis das características do domicílio, uma vez que as desigualdades existentes no nível individual podem agravar a situação do domicílio como um todo (Esping-Andersen, 2002).

Esse conjunto de variáveis procura testar ainda a relevância de argumentos presentes especialmente em estudos das áreas de economia e demografia, que ressaltam a importância de fatores individuais, tais como renda e escolaridade, na explicação das condições de acesso a serviços públicos. Essas variáveis teriam influência significativa sobre o comportamento dos indivíduos no sentido de estimularem maior acesso a informações, maior conhecimento sobre os mecanismos de funcionamento e sobre os canais de acesso a certas políticas públicas, entre outros aspectos. Estudos que analisam as condições de acesso e os diferenciais nos níveis educacionais das crianças de baixa renda, por exemplo, mobilizam esses tipos de explicação (Barros et al 2001; Menezes-Filho e Pazello, 2005). Por outro lado, alguns estudos demonstram a relevância do acesso a informações, do grau de publicidade das políticas e do conhecimento dos critérios de inclusão como elementos que facilitam a apropriação das políticas pela população.

Outros autores destacam, de maneira crítica, que a ênfase aos investimentos em capital humano – educação, habilidades, capacidades individuais –, de modo a elevar os níveis de acesso a políticas públicas e reduzir as desigualdades, supõe a existência de um mercado aberto e competitivo, muito distante da realidade brasileira (Scalon, 2005). Além disso, o investimento nessas capacidades individuais só apresentaria resultados no longo prazo, deixando de lado, nesse sentido, boa parcela das gerações atuais.

Contudo, no caso da política de infra-estrutura urbana, provavelmente esses mecanismos não funcionam do modo observado no caso das políticas sociais, dada a lógica completamente diferenciada da estruturação dessa política. Em primeiro lugar, os serviços urbanos constituem serviços de natureza coletiva, ao contrário da lógica de provisão individual das políticas sociais, como saúde

e educação – assim, seria esperado que as variáveis individuais tivessem pouco impacto no caso dessa política. Além disso, assim como observado no caso da política de infra-estrutura viária (Marques, 2003), as decisões de investimento na política de infra-estrutura urbana são menos mediadas por contatos mais diretos com a população organizada, a burocracia é mais insulada, entre outros aspectos<sup>77</sup>. Nesse sentido, as decisões de investimento sofreriam menor influência dessas variáveis individuais dos usuários da política. No caso de algumas políticas caracterizadas por burocracias “do nível da rua” (“*street-level bureaucracies*”), como a política de educação, por exemplo, há grande interação entre os usuários da política e os trabalhadores, o que contribui inclusive para alterar as formas de implementação da política (Lipsky, 1980). No caso das políticas urbanas, esse contato é menor, embora também exista.

De fato, os dados não revelam diferenciais muito grandes nos níveis de acesso de acordo com as variáveis demográficas consideradas, com exceção da variável relativa à renda familiar per capita. Observa-se que a variável relativa à idade do responsável<sup>78</sup> gera maiores diferenciais de acesso nos casos de esgoto, lixo, calçamento, frequência do abastecimento de água e iluminação das ruas, com chefes mais jovens obtendo menor acesso a esses serviços: no caso de acesso à rede de esgoto, por exemplo, os domicílios chefiados por pessoas entre 18 e 29 anos de idade contam com 69,6% de cobertura, contra 80,03% dos domicílios chefiados por pessoas acima de 50 anos. Uma hipótese possível refere-se ao fato de que chefes mais jovens tenderem a residir em periferias mais precárias, menos consolidadas. Os dados mostram que esses chefes de domicílio mais jovens estão há menos tempo no bairro (entre os chefes de domicílio que estão há menos de 4 anos no bairro, 41,6% têm entre 18 e 29 anos, contra 13,4% de chefes acima de 50 anos), em muitos casos são migrantes recentes deslocados para locais com menor infra-estrutura,

---

<sup>77</sup>Estudo realizado sobre os padrões de investimento em infra-estrutura viária revelou que a decisão final sobre as prioridades de investimentos de pequeno porte é um resultado das negociações dos técnicos da prefeitura com administradores regionais, além da consideração de elementos técnicos, como a viabilidade das obras (cf. Bichir, 2005).

<sup>78</sup> Testes de médias indicaram que os diferenciais de acesso no caso da idade do responsável pelo domicílio, são significativos em todos os serviços considerados, com exceção de transporte público próximo.

provavelmente devido a mecanismos de renda da terra. As tabelas que confirmam essas informações são apresentadas no Anexo IV.

Também é possível observar alguns diferenciais de acordo com a cor do responsável pelo domicílio<sup>79</sup>, com chefes não-brancos tendo menores níveis de acesso a diversos itens considerados, como frequência do abastecimento de água (90,3% dos domicílios chefiados por não-brancos têm abastecimento diário, contra 94,0% no caso dos domicílios chefiados por brancos), acesso à rede de esgoto (73,5% contra 76,7%) e presença de parques e praças nas redondezas (43,5% contra 50,6%). Porém, esse efeito é provavelmente explicado pelo fato de a renda desses chefes ser menor: entre os domicílios com renda familiar per capita de até meio salário mínimo, 61,2% dos chefes são não-brancos. Entre os domicílios com renda familiar per capita acima de 5 salários mínimos, a proporção de chefes não brancos é de apenas 16,1%.

A variável relativa à renda familiar per capita<sup>80</sup> é de fato a que mais explica os diferenciais de acesso, com os grupos com menor renda apresentando menor acesso à quase todos os serviços<sup>81</sup>. Conforme esperado, esses diferenciais são menores no caso dos serviços já praticamente universalizados – como cobertura de água e energia elétrica – e menores no caso dos serviços que ainda apresentam problemas de cobertura nas áreas mais periféricas do município. A Tabela 6 apresenta essas informações.

---

<sup>79</sup> Testes de médias mostraram que as diferenças observadas no caso da cor do chefe de responsável são significativas para todos os serviços urbanos, com exceção de energia elétrica.

<sup>80</sup> É importante destacar que, apesar do corte de renda para a aplicação dos questionários corresponder a aproximadamente 4,2 salários mínimos de renda familiar (em valores de novembro de 2004), há algumas diferenças entre o dado de renda declarado como filtro para a entrevista e os dados obtidos na bateria referente aos rendimentos, que procurou detalhar diversas fontes possíveis de rendimentos – os entrevistados tendem a subestimar a renda declarada no início da entrevista. Mesmo assim, 80,6% dos casos estão no grupo de renda domiciliar per capita entre 0 e 1 salário mínimo, o que corresponderia a uma renda domiciliar de no máximo 4sm, considerando famílias com uma média de 4 membros.

<sup>81</sup> Testes de média indicaram que há diferenciais significativos de acordo com os grupos de renda no caso de todos os serviços considerados, com exceção de coleta de lixo e presença de parques e praças.

**Tabela 6**  
**Cobertura de alguns serviços urbanos nos domicílios mais pobres,**  
**segundo renda familiar per capita (%). Município de São Paulo, 2004.**

Serviços	Renda familiar per capita (sm)				Total
	Até 0,5 s.m.	Mais de 0,5 a 1 s.m.	Mais de 1 a 2 s.m.	Mais de 2 a 5 s.m.	
Rede de água	95,86	96,43	99,01	100,00	96,72
Água chega todo dia	89,85	93,94	92,10	97,61	92,03
Energia elétrica	97,36	96,28	99,81	97,92	97,37
Rede de esgoto	69,04	77,08	83,24	87,12	74,98
Coleta de lixo	89,63	94,38	96,53	94,47	92,72
Calçamento	77,05	86,68	91,25	97,75	83,68
Iluminação	68,21	80,30	84,39	85,03	75,98
Transporte público próximo	88,55	88,27	94,95	92,21	89,59
Parque ou praça	46,16	46,28	47,23	57,13	46,76

**Fonte:** CEM-Cebrap/Ibope. *Survey* de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

Esses resultados indicam que mesmo entre a população mais pobre do município os diferenciais de renda têm impacto sobre as condições de acesso a serviços urbanos. Mesmo com o corte nos 40% mais pobres, foi observada uma variação significativa de renda – 42,6% têm renda domiciliar per capita entre 0 e 0,5sm; 37,8% têm renda acima de 0,5 e até 1sm; 16,4% têm renda acima de 1 e até 2sm e 3,1% têm renda entre 2 e 5sm. Essas menores coberturas de serviços urbanos nas faixas de renda mais baixa provavelmente são explicadas devido a efeitos de renda da terra que induzem a população de mais baixa renda – geralmente população migrante, não-branca, que reside há pouco tempo no bairro – a residir em locais mais precários, com menor provisão de infra-estrutura, uma vez que não conseguem arcar com os custos de moradia em locais com melhor provisão de serviços urbanos (Vetter e Massena, 1981; Santos, 1979). Esses resultados parecem apontar também para o bom funcionamento do mercado de terras mesmo entre os domicílios mais pobres, uma vez que os domicílios com menor renda tendem a habitar locais com menor provisão de serviços urbanos.

De maneira geral, observou-se que as variáveis demográficas não têm impacto muito significativo sobre o acesso à política de infra-estrutura urbana, gerando

alguns diferenciais de acesso somente no caso de serviços ainda não universalizados no município. Isso não significa que essas variáveis individuais não são relevantes, são necessárias análises mais aprofundadas, como as que serão apresentadas no Capítulo IV. Além disso, elas podem ter maior relevância no caso de outras políticas públicas.

### **3.2. Variáveis territoriais**

De modo a verificar a hipótese básica desse trabalho, de que a residência em locais fortemente segregados tem impactos sobre as condições de acesso a políticas públicas, variáveis relativas à dimensão territorial foram incluídas nos cruzamentos. Foram considerados os diferentes indicadores de segregação discutidos no capítulo anterior, que abrangem escalas diversas, assim como uma variável relativa à proximidade a córregos não canalizados, de modo a considerar dimensões de precariedade de habitação que poderiam estar relacionadas com a falta de acesso à infra-estrutura. Os resultados preliminares indicaram de maneira geral que as variáveis territoriais têm bastante relevância na diferenciação dos níveis de acesso. Novamente, os dados completos são apresentados no Anexo IV.

No plano da macro-segregação, verificou-se que as macro-regiões definidas pelo *survey* – áreas central, intermediária e periférica – têm impacto significativo<sup>82</sup>, sobretudo no caso de serviços não-universalizados, com domicílios localizados em áreas periféricas contando com menores níveis de acesso do que domicílios localizados em áreas intermediárias e centrais. Ainda na escala da macro-segregação, observou-se que as distâncias às áreas sócio-economicamente bem inseridas também geram maiores diferenciais de acesso no caso dos serviços com coberturas relativamente baixas no município – como esgoto e calçamento, por exemplo –, sendo que as áreas mais distantes

---

<sup>82</sup> Testes de médias (com nível de significância de 5%) mostraram que as diferenças geradas pelas macro-regiões do *survey* são significativas no caso de todos os serviços urbanos considerados.

contam com coberturas menores desses serviços, conforme observado na Tabela 7, abaixo<sup>83</sup>.

**Tabela 7**  
**Cobertura de alguns serviços urbanos nos domicílios mais pobres, segundo distância às centralidades da RMSP (%). Município de São Paulo, 2004.**

Serviços	Faixas de distância a centralidades				Total
	0 a 1km	mais de 1 a 5km	mais de 5 a 10km	mais de 10km	
Rede de água	97,10	99,13	93,91	95,70	96,76
Água chega todo dia	96,20	87,99	94,00	95,01	91,88
Energia elétrica	99,64	98,61	96,26	94,81	97,43
Rede de esgoto	87,96	79,97	67,17	68,59	75,32
Coleta de lixo	94,23	92,97	92,28	93,05	92,93
Calçamento	95,66	86,37	81,02	74,40	84,01
Iluminação	88,74	77,51	65,33	80,86	75,81
Transporte público próximo	89,89	88,75	89,54	91,85	89,63
Parque ou praça	63,75	49,42	42,80	38,71	47,51

**Fonte:** CEM-Cebrap/Ibope. *Survey* de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

No plano da meso-segregação, o indicador relativo à renda do chefe no meso-ambiente (raio de 3km) indicou que os domicílios localizados em meso-ambiente mais pobre (com renda do chefe de no máximo 5 salários mínimos) têm pior acesso à rede de água (incluindo a dimensão da frequência da mesma), energia elétrica, calçamento, iluminação nas ruas e presença de parques e praças.

Ainda nessa escala, os dados relativos às áreas segregadas de acordo com o fator de privação sócio-econômica (Moran Local) indicaram que as áreas com forte concentração de privação (áreas do tipo “alto-alto”) contam com menor acesso à rede de esgoto (69,8% dos domicílios nessas áreas têm rede de esgoto, contra 87,9% dos domicílios localizados em áreas de baixa privação), calçamento (77,5% nas áreas com alta privação contra 94,5% nas áreas com

<sup>83</sup> Essas diferenças geradas pela distância só não são estatisticamente significativas no caso de coleta de lixo (nível de significância de 5%).

baixa privação), iluminação nas ruas (70,5% contra 86,8%) e presença de parques e praças. Essas informações são apresentadas na Tabela 8, abaixo.

**Tabela 8**  
**Cobertura de alguns serviços urbanos nos domicílios mais pobres, segundo áreas segregadas segundo o Moran local para o fator de privação sócio-econômica (%). Município de São Paulo, 2004.**

Serviços	Concentração de privação sócio-econômica			Total
	Intermediário	Alto-alto	Baixo-baixo	
Rede de água	97,79	95,84	97,57	96,76
Água chega todo dia	89,41	92,36	95,64	91,88
Energia elétrica	98,47	96,06	99,63	97,43
Rede de esgoto	77,74	69,82	87,99	75,32
Coleta de lixo	94,37	91,53	94,40	92,93
Calçamento	88,95	77,52	94,49	84,01
Iluminação	78,74	70,47	86,84	75,81
Transporte público próximo	89,09	89,55	91,05	89,63
Parque ou praça	50,58	40,15	64,82	47,51

**Fonte:** CEM-Cebrap/Ibope. *Survey* de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

Considerando o plano da micro-segregação, verifica-se que o indicador de renda no micro-ambiente (500m) teve impacto nos casos de água, energia elétrica e presença de parques e praças, sendo que domicílios pobres localizados em ambientes também pobres tendem a ter menor acesso a esses serviços<sup>84</sup>.

Ainda nessa escala, destaca-se o forte impacto da residência em áreas de favelas e loteamentos clandestinos para o acesso à infra-estrutura: domicílios localizados nesses locais contam com menores níveis de acesso em

---

<sup>84</sup> Testes de média indicaram que as diferenças só não são estatisticamente significativas (a 5% de confiança) no caso de água, calçamento e transporte.

praticamente todos os serviços considerados, conforme apresentado na Tabela 9, abaixo<sup>85</sup>.

**Tabela 9**  
**Cobertura de alguns serviços urbanos nos domicílios mais pobres, segundo domicílios em área de favela ou loteamento clandestino (%).**  
**Município de São Paulo, 2004.**

Serviços	Domicílios em área de favelas ou loteamentos		Total
	não	sim	
Rede de água	96,38	97,08	96,76
Água chega todo dia	94,84	89,48	91,88
Energia elétrica	97,23	97,59	97,43
Rede de esgoto	77,72	73,36	75,32
Coleta de lixo	92,96	92,91	92,93
Calçamento	87,10	81,50	84,01
Iluminação	80,46	72,02	75,81
Transporte público próximo	90,37	89,03	89,63
Parque ou praça	53,86	42,31	47,51

**Fonte:** CEM-Cebrap/Ibope. *Survey* de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

Por fim, ainda na escala da micro-segregação, verificou-se o impacto da proximidade a córregos não canalizados<sup>86</sup>. A principal informação a destacar refere-se à cobertura de esgoto: enquanto 83,1% dos domicílios não localizados próximos a córregos têm rede de esgoto, somente 58,2% dos domicílios que estão a até 100m de córregos contam com essa cobertura. As coberturas também são menores no caso de coleta de lixo, calçamento e iluminação pública. Esses resultados são esperados, uma vez que a proximidade a córregos não canalizados pode ser considerada quase como

<sup>85</sup> As diferenças nas médias geradas pelo fato de o domicílio estar localizado em área de favela ou loteamento só não são estatisticamente significativas no caso de coleta de lixo (nível de significância de 5%).

<sup>86</sup> Testes de médias (com nível de significância de 5%) mostraram que as diferenças geradas pela proximidade a córregos são significativas no caso de todos os serviços urbanos considerados.

sinônimo de falta de saneamento básico, indicando condições de habitação bastante precárias e exposição a doenças de veiculação hídrica.

Sintetizando os padrões observados de acordo com os tipos de serviços considerados, pode-se dizer que no caso da rede de água as variáveis territoriais que geram maiores diferenciais no acesso são as variáveis da renda do ambiente – tanto na escala micro (500m) quanto na escala intermediária (3km) – e o fato de os domicílios estarem próximos a córregos. No caso da energia elétrica, proximidade a córregos, distância a áreas bem inseridas sócio-economicamente, locais segregados de acordo com o fator de privação (Moran Local) e ambiente pobre – meso ou micro – geraram diferenciais significativos. Nos casos de acesso à rede de esgoto, calçamento, iluminação pública e presença de parques e praças todas as variáveis territoriais apresentaram impactos significativos. No caso da coleta de lixo, proximidade a córregos e áreas segregadas de acordo com o fator de privação são as variáveis que mais diferenciam os níveis de acesso. No caso do acesso a transporte público nas proximidades, somente proximidade a córrego gera diferenciais mais significativos (indicando provavelmente locais bastante precários, de ocupação mais recente, nos quais o sistema de transporte público ainda não penetrou), o que provavelmente significa que outras variáveis explicam o acesso a transporte que não estas.

Assim, de maneira geral, observa-se que serviços universalizados há mais tempo, como o abastecimento de água, têm menores coberturas somente nos locais de ocupação mais recente e precária, enquanto quase todos os demais serviços de infra-estrutura urbana considerados sofrem o impacto das variáveis territoriais, apresentando menor penetração nas áreas periféricas, nos domicílios localizados em áreas segregadas, em locais com menor renda do ambiente, em áreas de favela e loteamentos e também no caso daqueles localizados próximos a córregos.

### **3.3.Migração e tempo no bairro**

Essa seção procura testar o impacto do tempo de consolidação das áreas sobre as condições de acesso à infra-estrutura urbana, seguindo-se a tese, bastante presente no senso comum, do “evolutivismo urbano”. Segundo esse

argumento, o Estado tenderia a expandir os serviços primeiro para as áreas mais centrais e consolidadas, que seriam mais “visíveis” para as políticas públicas, levando mais tempo para atingir as áreas mais distantes e pouco consolidadas, que seriam menos visíveis. Assim, os investimentos estatais obedeceriam a uma lógica quase “natural”, seguindo o próprio ritmo de expansão da cidade. Apesar de ser bastante plausível considerar o argumento de que há áreas mais e menos “visíveis” no interior da cidade, não é possível desconsiderar o fato de que os investimentos estatais são estimulados por lógicas políticas muito mais complexas, pela associação de diversos interesses e posições políticas, pela interação de diversos atores – como o setor público e os movimentos sociais, por exemplo –, e não pela lógica natural de expansão da cidade (Marques, 2000 e 2003)<sup>87</sup>.

Também é importante considerar que o maior tempo no bairro permite a realização de uma série de melhorias nas residências realizadas pelos próprios moradores: como aponta Kowarick (2005b), essas melhorias realizadas ao longo do tempo contribuem de forma significativa para a qualidade de vida nas áreas de favela<sup>88</sup>. Além disso, alguns estudos etnográficos demonstram que mesmo em áreas periféricas ou em áreas de favelas o tempo de residência no bairro é importante para o adensamento das redes de relações – que abrem uma série de oportunidades para os indivíduos<sup>89</sup> – e para a capacidade de organização de uma certa comunidade, inclusive para a possibilidade de demandar serviços junto ao poder público<sup>90</sup>. Analisando a importância das

---

<sup>87</sup> Contrariando a tese do “evolutivismo urbano”, estudo sobre os investimentos estatais em infra-estrutura viária no município de São Paulo demonstrou que há áreas antigas da cidade que ainda não receberam investimentos significativos, ao lado de áreas recentes que já receberam infra-estrutura. Além disso, é importante considerar que uma mesma área pode receber diversos investimentos estatais, em diferentes momentos no tempo, dada a questão da própria manutenção urbana (Marques, 2003).

<sup>88</sup> Os dados do *survey* confirmam essas informações, indicando que as famílias pobres que estão há mais tempo no bairro tendem a realizar mais melhorias na casa. Ver Anexo IV.

<sup>89</sup> Pavez (2006) demonstra que as redes de relações desenvolvidas em uma certa comunidade segregada são importantes para as oportunidades que podem ser geradas, especialmente quando essas relações possibilitam a construção de pontes para fora da própria comunidade. Contudo, redes muito restritas – como redes de contêrreos em comunidades pobres – podem gerar circuitos muito fechados, limitando as possibilidades de inserção na sociedade como um todo, especialmente inserção ocupacional (Scalon, 2005).

<sup>90</sup> Contudo, como alerta Kowarick, as redes de relações sociais não são panacéia: “(...) *difícilmente se pode deixar de concordar que a ajuda mútua, estratégias de sobrevivência ou solidariedade comunitária constituem processos importantes para o cotidiano de grande parte de nossas populações, mas, certamente, não são a prefiguração de uma nova sociedade*” (Kowarick, 2000: 127).

redes de relações entre conterrâneos em Paraisópolis, D’Almeida e Andréa (2005), destacam que:

*“As pessoas “melhores de vida” são as mais antigas na migração e seus descendentes. Em boa parte dos casos elas pertencem a amplas redes familiares. E o inverso é verdadeiro: os recém-chegados sem laços de parentesco ou de origem acabam se instalando nas partes mais periféricas e precárias.”* (2005: 197).

Desse modo, foram consideradas variáveis relativas à migração – chefes de domicílio nascidos fora do Estado de São Paulo e imigrantes oriundos do Nordeste há menos de 10 anos em São Paulo – e ao tempo que os chefes de domicílio estão no bairro em que moram, que servem como *próxis* do grau de consolidação dos domicílios localizados em uma certa área. Os dados completos referentes a esses indicadores encontram-se no Anexo IV.

Considerando o tempo de residência no bairro, verifica-se que, de maneira geral, não há diferenciais significativos de acesso<sup>91</sup>, sendo uma exceção importante o acesso à rede de esgoto, que é menor no caso daqueles que moram há menos de 4 anos no bairro (68,6% de cobertura, contra 88,6% daqueles que estão há mais de 20 anos no bairro). Analisando os domicílios chefiados por pessoas que não nasceram no Estado de São Paulo, há diferenciais mais significativos no caso de acesso à rede de esgoto, coleta de lixo, calçamento, iluminação pública e presença de parques e praças nas redondezas. Por fim, analisando os domicílios chefiados por imigrantes procedentes do Nordeste, é possível observar que os níveis de acesso são mais baixos em quase todos os serviços, sendo os diferenciais mais acentuados no caso de rede de esgoto, coleta de lixo, calçamento e iluminação pública<sup>92</sup>. A Tabela 10 apresenta essas informações.

---

<sup>91</sup> Testes de médias mostraram diferenças estatisticamente significativas em todos os serviços urbanos, menos no caso de rede de água. O mesmo foi verificado no caso dos domicílios chefiados por pessoas que não nasceram no Estado de São Paulo.

<sup>92</sup> Testes de médias (com nível de significância de 5%) mostraram que as diferenças geradas por essa variável são significativas no caso de todos os serviços urbanos considerados.

**Tabela 10**  
**Cobertura de alguns serviços urbanos nos domicílios mais pobres, segundo migrantes do Nordeste (%). Município de São Paulo, 2004.**

Serviços	Migrante do Nordeste		Total
	Não	Sim	
Rede de água	97,86	96,46	96,79
Água chega todo dia	90,74	92,47	92,06
Energia elétrica	99,14	97,67	98,02
Rede de esgoto	75,07	69,85	71,09
Coleta de lixo	95,29	90,32	91,49
Calçamento	91,03	79,19	82,00
Iluminação	86,82	71,10	74,83
Transporte público próximo	88,10	89,24	88,97
Parque ou praça	41,65	45,60	44,67

**Fonte:** CEM-Cebrap/Ibope. *Survey* de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

Desse modo, observa-se que as variáveis relativas ao tempo no bairro e à condição de migração têm impacto na diferenciação do acesso, gerando maiores diferenciais de acesso especialmente no caso da rede de esgoto.

### **3.4. Associativismo**

Além do destaque ao papel dos movimentos sociais urbanos – que teriam contribuído para redirecionar os investimentos estatais para as áreas periféricas após sua emergência nos anos 70 e início dos 80 (Jacobi, 1989, Sader, 1988, Gohn, 1991) –, diversos atores enfatizam importância dos grupos de parentesco, do pertencimento a associações comunitárias e dos vínculos com instituições religiosas ou laicas, como elementos que influenciam o acesso a serviços públicos, especialmente no âmbito de comunidades carentes (Gurza Lavalle e Castello, 2004; Almeida e D’Andrea, 2004). Esses autores destacam ainda o papel desempenhado pelas práticas associativas – especialmente religiosas – na atenuação dos efeitos da exclusão, especialmente no caso da inserção no mercado de trabalho, uma vez que esses vínculos abririam uma série de oportunidades para as populações mais carentes. Desse modo, igrejas e cultos funcionariam muitas vezes como instâncias de inclusão social. Em contextos urbanos como o município de São Paulo os efeitos dessas espécies

de “capital social”<sup>93</sup> tenderiam a ser reduzidos, com exceção de certas comunidades segregadas:

*“A vida em cidades como São Paulo, caracterizadas por dimensões descomunais, intensa imigração e cosmopolitismo, costuma ser altamente impessoal e atomizada, apresentando portanto erosão da força vinculante de qualidades circunscritivas (linhagem, sexo, religião etc.) e das solidariedades identificáveis com as formas primárias do capital social (família extensa, normas de reciprocidade e confiança). Entretanto, microcontextos urbanos definidos pela segregação espacial tendem a reforçar tais formas primárias, assim como práticas associativas vinculadas a contextos locais, mostrando-se particularmente sensíveis a mudanças nas configurações locais do capital social”.* (Gurza Lavalle e Castello, 2004: 78).

No âmbito desse trabalho, optou-se por avaliar a influência dos vínculos com associações religiosas – considerando a frequência pelo menos quinzenal a essas associações – e com associações civis de diversos tipos – sindicatos, partidos políticos, clubes, associações culturais, comunitárias ou de bairro –, considerando a frequência pelo menos anual a essas associações. Devido ao alto percentual de pessoas que participam em associações religiosas – 90% de toda a participação associativa observada entre os domicílios mais pobres de São Paulo é de caráter religioso – optou-se por separar a participação em associações religiosas dos demais tipos de participação associativa. Também foi considerada a preferência por algum partido político.

Essas variáveis de participação social e religiosa visaram testar o impacto do associativismo, das relações comunitárias, do acesso a canais de informação, sobre as condições de acesso à política pública. De forma semelhante funcionam as variáveis de participação e percepção política, que procuram captar o grau de informação a que estão expostos os indivíduos.

---

<sup>93</sup> É possível enquadrar esses autores no universo interpretativo das teorias sobre capital social, embora o tema possa se desdobrar em diferentes recortes analíticos (Putnam, 2000). Essa dimensão da importância das redes de relações está presente na literatura desde a descrição dos processos de produção dos loteamentos periféricos das décadas de 60 e 70 (Santos, 1985).

Contudo, no caso da infra-estrutura urbana, não há diferenciais muito grandes no caso das variáveis testadas em nenhum dos serviços considerados. As pequenas diferenças observadas – níveis de acesso ligeiramente superiores no caso daqueles que participam de associações e declaram preferência partidária – devem-se provavelmente a melhores níveis educacionais daqueles que participam, o que garante uma melhor qualidade da informação fornecida. Os dados são apresentados nas Tabela 11, 12 e 13, abaixo.

**Tabela 11**  
**Cobertura de alguns serviços urbanos nos domicílios mais pobres, segundo participação quinzenal em alguma associação religiosa (%).**  
**Município de São Paulo, 2004.**

Serviços	Participação quinzenal em associação religiosa		Total
	não quinzenal	quinzenal	
Rede de água	95,88	97,88	96,72
Água chega todo dia	92,07	91,98	92,03
Energia elétrica	96,98	97,91	97,37
Rede de esgoto	72,29	78,68	74,98
Coleta de lixo	92,27	93,33	92,72
Calçamento	83,36	84,11	83,68
Iluminação	72,94	80,15	75,98
Transporte público próximo	89,00	90,40	89,59
Parque ou praça	44,03	50,50	46,76

**Fonte:** CEM-Cebrap/Ibope. *Survey* de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

**Tabela 12**  
**Cobertura de alguns serviços urbanos nos domicílios mais pobres,**  
**segundo participação anual em alguma associação não-religiosa (%).**  
**Município de São Paulo, 2004.**

Serviços	Participação anual em algum tipo de associação não religiosa		Total
	não	sim	
Rede de água	95,67	97,42	96,72
Água chega todo dia	93,83	90,85	92,03
Energia elétrica	96,96	97,64	97,37
Rede de esgoto	72,91	76,36	74,98
Coleta de lixo	92,47	92,88	92,72
Calçamento	83,22	83,99	83,68
Iluminação	74,24	77,13	75,98
Transporte público próximo	88,74	90,15	89,59
Parque ou praça	42,92	49,32	46,76

**Fonte:** CEM-Cebrap/Ibope. *Survey* de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

**Tabela 13**  
**Cobertura de alguns serviços urbanos nos domicílios mais pobres,**  
**segundo preferência por algum partido político (%).**  
**Município de São Paulo, 2004.**

Serviços	Preferência por algum partido político		Total
	não	sim	
Rede de água	96,65	96,57	96,62
Água chega todo dia	91,12	92,58	91,72
Energia elétrica	97,37	97,64	97,48
Rede de esgoto	73,13	76,60	74,55
Coleta de lixo	93,23	91,77	92,63
Calçamento	81,55	85,00	82,96
Iluminação	75,46	74,65	75,13
Transporte público próximo	88,26	90,30	89,10
Parque ou praça	44,88	49,89	46,93

**Fonte:** CEM-Cebrap/Ibope. *Survey* de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

### 3.5. Estado

De acordo com a discussão apresentada na segunda seção desse capítulo, o Estado tem papel destacado na distribuição heterogênea de benefícios à população por meio das políticas públicas, podendo reforçar, dessa forma, mecanismos de pobreza e segregação urbana. Diversos autores mobilizam diferentes mecanismos para explicar as possíveis lógicas que levariam o Estado (ou segmentos de sua burocracia) a fornecer ou não serviços às camadas mais pobres da população, conforme apontado naquela seção.

No caso desse estudo, optou-se por avaliar o impacto do investimento estatal médio por área em pequenas obras de infra-estrutura viária sobre as condições de acesso à infra-estrutura urbana. Foram consideradas apenas obras micro-localizadas, com recortes espaciais bem específicos, como as obras de pavimentação de ruas, pequenos serviços de drenagem e construção de pontes sobre pequenos córregos, no período 1975-2000<sup>94</sup>. Esses investimentos são desenvolvidos pela Secretaria de Infra-estrutura Urbana – SIURB (antiga Secretaria de Vias Públicas - SVP), responsável pela realização de inúmeras obras e serviços de grande impacto sobre o espaço urbano paulistano, e os dados são oriundos de uma ampla pesquisa consolidada em Marques (2003)<sup>95</sup>. Todos esses investimentos micro-localizados foram endereçados (Bichir, 2005)<sup>96</sup>, e então foi criado um indicador referente ao valor médio dos investimentos viários por área, categorizado segundo níveis de investimento. Esses dados foram atribuídos<sup>97</sup> aos dados referentes aos domicílios pobres coletados pelo

---

<sup>94</sup> Como será demonstrado mais adiante, esse recorte temporal tem efeitos sobre os resultados obtidos, pois esses investimentos puderam beneficiar somente a população pobre que reside em áreas que tiveram investimentos viários nesse período.

<sup>95</sup> Essa pesquisa, que também constituiu a minha iniciação científica, analisou os padrões de investimento em infra-estrutura viária no município de São Paulo no período 1975-2000, abordando os padrões espaciais de investimentos, as redes de relações existentes no interior da secretaria responsável por essas obras, e os principais elementos explicativos dos padrões de vitórias das empreiteiras contratadas para a realização dessas obras. Para maiores detalhes, ver Marques, 2003.

<sup>96</sup> Para maiores informações relativas à natureza desses investimentos viários micro-localizados, aos procedimentos utilizados no endereçamento e uma análise dos padrões gerais observados, ver Bichir, 2005.

<sup>97</sup> Por meio do procedimento “tag”, disponível no software de geoprocessamento Maptitude 4.5.

survey, sendo que então cada um deles ficou com uma informação referente ao valor médio investido (em reais de dezembro de 1999) por área (m<sup>2</sup>).<sup>98</sup>

Mesmo não tendo uma relação direta com o tipo de serviço urbano aqui abordado, a hipótese por trás desse exercício refere-se à possibilidade de locais com maiores investimentos estatais em infra-estrutura viária serem também locais mais servidos por infra-estrutura urbana – água, esgoto, coleta de lixo, etc – uma vez que essas obras costumam ser realizadas de forma associada.

De modo geral, verifica-se que as coberturas de serviços urbanos são mais elevadas nas áreas que receberam níveis de investimentos viários alto (Tabela 14), sendo que os diferenciais são maiores no caso de rede de esgoto e coleta de lixo. Porém, há pequenos diferenciais no caso de alguns serviços e ausência de relação direta entre maiores coberturas e maiores investimentos em outros casos, o que recomenda cautela no estabelecimento de relações diretas entre esses dois tipos de investimentos – seria necessário avaliar o volume de investimentos estatais nos serviços urbanos aqui considerados.

**Tabela 14**  
**Cobertura de alguns serviços urbanos nos domicílios mais pobres, segundo níveis de investimentos estatais em infra-estrutura viária. Município de São Paulo, 1975-2000.**

Serviços	Faixas de investimento viário por área			Total
	Investimento baixo	Investimento médio	Investimento alto	
Rede de água	94,05	97,25	97,71	96,76
Água chega todo dia	94,77	90,50	91,83	91,88
Energia elétrica	95,46	97,10	98,82	97,43
Rede de esgoto	73,53	70,61	81,20	75,32
Coleta de lixo	92,58	91,62	94,50	92,93
Calçamento	79,70	89,52	80,57	84,01
Iluminação	70,63	79,40	74,83	75,81
Transporte público próximo	83,85	90,34	91,97	89,63
Parque ou praça	56,00	42,97	47,71	47,51

**Fonte:** CEM-Cebrap/Ibope. Survey de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

<sup>98</sup> Isso não significa que cada domicílio do survey terá uma informação referente ao

#### **4. Indicador de acesso a serviços urbanos e ambiente construído**

Como apontado no início desse capítulo, esses serviços urbanos analisados serviram como base para a construção de um indicador sintético de acesso a serviços urbanos e ambiente construído. Essa agregação de serviços tão diversos – abastecimento de água, frequência do abastecimento, esgotamento sanitário, coleta de lixo, energia elétrica, calçamento, iluminação pública, áreas verdes e de lazer, e condições de transporte público – foi possível porque todas essas dimensões mostraram-se fortemente correlacionadas em testes estatísticos. Além disso, optou-se pela agregação dessas dimensões de modo a verificar situações de déficit de acesso encobertas pela alta cobertura de alguns serviços urbanos – nesse sentido, foi construído um indicador mais “exigente” de acesso que permitisse captar situações de déficit de acesso no caso de serviços específicos.

Para cada uma dessas variáveis que compõem o indicador de acesso a serviços urbanos foram consideradas duas situações: adequada – que corresponde, na maioria dos casos, a simples provisão de cada um dos serviços – ou não adequada (que corresponde a não provisão dos serviços), sendo a provisão adequada classificada com o valor um e a provisão não adequada com o valor zero. O indicador final corresponde a uma média dessas variáveis, variando em uma escala de zero (0) a um (1), onde zero representa a pior situação e um a melhor. Os componentes desse indicador são apresentados na Tabela 15 abaixo.

---

investimento viário, pois pode haver áreas sem nenhum investimento próximo.

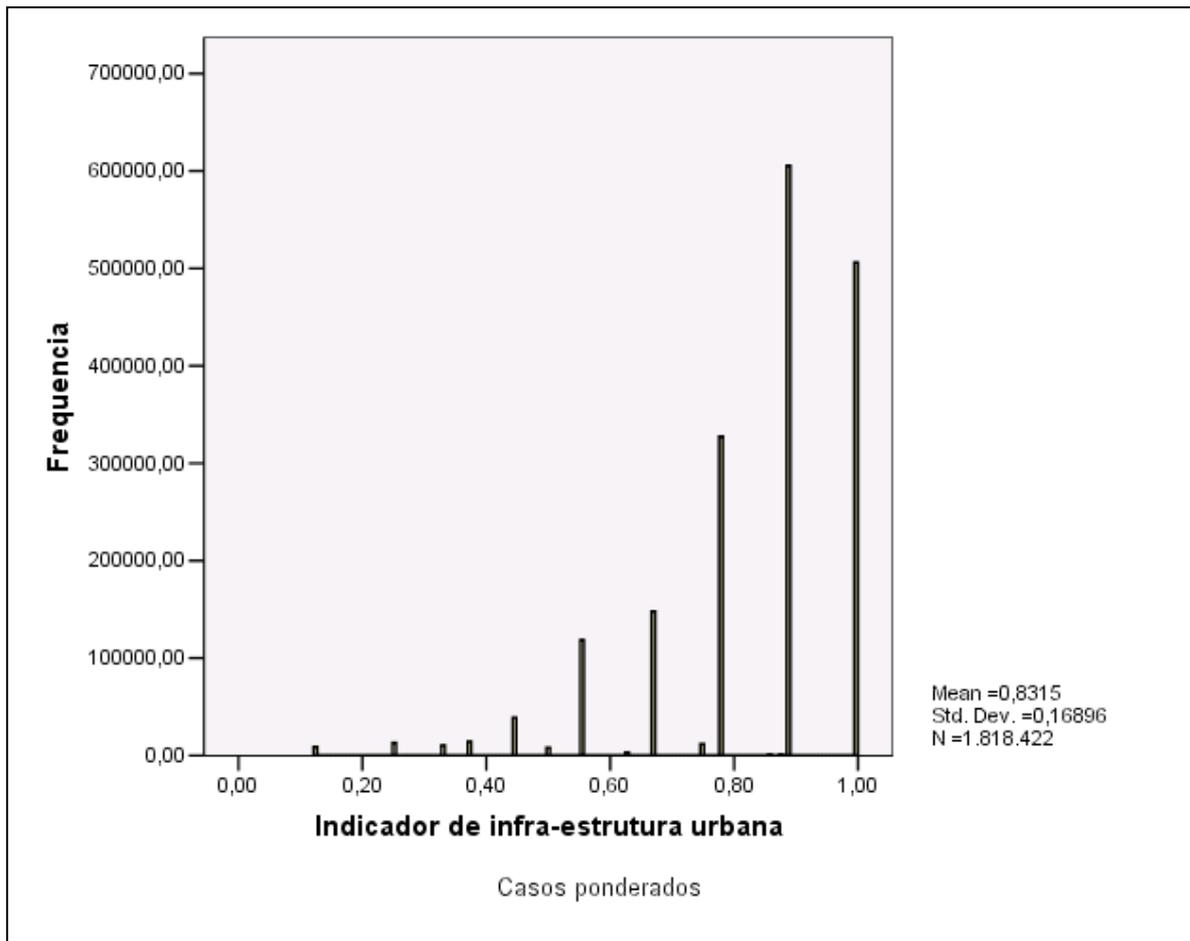
**Tabela 15**  
**Componentes do Indicador de Acesso a Serviços Urbanos. Município de São Paulo, 2004.**

Componente	Situação	
	Adequada	Não Adequada
1. Domicílio ligado à rede pública de água com canalização interna	1 = Sim	0 = Não
2. Freqüência com que a água chega ao domicílio (apenas domicílios ligados à rede pública de abastecimento de água)	1 = Todo dia	0 = Outras situações
3. Domicílio ligado à rede pública de esgoto	1 = Sim	0 = Não
4. Domicílio ligado à rede pública de energia elétrica	1 = Sim	0 = Não
5. Coleta de lixo no domicílio	1 = Sim	0 = Não
6. Existência de calçamento na rua do domicílio	1 = Sim	0 = Não
7. Existência de iluminação pública na rua do domicílio	1 = Sim	0 = Não
8. Existência de transporte público próximo ao domicílio	1 = Sim	0 = Não
9. Existência de parque ou praça próxima ao domicílio	1 = Sim	0 = Não

**Fonte:** CEM-Cebrap/Ibope. *Survey* de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

É importante notar que a maioria dos domicílios possui elevada cobertura desses serviços – a maioria dos casos analisados está classificada entre as situações mais adequadas (estão próximos de 1) –, conforme pode ser observado na Figura 1, abaixo, que apresenta a distribuição desse indicador. Ou seja, de maneira geral é possível dizer que mesmo os domicílios mais pobres do município de São Paulo contam com níveis bastante adequados de acesso a serviços urbanos. Os domicílios pior classificados nesse indicador provavelmente não contam com parques e praças próximas, podem enfrentar situações de intermitência no abastecimento de água, têm problemas com a rede de esgoto e com a iluminação pública, porém contam com rede de água, energia elétrica e coleta de lixo.

**Figura 1**  
**Distribuição do indicador de acesso a serviços urbanos e ambiente**  
**construído. Município de São Paulo, 2004.**



**Fonte:** CEM-Cebrap/Ibope. *Survey* de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

Além disso, esse indicador foi agregado em três grupos, de modo a especificar os níveis de acesso auferidos pela população mais pobre do município: serviços inadequados (0 a 0,88); serviços deficientes (0,88 a 0,89) serviços adequados (de 0,89 a 1). Analisando a distribuição desse indicador categorizado segundo as macro-regiões definidas pelo *survey* (Tabela 16), é possível observar que há diferenciais significativos de acordo com o tipo de área: enquanto na área periférica 45,9% dos domicílios têm serviços inadequados, nas áreas centrais somente 22,1% os têm. Esses resultados indicam que o acesso a serviços de infra-estrutura urbana ainda apresenta problemas nas áreas mais segregadas do município.

**Tabela 16**  
**Indicador sintético de acesso a serviços urbanos e ambiente construído,**  
**segundo macro-regiões. Município de São Paulo, 2004.**

Indicador	Macro-região			Total
	Periférica	Intermediária	Central	
Serviços Inadequados	45,9%	27,1%	22,1%	38,9%
Serviços Deficientes	33,7%	33,9%	27,6%	33,3%
Serviços Adequados	20,4%	39,1%	50,3%	27,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

**Fonte:** CEM-Cebrap/Ibope. *Survey* de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

Analisando esse indicador segundo as variáveis territoriais apresentadas, verifica-se que todas elas geram diferenciais significativos no sentido esperado de acordo com a hipótese da segregação, ou seja, domicílios localizados próximos a córregos, em áreas de favela ou loteamentos clandestinos, em ambientes locais pobres e em áreas segregadas de acordo com o Moran Local tendem a ter serviços mais inadequados de infra-estrutura urbana. A Tabela 17 apresenta os dados relativos a áreas de favelas. As demais se encontram no Anexo IV.

**Tabela 17**  
**Indicador sintético de acesso a serviços urbanos e ambiente construído,**  
**segundo domicílios em área de favelas e loteamentos clandestinos.**  
**Município de São Paulo, 2004.**

Indicador	Favelas e loteamentos		Total
	não	sim	
Serviços Inadequados	30,7%	44,7%	38,4%
Serviços Deficientes	34,4%	32,0%	33,1%
Serviços Adequados	34,9%	23,3%	28,5%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

**Fonte:** CEM-Cebrap/Ibope. *Survey* de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

Contudo, os resultados apresentados não são suficientes para comprovar totalmente a hipótese de que existe relação entre segregação residencial e pior

acesso a serviços urbanos. Em algumas interpretações, o pior acesso a serviços urbanos tem sido pensado não necessariamente enquanto fruto do padrão de segregação residencial, mas como consequência das condições de ilegalidade do acesso à terra (World Bank, 1999; Maricato, 1996). Nas ocupações irregulares, como loteamentos clandestinos e favelas, há barreiras institucionais à expansão dos investimentos públicos, uma vez que as empresas privadas ou estatais de serviços urbanos não encontram condições jurídicas adequadas para sua operação.

Nesse sentido, de modo a avaliar mais profundamente os principais fatores que condicionam os níveis de acesso à infra-estrutura urbana, é necessário desenvolver análises mais complexas, que consigam captar a influência de diferentes dimensões ao mesmo tempo. Algumas dessas análises são apresentadas no próximo capítulo.

## **Capítulo IV – Analisando o impacto da segregação sobre o acesso à infra-estrutura urbana**

### **1. Introdução**

Esse capítulo procura aprofundar as análises preliminares dos condicionantes do acesso à política de infra-estrutura urbana apresentadas no Capítulo III. Nesse sentido, as relações existentes entre os diversos conjuntos de indicadores discutidos e os níveis de acesso aos serviços urbanos são testadas de modo conjunto, por meio de um modelo multivariado de análise.

O modelo de análise, conforme apresentado na segunda seção desse capítulo, permite identificar quais são as variáveis mais relevantes no entendimento de um certo fenômeno, estabelecendo uma hierarquia das influências. Desse modo, é possível identificar grupos com acessos diferenciados à infra-estrutura urbana mesmo entre a população mais pobre do município, enriquecendo assim as narrativas a respeito das condições de acesso a políticas públicas. Além disso, a identificação dos perfis da população mais pobre que tem ou não tem acesso a determinados serviços urbanos permite subsidiar o planejamento de políticas públicas que visem combater certas barreiras ao acesso.

Esse capítulo é dividido em quatro partes, incluindo essa introdução. A segunda apresenta a metodologia utilizada para avaliação dos condicionantes do acesso à política de infra-estrutura urbana, o modelo de Chaid. A terceira e última seção apresenta os resultados do modelo, destacando as variáveis mais relevantes no entendimento dos níveis de acesso aos serviços urbanos e apontando as principais consequências analíticas desses resultados.

### **2. O modelo de análise**

Como estratégia metodológica para identificação dos principais condicionantes do acesso à política de infra-estrutura viária, foi empregado o modelo estatístico de CHAID (Chi-squared Automatic Interaction Detector). Essa técnica é utilizada para estudar a relação entre uma variável dependente e uma série de variáveis preditoras (explicativas) que interagem entre si – nesse sentido, o método aponta a existência de associações entre as variáveis, mas não causalidades. Esse modelo é bastante útil em análises exploratórias,

quando as associações entre as variáveis de interesse não são bem conhecidas, sendo que permite detectar interações de modo mais fácil do que no caso de uma regressão. Uma interessante aplicação do método é a análise dos principais condicionantes do acesso a políticas públicas, conforme utilizado em Figueiredo et al., 2005.

Uma das principais vantagens desse método é a possibilidade de testar, ao mesmo tempo, o impacto de um conjunto muito diferente de variáveis explicativas, destacando a relevância de cada uma delas de forma hierárquica. Outra grande vantagem do método utilizado é a criação de grupos de acordo com os tipos de associações observados, o que pode ser de grande valia no caso dos dados de acesso a políticas públicas, pois permite a caracterização dos perfis dos usuários.

Em termos mais técnicos, o CHAID permite classificar hierarquicamente os indivíduos por meio de um modelo log-linear. A partir de uma tabela de dupla entrada entre a variável preditora (independente) e a dependente, o modelo testa todas as partições possíveis para as categorias da variável preditora, procurando aquela que apresenta o maior valor para a estatística qui-quadrado. A partir da escolha da partição, os dados são agrupados segundo essa partição e uma nova análise é realizada dentro de cada subgrupo, repetindo-se o procedimento anterior para a variável dependente e os demais preditores. Para maiores detalhes desse método, consultar o Anexo III.

Os resultados obtidos por meio dessa técnica são apresentados em um diagrama (“árvore de CHAID”) que apresenta as variáveis predictoras mais associadas a uma dada variável dependente de forma hierárquica – em primeiro lugar, nos primeiros ramos da árvore, são apresentadas as variáveis mais associadas com o indicador de interesse. As associações relevantes são apresentadas em grupos que indicam os valores em relação à variável de interesse (por exemplo, quantos daqueles que moram em áreas de favela têm acesso a uma dada política pública), e também há indicação da representação de cada um dos grupos no universo em questão (qual é a proporção do total dos domicílios pobres que se localiza em área de favela e tem um determinado nível de acesso a serviços urbanos), sendo que novos grupos são abertos até atingir o limite mínimo de número de casos em cada grupo (no modelo aqui

apresentado, foi delimitado um mínimo de 50 casos por grupo). Além da facilidade de visualização e interpretação dos resultados, essa técnica permite a criação de grupos (no caso aqui abordado, grupos de acesso à política de infra-estrutura urbana), que podem ter suas características exploradas. Assim, as árvores de CHAID apresentam de forma bastante detalhada as características das famílias que têm acesso ao serviço público analisado e, interpretando os dados de forma invertida, aquelas que tem menor acesso. Os resultados obtidos são apresentados a seguir.

### **3. Modelo de acesso a políticas públicas**

O modelo multivariado de acesso partiu do indicador sintético de acesso à infra-estrutura, apresentado no capítulo anterior, como variável dependente. Assim, o modelo procurou identificar os principais condicionantes para os três níveis de acesso a esse indicador: acesso inadequado (pior situação), acesso deficiente (situação intermediária) e acesso adequado (melhor situação). Cabe ressaltar novamente que os níveis gerais de acesso a esses serviços são bastante elevados mesmo entre a população mais pobre do município. Nesse sentido, esse indicador é bastante “exigente” e o exercício aqui apresentado procura identificar situações extremas, em que o Estado ainda não conseguiu suprir de forma satisfatória os níveis de acesso à infra-estrutura urbana.

Como variáveis explicativas, foram utilizadas todas as variáveis discutidas no Capítulo III, a fim de testar sua relevância para a diferenciação dos níveis de acesso à infra-estrutura urbana de modo associado, o que permite especificar o poder explicativo de cada uma delas. Somente o indicador relativo aos domicílios que se localizam próximos a córregos não canalizados não foi testado no modelo, uma vez que representa a própria falta de infra-estrutura urbana, indicando locais de ocupação bastante precária – assim, seria uma tautologia considerar esse aspecto no modelo. Todas as variáveis testadas no modelo são apresentadas na Tabela 18, abaixo, com a indicação daquelas que permaneceram e daquelas que foram excluídas da análise. Foram testados

vários modelos com diversas combinações possíveis de variáveis, porém esse modelo que será apresentado mostrou-se o mais adequado<sup>99</sup>.

**Tabela 18**  
**Variáveis testadas no modelo de Chaid. Município de São Paulo, 2004.**

<b>Variáveis individuais</b>	<b>Permaneceu no modelo</b>
Sexo do responsável pelo domicílio (masculino ou feminino)	Não
Idade do responsável pelo domicílio (entre 18 e 29 anos; entre 30 e 49 anos; acima de 50 anos)	Sim
Cor do responsável pelo domicílio (branco ou não-branco)	Não
Anos de estudo do responsável pelo domicílio (0 a 3; 4 a 7; 8 a 10 e 11 anos e mais)	Não
Renda familiar per capita (s.m.)	Sim
<b>Territoriais</b>	
Macro-regiões do <i>survey</i> (central, intermediária e periférica)	Sim
Áreas segregadas segundo Moran Local (intermediário, alto-alto e baixo- baixo)	Não
Distância às centralidades da RMSP (0 a 1km; mais de 1 a 5km; mais de 5 a 10km; mais de 10km)	Sim
Renda do chefe no micro-ambiente (s.m. – valores de 2000)	Sim
Renda do chefe no meso-ambiente (s.m. – valores de 2000)	Não
Domicílios em área de favelas ou loteamentos (sim ou não)	Sim
<b>Migração</b>	
Tempo no bairro (anos)	Sim
Nasceram fora do Estado de SP (sim ou não)	Não
Migrante do Nordeste (sim ou não)	Não
<b>Associativismo</b>	
Participação quinzenal em associação religiosa (sim ou não)	Não
Participação anual em algum tipo de associação não religiosa (sim ou não)	Não
Preferência por algum partido político (sim ou não)	Não
<b>Estado</b>	
Níveis de investimento viário por área (baixo, intermediário e alto)	Sim

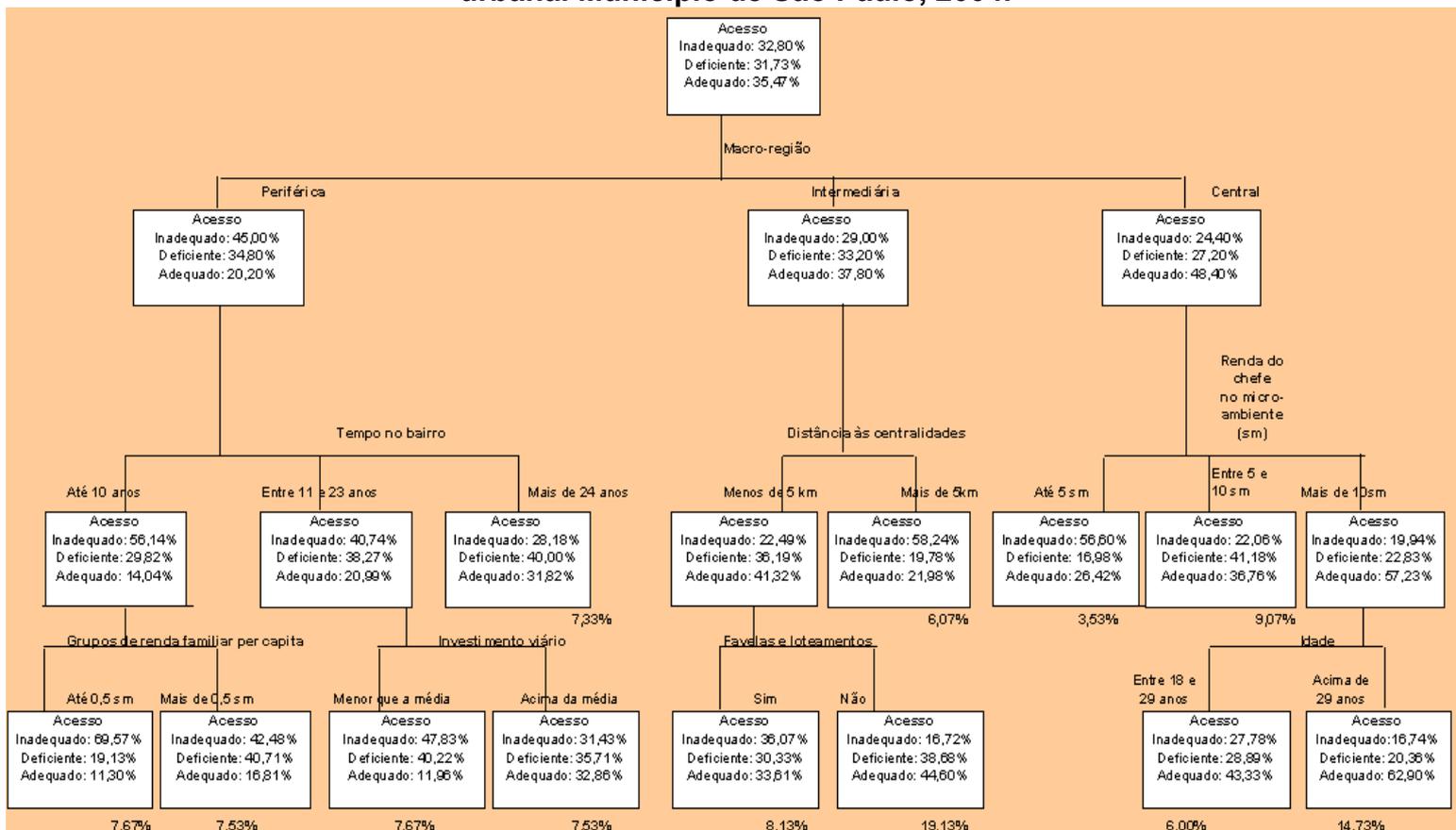
**Fonte:** CEM-Cebrap/Ibope. *Survey* de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

Como apontado anteriormente, esses diversos conjuntos de variáveis associam-se a diferentes tipos de explicação para o acesso a políticas públicas, sendo que essas diversas matrizes muitas vezes mobilizam mais de um tipo de variáveis explicativas. O modelo final é apresentado na Figura 2, a

<sup>99</sup> Tanto do ponto de vista da maior associação com a variável dependente – indicador de acesso a serviços urbanos – quanto do ponto de vista da coerência lógica com base nas hipóteses de acesso apresentadas.

seguir, e permite verificar as variáveis que se mostraram mais associadas com o indicador de infra-estrutura.

**Figura 2**  
**Modelo de Chaid para o indicador de acesso à infra-estrutura urbana. Município de São Paulo, 2004.**



**Fonte:** CEM-Cebrap. *Survey* de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

**Nota:** Nível de Significância de 5%.

Nessa figura, a variável dependente corresponde ao indicador de acesso à infra-estrutura urbana categorizado, isto é, dividido em três níveis de acesso. O primeiro ramo da árvore apresenta as variáveis mais importantes para explicar o acesso a esses serviços – ou seja, a variável explicativa mais associada com o indicador de infra-estrutura urbana, segundo a estatística qui-quadrado. A importância das variáveis cai sucessivamente nos ramos inferiores, o que significa que as associações observadas são menores, ou seja, as variáveis seguintes estão menos associadas com o fenômeno de interesse. No interior

de cada célula – que representa um tipo de recorte dentro do universo de domicílios pobres do município de São Paulo, configurando um grupo com características particulares –estão indicados os percentuais de acesso inadequado, de acesso deficiente e de acesso adequado aos serviços urbanos. Os percentuais apresentados embaixo de cada quadro indicam a participação daquele grupo no total da população, no caso, no total de domicílios pobres do município de São Paulo.

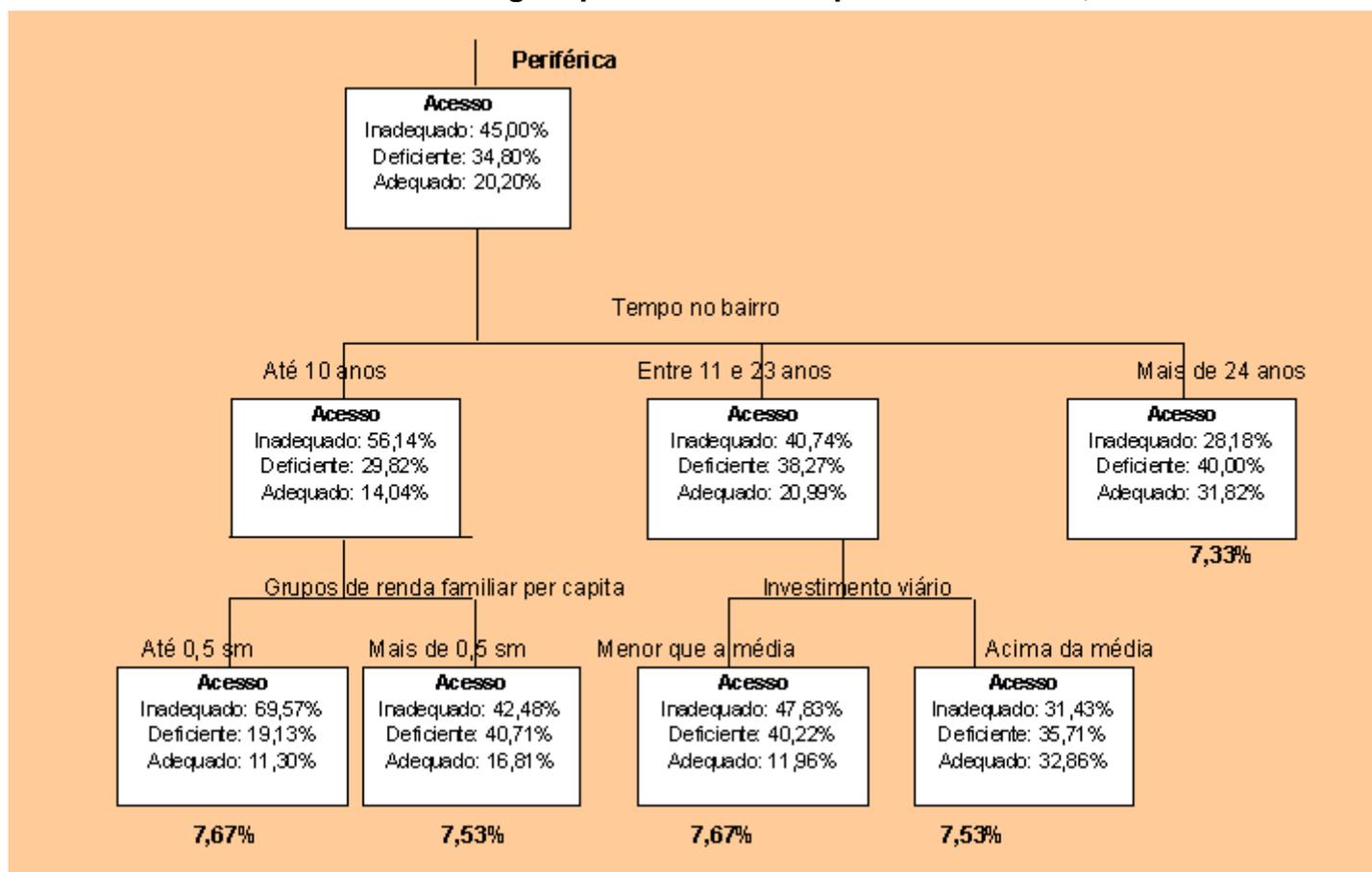
Em primeiro lugar, o modelo indica que o principal elemento na diferenciação das condições de acesso à infra-estrutura urbana é a macro-região de residência, ou seja, o fato de o domicílio pobre estar localizado na área central, intermediária ou periférica, o que indica a grande relevância da escala da macro-segregação para o entendimento das condições de acesso a serviços urbanos. Observa-se que os níveis de acesso adequado caem à medida que se passa da área central para a área periférica, e que há maior proporção de domicílios pobres localizados em áreas periféricas com níveis de acesso inadequados: 45,0%, contra 29,0% dos domicílios localizados em áreas intermediárias e 24,4% em áreas centrais. Esse resultado é condizente com vasta parcela da literatura e confirma a hipótese da relevância da segregação residencial para o acesso a políticas públicas, indicando que mesmo em contextos em que os níveis gerais de cobertura são relativamente elevados, há diferenciais de acesso de acordo com a região de moradia – especialmente no caso de serviços não universalizados.

É importante analisar agora o segundo nível da árvore, que permite especificar condições diferenciadas de acesso dentro de cada uma dessas macro-regiões. Essas condições de acesso são apresentadas a seguir.

### **3.1.Domicílios localizados na macro-região periférica**

A Figura 3, a seguir, destaca as associações observadas no caso dos domicílios localizados em áreas periféricas.

**Figura 3**  
**Modelo de Chaid para o indicador de acesso à Infra-estrutura urbana –**  
**detalhe da macro-região periférica. Município de São Paulo, 2004.**



**Fonte:** CEM-Cebrap. *Survey* de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

**Nota:** Nível de Significância de 5%.

Entre os domicílios localizados em áreas periféricas, a segunda dimensão mais relevante na diferenciação dos níveis de acesso é o tempo no bairro, o que aponta para a relevância da hipótese do grau de consolidação dos domicílios como um elemento que garante melhores condições gerais de acesso à infraestrutura urbana. Os dados indicam que, quanto maior o tempo no bairro, maior a proporção de domicílios com acesso adequado a serviços urbanos – e, inversamente, menor a proporção de domicílios com acesso inadequado. Esses resultados parecem indicar que domicílios que estão há mais tempo em uma determinada área obtêm um acesso contínuo a melhorias urbanas ao longo do tempo. E comprovam também os resultados de alguns trabalhos etnográficos, que apontam para o fato de que moradores de áreas de baixa

renda gradualmente aprimoram suas capacidades de organização e mobilização frente aos representantes governamentais, garantindo melhores níveis de acesso a serviços (Almeida e D'Andrea, 2004).

Entre os domicílios chefiados por pessoas há menos tempo no bairro (menos de 10 anos), outra diferenciação importante refere-se à renda familiar per capita. Os domicílios em que a renda familiar per capita é de no máximo meio salário mínimo contam com níveis de acesso muito piores do que domicílios cujos chefes também estão há pouco tempo no bairro mas a renda familiar per capita é superior a meio salário mínimo. Esse grupo, formado por domicílios localizados em áreas periféricas, com chefes há pouco tempo no bairro e com renda familiar per capita de no máximo meio salário mínimo, representa a pior situação observada entre todos os grupos analisados: quase 70% dos domicílios nessa situação têm níveis inadequados de acesso a serviços urbanos, sendo provavelmente áreas bastante precárias, nas franjas do município, desprovidas de esgotamento sanitário, calçamento e outros serviços. Esses resultados parecem confirmar uma certa relevância da dimensão econômica mesmo entre os domicílios mais pobres do município, indicando o funcionamento de mecanismos de renda da terra que deslocam as populações com menos recursos para as áreas mais precárias (Vetter e Massena, 1981).

Analisando os domicílios que são chefiados por pessoas que estão entre 11 e 23 anos no bairro, verifica-se que há uma diferenciação no acesso a serviços urbanos de acordo com os níveis de investimento viário que foram realizados na região ao longo do período 1975-2000. Observa-se que os domicílios que estão em áreas que receberam mais investimentos viários (volume de investimento por área acima da média) contam com melhores níveis de acesso a serviços urbanos. Esse resultado provavelmente sofre o efeito do corte temporal dos investimentos viários analisados: quem está há menos tempo no bairro não se beneficiou (ou beneficiou-se muito pouco) dos investimentos viários localizados nesse período; quem está há mais tempo no bairro, provavelmente beneficiou-se de investimentos estatais realizados anteriormente; contudo, quem está entre 11 e 23 anos no bairro pôde se

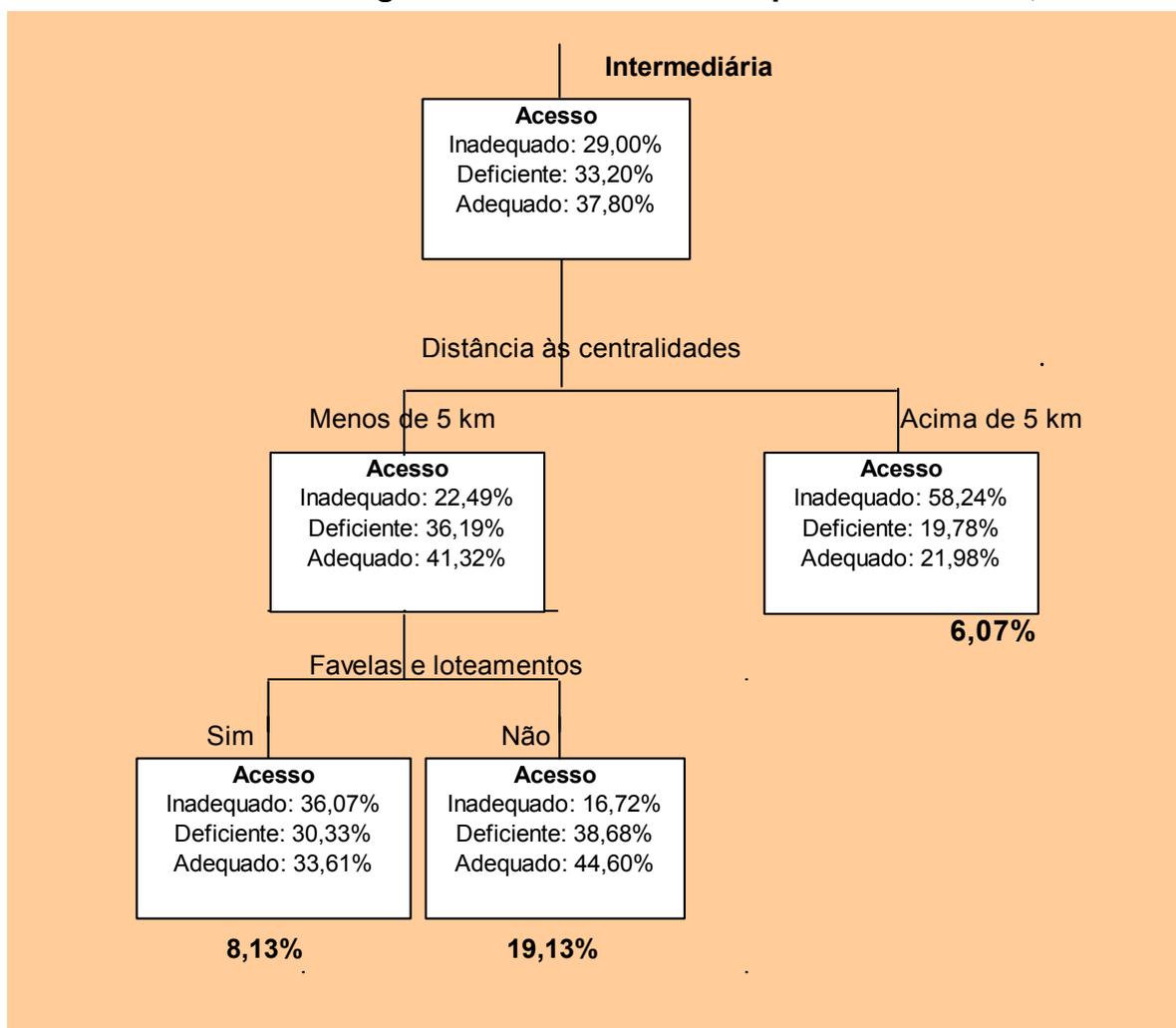
beneficiar dos investimentos viários ocorridos entre 1981 e 1993, o que teve impactos positivos inclusive sobre os níveis de acesso a serviços urbanos.

Por fim, entre os domicílios cujos chefes estão há mais tempo no bairro – mais de 24 anos – verifica-se que não há mais nenhum indicador diferenciando os níveis de acesso a serviços urbanos (não há um terceiro ramo da árvore, como no caso dos dois outros grupos de domicílios localizados em áreas periféricas). Esse resultado indica que, nesses casos, apenas o grau de consolidação das áreas em que se localizam os domicílios já é suficiente para explicar os melhores níveis de acesso dentre aqueles que estão em áreas periféricas – níveis estes que, contudo, são inferiores àqueles observados em áreas intermediárias e centrais, conforme apresentado a seguir. Em termos comparativos, domicílios localizados nesse grupo têm menos acesso inadequado a serviços urbanos do que domicílios localizados em áreas de favela na macro-região intermediária, o que indica que, para além dos efeitos da macro-segregação – nesse caso, das macro-regiões de residência – é necessário atentar para situações de micro-segregação que podem ter impacto significativo sobre as condições de acesso a serviços urbanos. Esses elementos são explorados em maior detalhe a seguir.

### **3.2. Domicílios em macro-região intermediária**

A Figura 4, a seguir, apresenta as variáveis mais relevantes no entendimento do acesso a serviços urbanos no caso dos domicílios pobres localizados na macro-região intermediária.

**Figura 4**  
**Modelo de Chaid para o indicador de acesso à infra-estrutura urbana –**  
**detalhe da macro-região intermediária. Município de São Paulo, 2004.**



**Fonte:** CEM-Cebrap. *Survey* de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

**Nota:** Nível de Significância de 5%.

Observando os domicílios localizados em áreas intermediárias, a segunda dimensão mais relevante na diferenciação dos níveis de acesso a serviços urbanos é a distância às centralidades da RMSP, com domicílios mais próximos das áreas centrais (a no máximo 5 quilômetros) contando com melhores níveis de acesso do que domicílios mais distantes (a mais de 5 quilômetros dessa centralidade). Esse resultado parece confirmar a relevância da proximidade às áreas centrais para a obtenção de melhores níveis de acesso a serviços: enquanto 41,32% dos domicílios localizados a até 5

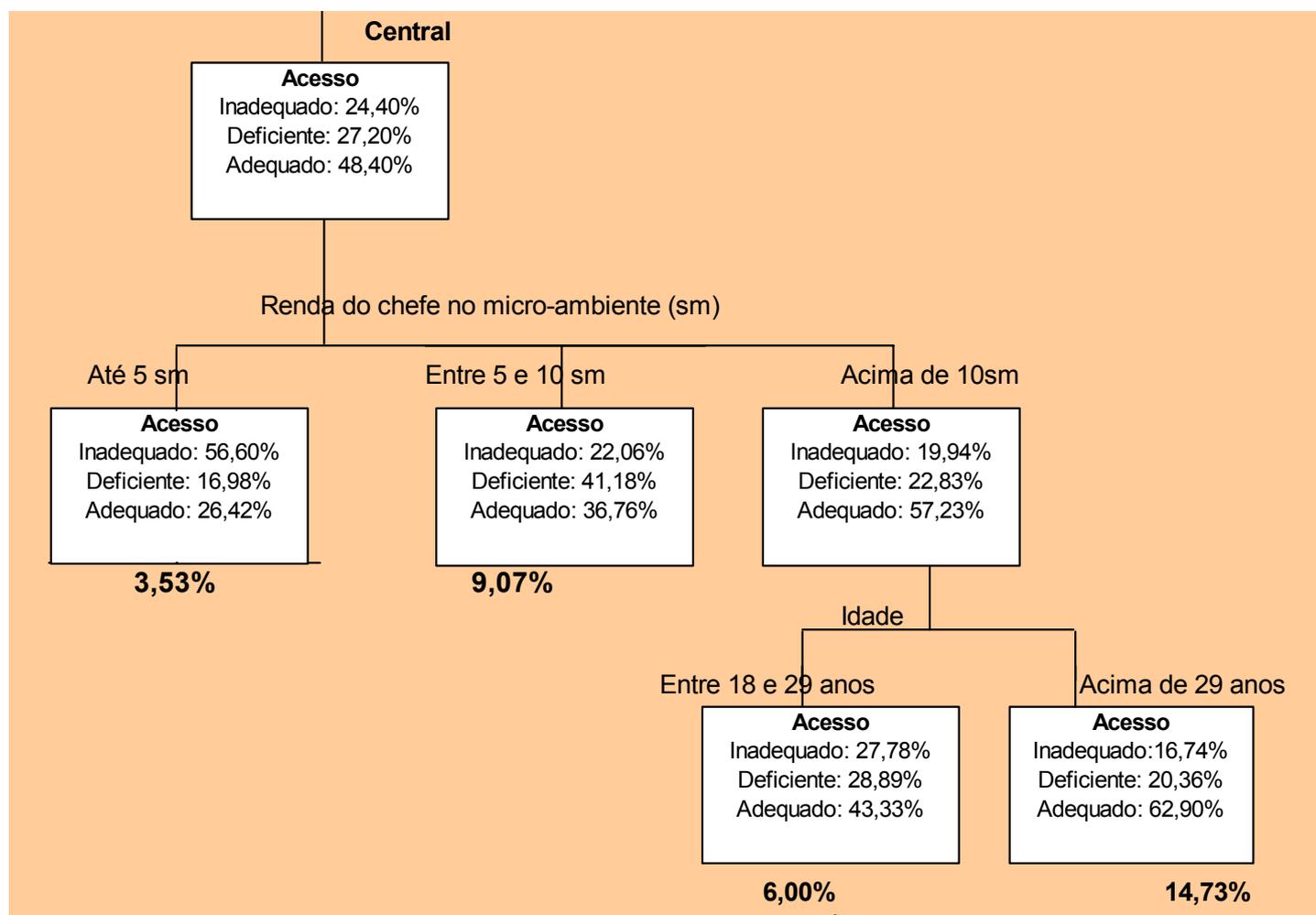
quilômetros das centralidades da RMSP contam com serviços urbanos adequados, somente 21,98% dos domicílios a mais de 5 quilômetros das centralidades contam com esse nível de acesso.

Entre os domicílios que estão mais próximos das centralidades, o terceiro elemento de diferenciação é a moradia em áreas de favela ou loteamentos irregulares, sendo que domicílios localizados nessas áreas têm níveis de acesso menos adequados aos serviços urbanos: enquanto 44,60% dos domicílios não localizados em áreas de favela ou loteamentos possuem níveis de acesso adequados, apenas 33,61% dos domicílios localizados nessas áreas têm esse nível de acesso. Esse resultado indica que, além do efeito da macro-segregação, essa dimensão de micro-segregação também é relevante para o entendimento dos níveis de acesso aos serviços urbanos. Além disso, esses resultados apontam para a existência de certas barreiras institucionais ao investimento nessas áreas, conforme apontado anteriormente. O Estado evita investir nessas áreas, devido ao risco de perder os investimentos e de ser processado pelo Ministério Público. Além disso, essas são áreas geralmente “invisíveis” para a administração pública, pois muitas vezes não constam nos mapas oficiais da cidade, não são áreas cadastradas – especialmente aquelas de ocupação mais recente (Torres e Bichir, 2005).

### **3.3. Domicílios em macro-região central**

A Figura 5, abaixo, traz os resultados para os domicílios localizados na macro-região central.

**Figura 5**  
**Modelo de Chaid para o indicador de acesso à infra-estrutura urbana –**  
**detalhe da macro-região central. Município de São Paulo, 2004.**



**Fonte:** CEM-Cebrap. *Survey* de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

**Nota:** Nível de Significância de 5%.

No caso dos domicílios localizados em áreas centrais, a segunda dimensão mais relevante é renda do micro ambiente, com domicílios localizados em micro-ambientes mais ricos tendo níveis de acesso mais adequados aos serviços urbanos considerados. Esses resultados reforçam a importância da dimensão territorial, só que nesse caso na escala micro, destacando o impacto das características da vizinhança dos domicílios para o entendimento dos padrões de acesso a serviços – confirmação da relevância dos “*neighborhood effects*”, nos termos do debate norte-americano. Como apontado anteriormente, residir em um micro ambiente rico tem impacto sobre as

condições de vida inclusive dos domicílios mais pobres que se localizam nessas áreas. Almeida e D'Andrea observam esses efeitos no caso da favela de Paraisópolis, localizada no rico bairro do Morumbi:

*“(...) a observação etnográfica indicou que morar próximo às áreas mais ricas da cidade aumenta a possibilidade de encontrar emprego e acessar benefícios devido ao fluxo de informações e à diminuição do custo do transporte para o empregador do serviço doméstico”. (Almeida e D'Andrea, 2005: 202).*

É importante notar que, entre os domicílios localizados na região central, mas em áreas com micro-ambiente mais pobre (renda do chefe de no máximo 5 salários mínimos), há maior proporção de acesso inadequado a serviços urbanos do que no caso dos domicílios localizados em áreas periféricas (56,60% contra 45,00%). Esse resultado parece indicar situações localizadas de precariedade no interior da área central do município, provavelmente áreas de cortiços ou de favelas, com acesso bastante deficiente aos serviços urbanos. Como demonstram Marques e Saraiva (2005), as condições sociais de algumas favelas localizadas na região central do município de São Paulo são mais precárias do que aquelas observadas nas favelas localizadas em áreas periféricas.

Entre os domicílios localizados em micro-ambiente com renda intermediária, os níveis de acesso a serviços urbanos também são intermediários, isto é, são melhores do que os domicílios pobres localizados em ambientes também pobres e piores do que os domicílios localizados em ambientes ricos.

Nas áreas de mais alta renda do micro-ambiente (renda dos chefes de domicílio acima de 10 salários mínimos), verifica-se a relevância da idade do chefe de domicílio, com chefes mais jovens, entre 18 e 29 anos, tendo menores níveis de acesso adequado a serviços urbanos. Esse resultado parece apontar para as dificuldades enfrentadas no início de ciclo de vida familiar por parte de chefes de família jovens e de baixa renda, gerando uma inserção um pouco mais precária na cidade. Em termos comparativos, esse grupo chefiado por

peças mais jovens (entre 18 e 29 anos) tem níveis de acesso um pouco inferiores do que aqueles observados no caso dos domicílios localizados na macro-região intermediária, em áreas próximas às centralidades e que não são áreas de favelas ou loteamentos.

Por outro lado, os domicílios localizados em área central, em micro-ambiente mais rico e chefiados por pessoas com mais de 29 anos apresentam os níveis de acesso a serviços urbanos mais adequados entre todos aqueles considerados no modelo – 62,90% dos domicílios desse grupo possuem níveis de acesso adequados.

De maneira geral, apesar desses diferenciais observados, é possível dizer que os níveis médios de acesso observados no caso dos grupos de domicílios localizados na região central são mais elevados do que os grupos de domicílios localizados em outras regiões. Esses padrões são sintetizados a seguir.

#### **3.4. Resumo dos padrões observados**

Após a apresentação desses resultados, é importante resumir os padrões observados, de modo a identificar as variáveis que mais contribuem para diferenciar as condições de acesso à infra-estrutura urbana entre a população mais pobre do município. Optou-se por dividir os diferentes grupos de domicílios em níveis opostos de acesso, aqueles que têm níveis de acesso mais inadequados (Tabela 19) e aqueles que têm níveis de acesso menos inadequados (Tabela 20), de modo a destacar os elementos que mais contribuem para níveis melhores ou piores de acesso à infra-estrutura urbana<sup>100</sup>. Essas tabelas resumem parte dos resultados do modelo de Chaid, ordenando os grupos de acordo com os domicílios que têm os níveis mais inadequados de acesso a serviço. Elas apresentam ainda a participação de cada um desses grupos no total da população pesquisada – ou seja, no total dos domicílios pobres do município de São Paulo – permitindo, dessa forma, dimensionar o tamanho da população pobre do município que enfrenta condições mais deficitárias de acesso a serviços urbanos.

---

<sup>100</sup> Essas duas tabelas não somam 100%, uma vez que os grupos de domicílios com níveis intermediários de acesso foram excluídos.

**Tabela 19**  
**Grupos de domicílios com muito acesso inadequado no indicador de acesso à infra-estrutura urbana. Município de São Paulo, 2004.**

<b>Grupo</b>	<b>% Acesso inadequado em cada grupo</b>	<b>Participação de cada grupo na população pesquisada (%)</b>
Domicílio localizado em área periférica há até 10 anos no bairro, com renda familiar per capita abaixo de 5sm	69,57	7,67
Domicílio localizado em área intermediária a mais de 5k das centralidades da RMSP	58,24	6,07
Domicílio localizado em área central, em ambiente com renda do chefe de até 5sm	56,60	3,53
Domicílio localizado em área periférica entre 11 e 23 anos no bairro, com investimento viário abaixo da média	47,83	6,13

**Fonte:** CEM-Cebrap. *Survey* de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

**Tabela 20**  
**Grupos de domicílios com pouco acesso inadequado no indicador de acesso à infra-estrutura urbana. Município de São Paulo, 2004.**

<b>Grupo</b>	<b>% Acesso inadequado em cada grupo</b>	<b>Participação de cada grupo na população pesquisada (%)</b>
Domicílio localizado em área central, em ambiente com renda do chefe entre 5 e 10 sm	22,06	9,07
Domicílio localizado em área central, em ambiente com renda do chefe acima de 10 sm e cujo chefe tem mais de 29 anos	16,74	14,73
Domicílio localizado em área intermediária a menos de 5k das centralidades da RMSP, fora de área de favelas ou loteamentos	16,72	19,13

**Fonte:** CEM-Cebrap. *Survey* de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

A partir da observação da Tabela 19, observa-se que o grupo com acesso mais inadequado é formado por domicílios localizados em áreas periféricas, cujos chefes estão há pouco tempo no bairro e a renda familiar per capita é baixa. Essa situação representa 7,67% do total de domicílios mais pobres do município de São Paulo. Observando os demais grupos dessa tabela, verifica-se que as piores situações não são observadas somente nas áreas periféricas, mas também na área intermediária – no caso dos domicílios distantes das centralidades – e mesmo na área central, no caso de micro-ambientes bastante pobres. Esses resultados reforçam a necessidade de um olhar atento para as diversas situações de privação existentes no município e para a relevância da questão da escala da segregação. Além disso, os dados da Tabela 19

destacam que é relativamente pequena a parcela do total de domicílios pobres do município que enfrenta elevados níveis de acesso inadequado: somente 23,4%.

Por outro lado, a Tabela 20 apresenta o extremo oposto. Com os níveis de acesso menos inadequados a serviços urbanos, estão os domicílios localizados em áreas intermediárias, próximos às centralidades e fora de áreas de favela – situação em que se incluem 19,13% do total de domicílios mais pobres do município – e o grupo de domicílios localizados na macro-região central, em micro-ambiente rico e chefiado por pessoas mais velhas. De maneira geral, verifica-se então que a maior parcela dos domicílios pobres enfrenta poucas situações inadequadas – ausência de um ou mais serviço urbano considerado: 42,3% do total da população pesquisada apresentam baixos níveis de acesso inadequado.

Com base nesses resultados apresentados, é possível dizer que embora o modelo de CHAID apresente resultados relativamente esperados para algumas áreas, ele mostra também que a interpretação do acesso a serviços públicos por parte dos mais pobres é bastante complexa, envolvendo variáveis oriundas de diferentes perspectivas analíticas.

De maneira geral, observou-se que as variáveis territoriais foram aquelas que geraram os diferenciais mais significativos nos níveis de acesso a serviços urbanos, notadamente variáveis relacionadas com a escala da macro-segregação, ou seja, o fato de os domicílios estarem localizados em áreas centrais, intermediárias ou periféricas – sendo que os níveis de acesso são menores nas áreas periféricas. Cabe notar que a variável relativa às regiões segregadas de acordo com o Moran Local não entrou no modelo por ser equivalente à variável relativa às macro-regiões definidas pelo próprio *survey* – as duas variáveis captam a dimensão da macro-segregação, portanto só uma permaneceu no modelo final.

Segundo Marques e Bichir (2001), é possível pensar em dois mecanismos principais para esse menor nível de cobertura nas áreas periféricas. O primeiro estaria relacionado com as burocracias responsáveis por esses serviços: de modo a garantir a sua própria reprodução, os técnicos estatais dependem dos desdobramentos das políticas implementadas por seus órgãos, como destacam

os neo-institucionalistas (Amenta e Skocpol, 1986). Nesse sentido, seria importante expandir as políticas de infra-estrutura urbana para novas fronteiras<sup>101</sup>. Contudo, para além das motivações das burocracias, é importante considerar uma segunda dinâmica, denominada por Marques (2000) de “seletividade hierárquica das políticas”. De acordo com essa abordagem, a cultura técnica da burocracia de certos setores de políticas públicas – seu referencial, conjunto de idéias, crenças e visões da sociedade – tem conseqüências para a implementação das políticas, fazendo com que estas sejam expandidas prioritariamente – e com melhor qualidade – para as áreas mais ricas das cidades, sendo implantadas posteriormente nas áreas mais periféricas (Marques, 2000).

Também no plano da macro-segregação, verificou-se a relevância das distâncias às áreas sócio-economicamente bem inseridas da RMSP, reforçando a hipótese da importância das áreas centrais como pólos de concentração de empregos, serviços e oportunidades em geral, como apontado por diversos autores (Villaça, 2001; Sabatini, 2004).

Além da macro-segregação, verificou-se a relevância de dimensões de micro-segregação, especialmente especificando certos grupos de acesso. A renda do chefe no micro-ambiente mostrou ser relevante na especificação dos níveis de acesso observados em áreas centrais, com domicílios pobres localizados em ambientes mais ricos contando com melhores níveis de acesso. Esses resultados apontam para a relevância da dimensão da vizinhança, ou seja, a importância das características do entorno dos domicílios para os níveis de acesso a serviços urbanos auferidos. E, no caso da renda, reforçam o argumento dos economistas, relativo ao funcionamento do mercado de terras e seu impacto sobre o acesso a serviços urbanos.

A localização em áreas de favela ou loteamentos irregulares, por sua vez, contribuiu para especificar as condições de acesso dos domicílios localizados em áreas intermediárias, porém próximas do centro, representando níveis mais

---

<sup>101</sup> Uma crítica a esse argumento poderia basear-se na inviabilidade econômica da expansão da política de infra-estrutura urbana para as áreas periféricas, dado o baixo poder aquisitivo da população residente nessas áreas. Contudo, como destaca Marques (2003), a partir do final dos 1980, tanto as coberturas quanto as tarifas dos serviços urbanos foram sistematicamente

inadequados de acesso. Esse resultado indica a relevância da dimensão da posse da terra – a grande questão é como expandir um serviço oficial para áreas ilegais. Verificou-se que as áreas de favela e de loteamentos irregulares ainda sofrem com a menor penetração de serviços urbanos, devido à “invisibilidade” dessas áreas para o poder público, às diversas barreiras institucionais aos investimentos estatais e a mecanismos de segregação.

Além das variáveis territoriais, o indicador relativo ao grau de consolidação da área em que se localiza o domicílio – tempo que o chefe de domicílio reside no bairro – também se mostrou relevante, indicando que aqueles que estão há mais tempo na área contam com níveis mais adequados de serviços urbanos. Essas áreas de ocupação mais antiga provavelmente são marcadas por um maior grau de organização, por maior densidade das redes de relações, gerando maior mobilização e poder de demanda, tornando-se, assim, mais “visíveis” para o poder público (Kowarick, 2005b; Almeida e D’Andrea, 2005).

Observou-se ainda a relevância do Estado, por meio dos investimentos em infra-estrutura viária, ainda que em um patamar menos significativo. Esses investimentos mostraram-se importantes especialmente nas áreas periféricas com grau de consolidação intermediário. Seria importante avançar no entendimento do impacto dos investimentos estatais, analisando os investimentos em infra-estrutura urbana propriamente dita.

Por fim, conforme o esperado, as variáveis individuais apresentaram relevância reduzida, pois serviram somente para especificar casos específicos de acesso no caso das áreas centrais – caso da variável “idade do responsável pelo domicílio” – e nas áreas periféricas – caso da renda familiar per capita. As variáveis relativas ao associativismo não se mostraram relevantes no caso dessa política pública, o que não significa, entretanto, que não sejam relevantes no caso de outras políticas públicas.

Algumas conseqüências desses resultados para o planejamento das políticas públicas são apontadas nas considerações finais.

---

umentadas, e nem por isso os serviços enfrentaram problemas insolúveis de inadimplência nas áreas metropolitanas.

## Considerações Finais

Esse trabalho avaliou o impacto da segregação residencial sobre o acesso da população mais pobre do município de São Paulo a alguns serviços urbanos. Nesse sentido, visava testar a hipótese de que a segregação tem conseqüências para as políticas públicas. Os resultados comprovaram essa hipótese e indicaram a complexidade dos atuais padrões de segregação, que se manifesta em diferentes escalas, impondo diferentes desafios para o planejamento de políticas públicas.

Em primeiro lugar, as análises preliminares demonstraram que são elevados os níveis de acesso à rede de água, esgoto, coleta de lixo e outros serviços urbanos mesmo entre os domicílios mais pobres do município. Foram observados alguns diferenciais nessas coberturas, especialmente de acordo com a macro-região de residência – verificou-se que domicílios pobres localizados em áreas periféricas tendem a ter coberturas um pouco inferiores, especialmente no caso de alguns serviços ainda não universalizados e no caso de alguns equipamentos, como presença de parques e áreas verdes. Nesse sentido, cada vez menos as áreas mais pobres do município podem ser caracterizadas somente como locais marcados pela ausência do Estado, pela precariedade dos serviços urbanos, como estava presente no debate dos estudos urbanos das décadas de 1960 e 1970. Esses resultados reforçam ainda os argumentos presentes no debate atual, relativos à complexidade da chamada “nova pobreza”, que conjuga melhores patamares de acesso a serviços e políticas públicas com maior exposição à violência, ao desemprego e a outros riscos não analisados no âmbito desse trabalho.

Além desses desafios analíticos – entender as formas de manifestação dessa “nova pobreza”, sua complexa composição – os resultados apontam alguns desafios para o planejamento de políticas públicas. Em contextos de acesso quase universal a serviços urbanos – caso de muitos dos serviços no município de São Paulo – coloca-se a questão de procurar novos indicadores de acesso, que capturem a dimensão qualitativa da oferta dos serviços, e não apenas a simples provisão dos mesmos.

As análises preliminares indicaram ainda a relevância das variáveis territoriais, especialmente no caso dos serviços ainda não universalizados no município. Variáveis relativas à migração, ao tempo no bairro e aos investimentos viários realizados também se mostraram relevantes. As variáveis demográficas demonstraram pouca relevância no caso dessa política, provavelmente devido ao fato de a infra-estrutura urbana ser um serviço coletivo, e não baseado em provisão individual, como no caso das políticas de saúde e educação. De maneira geral, observou-se que serviços universalizados há mais tempo, como o abastecimento de água, têm menores coberturas somente nos locais de ocupação mais recente e precária, enquanto quase todos os demais serviços de infra-estrutura urbana considerados sofrem o impacto das variáveis territoriais, com as áreas periféricas contando com níveis ligeiramente inferiores de cobertura.

Aprofundando esses resultados, o modelo de análise apresentado no Capítulo IV contribuiu para especificar a relevância da dimensão territorial. O modelo indicou a complexidade das situações de acesso à infra-estrutura urbana mesmo entre os domicílios mais pobres do município de São Paulo. Em primeiro lugar, destacou-se a dimensão da macro-segregação – residência em área periférica, intermediária ou central – como o elemento mais relevante na diferenciação dos níveis de acesso à infra-estrutura urbana, algo que já tinha aparecido nas análises preliminares. Dentro de cada uma dessas macro-regiões, foram encontrados elementos particulares, destacando-se o tempo de residência no bairro – uma próxi do grau de consolidação da área e também do potencial de mobilização dos moradores –, a distância em relação às centralidades da RMSP – indicando que a questão da acessibilidade é realmente fundamental – e a renda do micro-ambiente, o que parece comprovar a relevância das características do entorno do domicílio, da vizinhança. No terceiro nível do modelo, destacaram-se elementos relacionados à renda domiciliar per capita, ao investimento médio em infra-estrutura viária e à ilegalidade da posse da terra – domicílios localizados em favelas ou loteamentos irregulares.

Desse modo, verificou-se que o padrão geral de segregação que mais importa para o acesso à infra-estrutura urbana é a macro-segregação, relacionada com

a divisão da cidade em áreas centrais, intermediárias e periféricas, com os padrões de proximidade e distância em relação ao centro. Contudo, de modo a combater as situações mais precárias de acesso, é necessário olhar para condições específicas de vida que se encontram no plano da micro-segregação, como a residência em áreas de favelas e loteamentos irregulares e as situações de pobreza concentrada, ou seja, as áreas pobres que são vizinhas de áreas igualmente pobres – dimensão captada pelo indicador de renda do micro-ambiente. Além disso, dentro de cada uma das macro-regiões há situações específicas de precariedade que necessitariam de políticas específicas de modo a melhorar o patamar geral de atendimento.

Destacou-se ainda a relevância da dimensão da posse da terra para o acesso a certas políticas urbanas. As áreas de favelas e loteamentos clandestinos parecem configurar uma importante barreira aos investimentos públicos, afinal, como levar um serviço oficial para uma área que não é legal? Além disso, caberia investigar em análises futuras aspectos relacionados à dimensão subjetiva da segregação nesses locais. Como destacam diversos autores, a ilegalidade, irregularidade e informalidade são traços peculiares dos mercados de terra e dos assentamentos pobres na América Latina, contribuindo para a geração de uma identidade negativa, para o estigma social.

Em suma, os resultados apresentados no modelo apontam para a necessidade de consideração da dimensão territorial no momento de elaboração das políticas públicas, uma vez que as variáveis territoriais se mostraram as mais relevantes na diferenciação de acesso. Na consideração dessa dimensão territorial, não poderia ser esquecida a questão das diferentes escalas da segregação, pois os resultados apontaram a relevância tanto da macro quanto da micro-segregação, que devem ser identificadas e combatidas pelo setor público por meio de políticas públicas de diferentes naturezas. Assim, a escala mais relevante de análise da segregação deve ser aquela mais relacionada com os principais problemas sociais em um dado contexto urbano – no caso de São Paulo, verificou-se que o modelo radial concêntrico funciona como descrição geral da distribuição dos grupos sociais, mas não para informar o planejamento de políticas públicas, sendo necessária uma escala mais detalhada.

Esses resultados indicam ainda que áreas de favelas, loteamentos clandestinos e demais áreas segregadas – como as áreas com alta concentração de pobreza, as áreas contíguas de domicílios pobres – deveriam ser consideradas áreas de interesse especial para as políticas públicas, uma vez que ainda enfrentam níveis inferiores de acesso aos serviços urbanos.

Seguindo argumentos apresentados em Torres e Bichir (2005), é possível apontar alguns procedimentos operacionais importantes no sentido de dar maior visibilidade a essas áreas. Em primeiro lugar, seria necessário dotar as administrações municipais de sistemas de informação que permitissem captar e registrar sistematicamente a existência de áreas ilegais e informais. Em segundo lugar, seria importante reduzir as barreiras institucionais ao investimento público em áreas urbanas irregulares, inclusive revendo a regulamentação. Por fim, seria relevante identificar e combater no interior do Estado, políticas e práticas burocráticas que discriminem áreas segregadas. A grande questão envolvida nessas proposições, que são de difícil implementação, é dar maior visibilidade a certas áreas do município que ainda não se beneficiam de maneira integral dos benefícios gerados pelos investimentos estatais.

Todos esses resultados reforçam o ponto de vista de que a segregação é um problema de política pública na América Latina, especialmente quando se considera que ela constitui um mecanismo particularmente relevante de reprodução das desigualdades sócio-econômicas. Contudo, é importante apontar a ausência de intervenções públicas direcionadas especificamente para o problema da segregação na América Latina, ao contrário do que ocorre na Europa ou nos Estados Unidos. Apesar do reconhecimento da relevância do tema da segregação, a maioria dos programas existentes na América Latina procura atenuar alguns de seus efeitos, especialmente no que se refere a equipamentos e acessibilidade.

Desse modo, é importante considerar que a segregação deve ser enfrentada de uma perspectiva integral, com medidas diretas e indiretas, relativas a determinantes e a efeitos, vinculando as dimensões social e urbana. As políticas públicas nesse sentido deveriam colocar-se no marco da integração urbana e do combate à exclusão social em seus diferentes níveis e dimensões.

Assim, ao lado de políticas focalizadas, de intervenção específica em áreas fortemente segregadas como aquelas identificadas ao longo desse trabalho, deveriam ser associadas políticas de cunho universal, funcionando como parâmetros de integração social.

Por fim, cabe ressaltar que é necessário ir além da identificação das áreas segregadas e analisar os conteúdos concretos dessas áreas. Ou seja, para além das análises desenvolvidas no âmbito desse trabalho, estudos posteriores deveriam atentar para aspectos relacionados às condições de vida nessas comunidades segregadas, suas estratégias de sobrevivência e suas redes de relações sociais, as estruturas de oportunidades disponíveis, além de aspectos relacionados com as percepções da segregação objetiva.

## Referências bibliográficas

- ABRANCHES, S. (1994). “Política social e combate à pobreza: a teoria da prática”. In: Abranches, S.; Santos, W.G e Coimbra, M.A. *Política social e combate à pobreza*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 3ª edição.
- ALBUQUERQUE, R. e VILELA, R. (1991). “A situação social no Brasil: um balanço de duas décadas”. In: VELLOSO, J.P.R (org). *A questão social no Brasil – Fórum Nacional*. São Paulo: Nobel.
- ALMEIDA, R. e D’ANDREA, T (2004). “Pobreza e redes sociais em uma favela paulistana”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, nº 28, março de 2004.
- ALMEIDA, R. e D’ANDREA, T (2005). “Estrutura de oportunidades em uma favela de São Paulo”. In: MARQUES, E. e TORRES, H. (orgs). *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade sociais*. São Paulo, Editora Senac.
- ANSELIN, L. “Local indicator of spatial association – LISA”. In: *Geographical Analysis*, 27, pp. 91-115. 1995.
- ARANTES, A (2000). *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas, E. Unicamp.
- BICHIR, R. (2005). “Investimentos viários de pequeno porte no município de São Paulo: 1975-2000”. In: MARQUES, E. e TORRES, H. (orgs). *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade sociais*. São Paulo, Editora Senac.
- BICHIR, R., TORRES, H. e FERREIRA, M.P. (2005). “Jovens no município de São Paulo – explorando os efeitos das relações de vizinhança”. In: *Estudos Urbanos e Regionais*, vol 6, nº 2.
- BOLTVINIK, J. (1998). Poverty measurement methods – an overview. Poverty Elimination Programme, UNDP. <http://www.eldis.org/static/DOC6775.htm>
- BONDUKI, N. G. (1982). “Habitação popular: contribuição para o estudo da evolução urbana de São Paulo”. In: Valladares, Licia (org). *Repensando a Habitação no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Zahar Editores, 1982.
- BONDUKI, N. G. e ROLNIK, R. (1982). “Periferia da Grande São Paulo – Reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho”.

In: MARICATO, E. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 2ª ed.

BRIGGS, X. (2001). *Ties that bind, bridge and constrain: social capital and segregation in the American metropolis*. Lincoln Institute of Land Policy Conference Paper. Mimeo.

BROOKS-GUNN, J. e DUNCAN, G. (editors), (1997). *Neighborhood Poverty – Volume II: Policy Implications in Studying Neighborhoods*. New York: Russell Sage Foundation.

BUENO, L. (2000). *Projeto e favela: metodologia para projetos de urbanização*. São Paulo: tese de doutorado, Fau/Usp.

CALDEIRA, T. (2000). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Edusp/Ed. 34.

CAMARGO, C. et al. (org.) *São Paulo, 1975 – Crescimento e pobreza*. São Paulo, Ed. Loyola, 1976.

CARDOSO, R. (1994). “A trajetória dos movimentos sociais”. In: DAGNINO, E. (org) *Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984, pp 81-90.

CASTEL, R. (1997). “As armadilhas da exclusão”. In: *Desigualdades e Questão Social*. São Paulo, Educ, 1997, pp. 15-48.

CASTEL, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, Vozes, 1998.

CASTELLS, M. (1983). *A questão urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

CEM-CEBRAP, SAS-PMSP (2004). *Mapa da Vulnerabilidade Social da População da Cidade de São Paulo*. São Paulo, SESC-SP, 2004.

DAVIS, M (1993). *Cidade de Quartzos – Escavando o futuro em Los Angeles*. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda.

D’ALESSANDRO, M. (1999). *Avaliação da política de urbanização de favelas em São Paulo – 1989/92*. São Paulo: FGV, dissertação de mestrado.

- D'ALMEIDA, R. e ANDREA, T (2005). Estrutura de oportunidades em uma favela em São Paulo. In: MARQUES, E. e TORRES, H. (orgs). *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade sociais*. São Paulo, Editora Senac.
- DUNCAN, O. e DUNCAN, B. (1955). Residential distribution and occupational stratification. In: *The American Journal of Sociology*, vol. LX, nº5, mar 1955.
- DURLAUF, S. (2001). "The membership theory of poverty: the role of group affiliations in determining socioeconomic outcomes". In: DANZIGER, S. e HAVEMAN, R. (editors). *Understanding Poverty*. New York: Russell Sage Foundation. Cambridge: Harvard University Press.
- ESPING-ANDERSEN, G. (2002). "Towards the good society, once again?". In: Esping-Andersen, G. (org). *Why we need a new welfare state?* Oxford University Press.
- FARIA, V (1992). "A Conjuntura Social Brasileira: Dilemas e Perspectivas". In: *Novos Estudos CEBRAP*, Nº 33.
- FIGUEIREDO, A., TORRES, H, LIMONGI, F., ARRETCHE, M., e BICHIR, R. (2005). Relatório final do projeto "Projeto BRA/04/052 - Rede de Pesquisa e Desenvolvimento de Políticas Públicas: REDE-IPEA II". Mimeo.
- FIGUEIREDO, A., LIMONGI, F., FERREIRA, M. e DA SILVA, P. (2002). "Partidos e distribuição espacial dos votos na cidade de São Paulo". In: *Novos Estudos CEBRAP*, nº 64.
- FILGUEIRAS, F. (1998). *Uma mirada crítica al "assets-vulnerability approach" – Orígenes, aplicaciones y posibles innovaciones*. Chile, Cepal, setembro de 1998.
- FILGUEIRA, C. e PERI, A (2004). "América Latina: los rostros de la pobreza y sus causas determinantes". Santiago: *CEPAL - Série Población y Desarrollo*, nº 54, junho de 2004.
- FRIEDMANN, J. (1992). *Empowerment: the politics of alternative development*. Cambridge, MA, Blackwell, 1992.
- GLENNESTER, H., LYPTON, R., NODEN, P. & POWER, A (1999). Poverty, social exclusion and neighborhood: studying the area bases of social exclusion.

CASE paper 22, mar 1999. Centre for Analysis of Social Exclusion, London School of Economics.

GOHN, M. (1991) *Movimentos sociais e luta pela moradia*. São Paulo: Ed. Loyola.

GROISMAN, F. e SUÁREZ, A. (2005). “Urban segregation in the greater Buenos Aires area”. Texto apresentado na “Conference on spatial differentiation and governance in the Americas”, realizado no Texas de 17 a 19 de novembro de 2005. Mimeo.

GURZA LAVALLE, A e CASTELLO, G (2004). “As benesses deste mundo associativismo religioso e inclusão socioeconômica”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, nº 28, março de 2004.

HARVEY, D. (1982). O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. In: *Espaço e Debates*, nº 6.

HOGAN, D. e MARANDOLA Jr, E. (2004). “Vulnerabilidade e riscos: entre geografia e demografia”. Texto apresentado no Encontro da ABEP.

HOLSTON, J. (1996). “Espaços de cidadania insurgente”. In: Rio de Janeiro, *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº24, p. 243-253.

JACOBI, P (1989). *Movimentos sociais e Políticas Públicas: demandas por saneamento básico e saúde: São Paulo 1978-84*. São Paulo: Ed Cortez.

JARGOWSKI, P. (1997). *Poverty and Place: Ghettos, Barrios and the American City*. New York: Russell Sage Foundation.

KAZTMAN, R. (1999). *La dimensión espacial en las políticas de la superación de la pobreza urbana*. Montevideo: mimeo.

KAZTMAN, R. (2002). “Convergencias y divergencias: exploración sobre los efectos de las nuevas modalidades de crecimiento sobre la estructura social de cuatro áreas metropolitanas en América Latina”. In: KATZMAN, R. e WORLTMALD, G. (coord). *Trabajo & Ciudadania – Los cambiantes rostros de la integración y exclusión social en cuatro áreas metropolitanas*. Cebra Comunicacion Visual.

KAZTMAN, R. e RETAMOSO, A. (2005a). "Spatial segregation, employment and poverty in Montevideo". In: *CEPAL Review* nº85, abril 2005, pp. 125-141.

KAZTMAN, R. e RETAMOSO, A. (2005b). "Segregación residencial en Montevideo". Texto apresentado na "Conference on spatial differentiation and governance in the Americas", realizado no Texas de 17 a 19 de novembro de 2005. Mimeo.

KOWARICK, L. (1995). *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

KOWARICK, L. (2000). Investigação urbana e sociedade: comentários sobre nuestra América. In: KOWARICK (2000), *Escritos Urbanos*. São Paulo, Ed. 34.

KOWARICK, L. (2001). "Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano". In: *Novos Estudos CEBRAP*, nº 63, pp. 9-30.

KOWARICK, L. (2003). "Sobre a vulnerabilidade sócio-econômica e civil: Estados Unidos, França e Brasil". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 51, v.18, 2003.

KOWARICK, L. et all (2004). "A pesquisa sobre segregação: conceitos, métodos e medições". In: *Espaço & Debates*, São Paulo, v. 24, n. 45, p. 87-109, jan./jul. 2004.

KOWARICK, L. e CAMPANÁRIO, M. (1988). São Paulo: metrópole do subdesenvolvimento industrializado. In: KOWARICK, L. (org). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo: passado e presente*. São Paulo: Paz e Terra.

KOWARICK, L. (2005a). O centro de São Paulo e seus cortiços – Sociologia, História e Etnografia. No prelo.

KOWARICK, L. (2005b). As favelas em São Paulo – Sociologia, História e Etnologia. No prelo.

LAGO, L. (s/d). Avaliação crítica dos trabalhos sobre segregação residencial urbana – São Paulo e Rio de Janeiro. In: [www.ippur.ufrj.br/observatorio/textos.htm](http://www.ippur.ufrj.br/observatorio/textos.htm)

LEITE, R.P. (2002). "Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, ANPOCS/Edusc, vol. 17, nº 49, jul/2002, p.115-134.

LIPSKY, M. (1980). *Street-level bureaucracy – dilemmas of the individual in public services*. New York: Russel Sage Foundation.

MAGNANI, J.G.C. (2002). “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, ANPOCS/Edusc, vol. 17, nº 49, jul/2002, p.11-29.

MARCUSE, P. (2004). “Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o Estado”. In: São Paulo, *Espaço & Debates*, v.24 nº45, p11-23, jan-jul 2004.

MARICATO, E. (1982). “Autoconstrução: a arquitetura possível”. In: MARICATO, E. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 2ª ed.

MARQUES, E. (2000). *Estado e redes sociais: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan/Fapesp.

MARQUES, E. (2003). *Redes Sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo*. São Paulo: Ed. Annablume.

MARQUES, E. (2005a). “Elementos conceituais da segregação urbana e da ação do Estado”. In: MARQUES, E. e TORRES, H. (orgs). *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade sociais*. São Paulo, Editora Senac.

MARQUES, E. (2005b). “Espaço e grupos sociais na virada do século XXI”. In: MARQUES, E. e TORRES, H. (orgs). *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade sociais*. São Paulo, Editora Senac.

MARQUES, E. e BICHIR, R. (2001). “Investimentos públicos, infra-estrutura urbana e produção da periferia em São Paulo”. In: *Espaço & Debates*, Ano XVII, 2001, nº 42.

MARQUES, E. e TORRES, H., orgs (2005). *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade sociais*. São Paulo, Editora Senac.

MARQUES, E.; TORRES, H. e SARAIVA, C (2003). “Favelas no Município de São Paulo: estimando a sua presença para os anos de 1991, 1996 e 2000”. In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos*, Vol. 5, No 2, 2003.

MARQUES, E. e SARAIVA, C. (2005). “A dinâmica social das favelas da Região Metropolitana de São Paulo”. In: MARQUES, E. e TORRES, H. (orgs).

*São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade sociais*. São Paulo, Editora Senac.

MARQUES, E, GONÇALVES, R. e SARAIVA, C. (2005). “As condições sociais na Metrópole de São Paulo na década de 1990”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, nº 73, novembro de 2005.

MARTINS, J.S. (1977). *A exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo, Edições Paulinas, 1977.

MASSENA, R (1983). “O impacto do metrô sobre a alocação dos recursos públicos em infra-estrutura urbana no Estado do Rio de Janeiro após a fusão”. In: *Revista Brasileira de Geografia*, Vol. 45 (1).

MASSEY, D. e DENTON, N. (1993). *American Apartheid – Segregation and the Making of the Underclass*. Harvard University Press.

MINGIONE, E. (1999). Urban poverty in the advanced industrial world: concepts, analysis and debates. In: Mingione, Enzo (ed.). *Urban poverty and the underclass*. New York: Blackwell Publishers.

MOISÉS, J. (1982). “O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais”. In: Moisés, J. (org.). *Cidade, Povo e Poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MOISÉS, J. e MARTINEZ-ALIER, V. (1978). “A revolta dos trens suburbanos ou patrão, op trem atrasou”. In: Moisés, J.; Martinez-Alier, V. Oliveira, F. e Souza, S. *Contradições urbana e movimentos sociais*. São Paulo: Paz e Terra/Cedec, 1978.

MOSER, C. (1998). “The asset vulnerability framework: reassessing urban poverty reduction strategies”. In: *World Development*, vol 26, nº1, pp 1-19, 1998.

MURRAY, C. (1984). *Losing ground*. Basic books.

NASCIMENTO, E. (1994). “A exclusão social no Brasil: algumas hipóteses de trabalho e quatro sugestões práticas”. In: *Caderno do CEAS*, Centro de Estudos e Ação Social, Salvador.

OLIVEIRA, F. (1995). “Vulnerabilidade social e carência de direitos”. In: *Cadernos ABONG*, outubro de 1995.

OLIVEIRA, L. (1997). “Os excluídos existem? Notas sobre a elaboração de um conceito”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 33, 1997, pp. 49-62.

PAES DE BARROS, R., HENRIQUES, R. e MENDONÇA, R. (2000). Desigualdade e Pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol 15, nº 42, fevereiro de 2000 – Dossiê Desigualdade.

PARK, R.; BURGUESS, E. e MCKENZIE, R. (1925). *The city*. Chicago: The University of Chicago Press.

PASTERNAK, S. et all (2004). “A pesquisa sobre segregação: conceitos, métodos e medições”. In: *Espaço & debates*, v. 24, n. 45, p. 87-109, jan./jul. 2004.

PAVEZ, T. (2006). Políticas públicas e ampliação de capital social em comunidades segregadas: o programa “Santo André Mais Igual”. Dissertação de Mestrado apresentada ao Depto de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Política – FFLCH-USP.

PERLMAN, Janice (1977). *O mito da marginalidade – favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

PETERS, P. e SKOP, E. (2005). “Urban governance and intra-urban population differentials in Latin America: a case study of Lima, Peru”. Texto apresentado na “Conference on spatial differentiation and governance in the Americas”, realizado no Texas de 17 a 19 de novembro de 2005. Mimeo.

POWER, A. (2000). “Poor areas and social exclusion”. *CASE Paper 35* – Centre for analysis of Social Exclusion, London School of Economics.

PRÉTECEILLE, E. (2003). “A evolução da segregação social e das desigualdades urbanas: o caso da metrópole parisiense nas últimas décadas”. In: *Caderno CRH*, nº 38, jan/jun 2003. Salvador – Bahia: EDUFBA/CNPq.

PRÉTECEILLE, Edmond (2004). A construção social da segregação urbana: convergências e divergências. In: São Paulo, *Revista Espaço & Debates*, v.24 nº45, p11-23, jan-jul 2004.

RECIO, M.E.M. (2003). Repensando a questão social: trajetórias de algumas interpretações nos Estados Unidos, França e Brasil. Dissertação de Mestrado apresentada ao Depto de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Política – FFLCH-USP.

RIBEIRO, L. C. Q. e LAGO, L. (1994). “Reestruturação nas grandes cidades brasileiras – o modelo centro/periferia em questão”. Rio de Janeiro, 1994 – primeira versão apresentada no XV Encontro Anual da ANPOCS, Caxambú, 1991.

RIBEIRO, L. C. Q. e LAGO, L. (1999). O espaço social das grandes metrópoles brasileiras: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. In: [www.ippur.ufrj/observatorio](http://www.ippur.ufrj/observatorio).

ROCHA, S. (2000). “As metrópoles brasileiras às vésperas do terceiro milênio”. In: *Econômica*, nº4, pp 5-24, dezembro 2000.

RODRÍGUEZ, J. e ARRIAGADA, C. (2004). “Segregación residencial en la ciudad latinoamericana”. Santiago: *Revista Eure*, vol. XXIX, nº89, pp. 5-24, maio 2004.

SABATINI, F. (2000). Reforma de los mercados de suelo en Santiago, Chile: efectos sobre los precios de la tierra y la segregación residencial. In: Santiago: *Revista Eure*, vol. 26, nº 77, maio de 2000.

SABATINI, F. (2001). “Transformação urbana e dialética entre integração e exclusão social: reflexões sobre as cidades latino-americanas e o caso de Santiago do Chile”. In: Oliveira, M. (org.) *Demografia da exclusão social*. Campinas: Ed. Unicamp.

SABATINI, F (2004). “Medición de la segregación residencial: reflexiones metodológicas desde la ciudad latinoamericana”. In: Cáceres, G. e Sabatini, F (editors). *Barrios cerrados en Santiago de Chile: entre la exclusión y la integración residencial*. Lincoln Institute of Land Policy and PUC-Chile.

SABATINI, F, CÁCERES, G. e CERDA, J. (2001). “Segregación residencial en las principales ciudades chilenas: tendencias de las tres últimas décadas y posibles cursos de acción.” In: *Revista Eure* (Santiago), v.27, nº 82.

- SABATINI, F, FLORES, C., SIERRALTA, C. e WORMALD, G. (2005). "Residential segregation in Santiago, Chile: 1982-2002 trends and social effects linked to its geographical scale". Texto apresentado na "Conference on spatial differentiation and governance in the Americas", realizado no Texas de 17 a 19 de novembro de 2005. Mimeo.
- SADER, E. (1988). *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. São Paulo: Paz e Terra.
- SADER, E. e PAOLI, M. (1986). "Sobre "classes populares" no pensamento sociológico brasileiro (Notas de leitura sobre acontecimentos recentes)". In: Cardoso, Ruth (org). *A aventura antropológica – Teoria e Pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- SANTOS, C. (1985). Loteamentos na periferia metropolitana. In: *Revista de Administração Municipal* vol 32, nº174, jan/mar 1985.
- SANTOS, C (1979). "Velhas novidades nos modos de urbanização brasileiros". In: Valladares, Lícia do Prado (org). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- SANTOS, C. e BRONSTEIN, O (1978). "Meta-urbanização - o caso do Rio de Janeiro". In: *Revista de Administração Municipal*, Ano 25, No 149, 1978.
- SANTOS, W.G. (1993). *Razões da desordem*. Rio de Janeiro, Rocco.
- SCHOR, S. et all (2004). "A pesquisa sobre segregação: conceitos, métodos e medições". In: *Espaço & Debates*, v. 24, n. 45, p. 87-109, jan./jul. 2004.
- SCALON, C. (2005). Pobreza e desigualdade na agenda das políticas públicas. Texto apresentado em seminário no Cebrap, em 02 de dezembro de 2005. Mimeo.
- SMOLKA, M. (1983). Estruturas intra-urbanas e segregação social no espaço: elementos para uma discussão da cidade na teoria econômica. In: *PNPE – IPEA/ANPEC*, Rio de Janeiro, nov 1983.
- SMOLKA, M. O. (1992). "Expulsando os pobres e redistribuindo os ricos – dinâmica imobiliária e (re) estruturação interna na cidade do Rio de Janeiro". In: *Revista Brasileira de Estudos de População*, vol 9, nº 1, jan/ju 1992.

SPOSATI, A. (1996). *Mapa da Exclusão/Inclusão da Cidade de São Paulo*. São Paulo: EDUC.

SPOSATI, A. et all (2004). “A pesquisa sobre segregação: conceitos, métodos e medições”. In: *Espaço & Debates*, v. 24, n. 45, p. 87-109, jan./jul. 2004.

TASCHNER, S. e BÓGUS, L (2005). “São Paulo: o caleidoscópio urbano”. Texto apresentado no XII Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur), realizado em Salvador, em maio de 2005.

TELLES, E. (2003). “Foundations and Racial Reasoning in Brazil”. In: *Theory, Culture & Society*, Vol 20, n.4, 2003.

TORRES, H. (2005a). “Medidas de segregação”. In: MARQUES, E. e TORRES, H. (orgs). *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade sociais*. São Paulo, Editora Senac.

TORRES, H. (2005b). “Políticas sociais e território: uma abordagem metropolitana”. In: MARQUES, E. e TORRES, H. (orgs). *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade sociais*. São Paulo, Editora Senac.

TORRES, H. (2005c). “Informação Demográfica e Políticas Públicas na Escala Regional e Local”. Artigo apresentado na “Reunión de expertos sobre población y desarrollo local”. Santiago, Chile: CELADE: Outubro, 2005.

TORRES, H., FERREIRA, M. e GOMES, S. (2005). “Educação e segregação social: explorando os efeitos das relações de vizinhança”. In: MARQUES, E. e TORRES, H. (orgs). *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade sociais*. São Paulo, Editora Senac.

TORRES, H., MARQUES, E., FERREIRA, M.P. e BITAR, S.(2003). “Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo”. In: São Paulo, *Estudos Avançados* 17 (47), 2003.

TORRES, H. et all (2004). “A pesquisa sobre segregação: conceitos, métodos e medições”. In: *Espaço & Debates*, v. 24, n. 45, p. 87-109, jan./jul. 2004.

TORRES, H. e BICHR, R. (2005). Residential segregation in São Paulo: consequences for urban policies. Texto apresentado na “Conference on spatial

differentiation and governance in the Americas”, realizado no Texas de 17 a 19 de novembro de 2005. Mimeo.

VALLADARES, L. (1982). “Estudos recentes sobre a habitação no Brasil: resenha da literatura”. In: Valladares, Lícia (org). *Repensando a habitação no Brasil*. Rio de Janeiro: Iuperj/Zahar Editores.

VETTER, D. e MASSENA, R. (1981). “Quem se apropria dos benefícios líquidos dos investimentos do Estado em infra-estrutura? – Uma teoria da causação circular”. In: Silva, L. A. Machado da (org). *Solo urbano – Tópicos sobre o uso da terra*. Série Debates Urbanos. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 1981.

VILLAÇA, F (2000). *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Ed. Nobel.

VILLAÇA, F. et al. (2004). “A pesquisa sobre segregação: conceitos, métodos e medições”. In: *Espaço & Debates*, v. 24, n. 45, p. 87-109, jan./jul. 2004.

VILLARREAL, A. e HAMILTON, E. (2005). “Income segregation in the Mexico City Metropolitan Area, 1990-2000”. Texto apresentado na “Conference on spatial differentiation and governance in the Americas”, realizado no Texas de 17 a 19 de novembro de 2005. Mimeo.

WACQUANT, L. (1996). “Três premissas perniciosas no estudo do gueto norte-americano”. In: *Mana. Estudos de Antropologia Social*, vol.2, nº 2, Rio de Janeiro, Museu Nacional, out/1996, p. 145-161.

WACQUANT, L. (2001). *Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada*. Rio de Janeiro, Revan/Fase, 2001.

WARD, P. (2005). “The lack of “cursive thinking” within social theory and public policy: four decades of marginality and rationality in the so-called slum”. In: Wood, C & Roberts, B. (2005). *Rethinking development in Latin America*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press.

WATSON, G. (1992). Water and sanitation in São Paulo, Brazil: Successful strategies for service provision in low- income communities. Cambridge: dissertação de mestrado, Massachussets Institute of Technology.

WILSON, W.J. (1987). *The truly disadvantage: the inner city, the underclass and public policy*. University Chicago Press, 1987.

YINGER, J. (2001). "Housing discrimination and residential segregation as causes of poverty". In: DANZIGER, S. e HAVEMAN, R. (editors). *Understanding Poverty*. New York: Russell Sage Foundation. Cambridge: Harvard University Press.

# Anexos

**Anexo I – *Survey* de acesso da população  
mais pobre de São Paulo a Serviços  
Públicos. CEM-Cebrap/Ibope, 2004.**

Com o objetivo de investigar diversos aspectos das condições de vida da população mais pobre do município de São Paulo, destacando especialmente as condições de acesso a políticas públicas, além de aspectos relacionados à inserção dessa população no mercado de trabalho, bem como seu comportamento político e sua participação na vida associativa, o Centro de Estudos da Metrópole (CEM-CEBRAP/CEPID-FAPESP) realizou, em parceria com o IBOPE, um *survey* entre os 40% mais pobres do município. O questionário aplicado incluiu questões detalhadas para cobrir cada um desses aspectos<sup>102</sup>, de modo a obter da população mais pobre do município um panorama geral de suas condições de vida, suas condições de acesso a algumas políticas públicas e suas avaliações dessas políticas. Essas informações contribuem para entender como as políticas públicas chegam na ponta, ou seja, nas camadas menos favorecidas da população. Estas não poderiam ser obtidas de maneira tão detalhada por meio de outras metodologias.

O *survey* realizado é representativo da população de baixa renda residente em diferentes tipos de áreas do município de São Paulo. Como população de baixa renda, consideramos os 40% mais pobres da população residente no município de São Paulo, o que correspondeu, em valores de novembro de 2004, à população com renda familiar de no máximo R\$1.100<sup>103</sup>. Esse corte nos 40% mais pobres permitiu a análise de uma variedade de situações de pobreza, o que contribuiu para a delimitação de um panorama mais rico para a análise dos diferenciais de acesso a políticas públicas, para além da dimensão da renda.

Além disso, essa amostra permitiu captar a dimensão espacial da pobreza, importante aspecto a ser considerado em uma cidade como São Paulo, marcada por significativa segregação residencial entre grupos sociais. O município de São Paulo foi dividido em três regiões definidas com base na caracterização da composição social das chamadas áreas ponderação do Censo Demográfico de 2000.<sup>104</sup> Os três tipos de área considerados foram:

---

<sup>102</sup> O questionário aplicado encontra-se ao final desse anexo.

<sup>103</sup> Esse corte relativo aos 40% mais pobres foi realizado com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2002, e os valores foram atualizados para novembro de 2004, data de realização do *survey*.

<sup>104</sup> As áreas de ponderação são unidades geográficas formadas por agrupamentos mutuamente exclusivos de setores censitários. Essas unidades são utilizadas para a aplicação

áreas predominantemente habitadas por pobres, de agora em diante denominadas “macro-região periférica”, áreas de classe média (“macro-região intermediária”) e áreas habitadas predominantemente pela classe alta (“macro-região central”)<sup>105</sup>. Essas denominações estão relacionadas à leitura da distribuição geográfica dessas áreas.

Em cada uma dessas áreas, foi selecionada uma amostra em dois estágios. No primeiro estágio, foram sorteadas áreas de ponderação com probabilidade proporcional ao número de domicílios; no segundo, foram selecionados domicílios dentro de cada uma das áreas de ponderação sorteadas. O tamanho da amostra foi definido em 1.500 entrevistas, com 500 domicílios sorteados em cada um dos três tipos de macro-região, sendo realizada uma amostragem por cotas de acordo com as variáveis apresentadas na Tabela 21.<sup>106</sup>

**Tabela 21**  
**Distribuição das entrevistas em cada estrato segundo posição no domicílio, idade e renda familiar mensal do entrevistado. Município de São Paulo, 2004.**

Atributo	Proporção de entrevistas
<b>Posição no domicílio</b>	
Chefe ou cônjuge do sexo masculino	50%
Chefe ou cônjuge do sexo feminino	50%
<b>Idade</b>	
De 18 a 29 anos	30%
De 30 a 49 anos	45%
50 anos ou mais	25%
<b>Renda familiar mensal</b>	
De 0 a 519 reais	40%
De 520 a 1.100 reais	60%

Somente chefes de domicílio ou cônjuges foram entrevistados, e eles forneceram informações sobre outros membros da família quando necessário.

---

dos questionários da Amostra do Censo do Censo Demográfico do IBGE, que são aplicados a 10% da população.

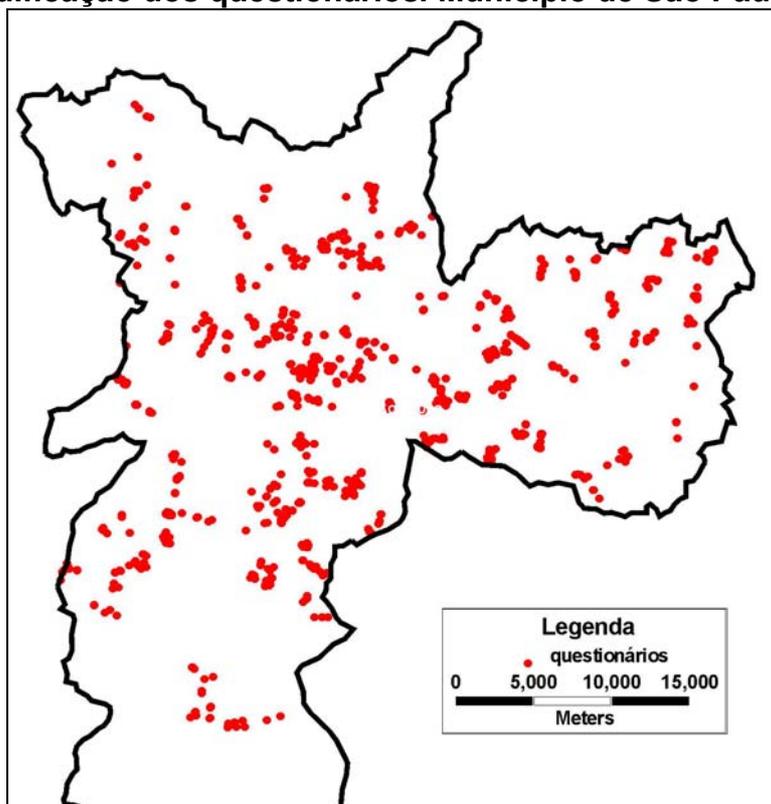
<sup>105</sup> Essas áreas foram delimitadas a partir de uma análise de clusters que teve como principais variáveis a renda domiciliar média e os padrões de votação observados em cada uma dessas áreas. Para maiores detalhes dessa análise fatorial, ver Marques e Torres, 2005. Pesquisa sobre distribuição de votos na cidade mostrou também um padrão diferenciado para cada uma dessas regiões, para maiores informações, ver Figueiredo et al, 2002.

<sup>106</sup> Essas cotas foram definidas a partir de uma análise de dados da PNAD 2002.

Assim chefes ou cônjuges do município de São Paulo constituem o chamado universo da pesquisa. Além disso, foi estabelecido que seriam realizados, no máximo, 25 questionários por área de ponderação.

Todos os questionários aplicados seguindo esses procedimentos foram posteriormente geocodificados com o recurso ao software Maptitude 4.5<sup>107</sup>. O endereçamento foi realizado por meio do CEP a 8 dígitos, e não pelo endereço completo, o que permitiu manter o sigilo dos entrevistados e, ao mesmo tempo, cruzar as informações oriundas do *survey* com informações oriundas de outras fontes, como os dados censitários relativos ao local de residência e a base de favelas desenvolvida pelo CEM (Marques, Torres e Saraiva, 2003), entre outros. Esses cruzamentos foram utilizados para a construção de diversos indicadores. O Mapa 4, a seguir, apresenta a distribuição espacial dos domicílios onde foram aplicados questionários.

**Mapa 4**  
**Geocodificação dos questionários. Município de São Paulo, 2004.**



**Fonte:** CEM-Cebrap/Ibope. *Survey* de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

<sup>107</sup> Somente 47 questionários não puderam ser endereçados por problemas na declaração do CEP.

Para a expansão da amostra foram criados pós-estratos baseados nas variáveis utilizadas na criação das cotas, e para as quais se conheciam os totais populacionais. Assim, utilizando-se os dados do Censo 2000 (IBGE), foram obtidos os totais populacionais para o universo pesquisado. Dentro de cada uma das macro-regiões consideradas, a população de chefes e cônjuges (universo da pesquisa) foi dividida em 12 grupos de sexo, idade e renda familiar mensal, conforme demonstrado na Tabela 22, abaixo.

**Tabela 22**  
**Grupos de sexo, idade e renda familiar mensal dentro de cada macro-região. Município de São Paulo, 2000.**

Grupo	Sexo	Idade	Renda(1)
1	Masculino	18 a 29 anos	0 a 370 reais
2	Feminino	18 a 29 anos	0 a 370 reais
3	Masculino	30 a 49 anos	0 a 370 reais
4	Feminino	30 a 49 anos	0 a 370 reais
5	Masculino	50 anos ou mais	0 a 370 reais
6	Feminino	50 anos ou mais	0 a 370 reais
7	Masculino	18 a 29 anos	371 a 784 reais
8	Feminino	18 a 29 anos	371 a 784 reais
9	Masculino	30 a 49 anos	371 a 784 reais
10	Feminino	30 a 49 anos	371 a 784 reais
11	Masculino	50 anos ou mais	371 a 784 reais
12	Feminino	50 anos ou mais	371 a 784 reais

**Nota:** Valores em reais de julho de 2000.

**Inflator utilizado:** IPCA-RMSP/IBGE. Esses valores são equivalentes aos cortes utilizados em novembro de 2004: 520 reais na primeira faixa (aproximadamente 2 salários mínimos) e 1.100 reais no teto de renda (4,5 salários mínimos).

O produto final da aplicação desta metodologia é um fator de expansão para cada um dos questionários da amostra, cujo valor é determinado por:

$$P_{jk} = \frac{N_{jk}}{n_{jk}}, \quad \text{onde:}$$

$$j = 1, 2, 3$$

$$k = 1, 2, \dots, 12$$

$P_{jk}$  = peso atribuído ao  $k$ -ésimo grupo do  $j$ -ésimo estrato

$N_{ijk}$  = número total de pessoas do  $k$ -ésimo grupo do  $j$ -ésimo estrato

$n_{ijk}$  = número total de entrevistas do  $k$ -ésimo grupo do  $j$ -ésimo estrato

Assim, após a expansão da amostra, ficamos com um universo de 1.818.422 indivíduos, correspondente aos chefes de domicílio ou cônjuges de baixa renda (no máximo R\$ 784,00 reais em valores de julho de 2000), acima de 18 anos.

O questionário aplicado é apresentado abaixo.



<b>A6 - SEXO</b>	<b>CÓDIGO</b>
Masculino	1
Feminino	2

<b>A7 - GRAU DE INSTRUÇÃO</b>		<b>CÓDIGO</b>
Analfabeto		01
Sabe ler/escrever mas não cursou escola		02
<b>APÓS 1971</b>	<b>ATÉ 1971</b>	
<b>PRIMÁRIO</b>		
1ª até 3ª série	1ª até 3ª série	03
4ª série	4ª até 5ª série	04
<b>GINÁSIO (1º GRAU)</b>		
5ª até 7ª série	1ª até 3ª série	05
8ª série	4ª série	06
<b>COLEGIAL (2º GRAU)</b>		
1ª e 2ª série	1ª e 2ª série	07
3ª série/ vestibular	3ª série/ vestibular	08
<b>SUPERIOR</b>		
Superior incompleto		09
Superior completo		10

<b>A8 - ESTADO CIVIL</b>	<b>CÓDIGO</b>
Solteiro	1
Casado	2
Vive junto	3
Viúvo	4
Separado/ Divorciado/ Desquitado	5

A9) Em que Estado você nasceu? (**UMA OPÇÃO**)

- |                        |                           |                         |
|------------------------|---------------------------|-------------------------|
| 01( ) Acre             | 11( ) Mato Grosso         | 21( ) Rio Grande do Sul |
| 02( ) Alagoas          | 12( ) Mato Grosso do Sul  | 22( ) Rondônia          |
| 03( ) Amapá            | 13( ) Minas Gerais        | 23( ) Roraima,          |
| 04( ) Amazonas         | 14( ) Pará                | 24( ) Santa Catarina    |
| 05( ) Bahia            | 15( ) Paraíba             | 25( ) São Paulo         |
| 06( ) Ceará            | 16( ) Paraná              | 26( ) Sergipe           |
| 07( ) Distrito Federal | 17( ) Pernambuco,         | 27( ) Tocantins         |
| 08( ) Espírito Santo   | 18( ) Piauí               | 98( ) Fora do Brasil    |
| 09( ) Goiás            | 19( ) Rio de Janeiro      |                         |
| 10( ) Maranhão         | 10( ) Rio Grande do Norte |                         |

A10) Qual é a sua religião? **(ESPONTÂNEA – UMA OPCÃO)**

- |  |  |
|--|--|
| 01( ) Católica Apostólica Romana           | 12( ) Adventista                                   |
| 02( ) Assembléia de Deus                   | 13( ) Testemunha de Jeová                          |
| 03( ) Batista/ Metodista/ Presbiteriana    | 14( ) Judaica                                      |
| 04( ) Universal do Reino de Deus           | 15( ) Espírita/ Kardecista                         |
| 05( ) Deus é Amor                          | 16( ) Afro-Brasileiras (Umbanda, Candomblé, etc)   |
| 06( ) Evangelho Quadrangular               | 17( ) Orientais (Budismo, Islamismo, etc)          |
| 07( ) Igreja Internacional da Graça        | 18( ) Outras religiões                             |
| 08( ) Renascer em Cristo                   | Qual _____   |
| 09( ) Sara nossa terra                     | 19( ) É religioso mas não segue nenhuma/ agnóstico |
| 10( ) Outras Evangélicas especificar _____ | 20( ) Ateu, não tem religião                       |
| 11( ) Evangélica - Não sabe especificar    | 99( ) Não opinou                                   |

A11) ANOTE A COR POR OBSERVAÇÃO **(UMA OPCÃO)**

- |                   |                       |
|-------------------|-----------------------|
| 1( ) Branca       | 5( ) Índigena         |
| 2( ) Preta/ Negra | 8( ) Outras respostas |
| 3( ) Parda        | 9( ) Recusa           |
| 4( ) Amarela      |                       |

P01) O(a) sr(a) tem filhos/ crianças que moram em sua casa? **(UMA OPCÃO)**

- 1( ) Sim → **FAÇA QUADRO ABAIXO EM DIANTE**
- 2( ) Não → **PULE P/ P22 - bloco saúde**

**Em relação a seus filhos/ crianças que moram em sua casa, gostaria de saber:**

Idade	Curso (anotar 0 para quem não estuda e 99 para quem frequenta outra série)	Trabalho
2.1. Quantos têm até 3 anos	3.1 Desses, quantos estão na creche	
2.2. Quantos têm de 4 a 6 anos	3.2 Quantos estão na pré escola	
2.3 Quantos têm de 7 a 14 anos	3.3 Quantos estão no 1º grau	4.1 Quantos trabalham
2.4 Quantos têm de 15 a 18 anos	3.4 Quantos concluíram o 1º grau	4.2 Quantos trabalham
2.5 Quantos têm de 19 a 24 anos	3.5 Quantos concluíram o 2º grau	4.3 Quantos trabalham

**ATENÇÃO: CASO NÃO TENHA FILHO/ CRIANÇA CURSANDO O 1º GRAU PULE P/ P22**

### P05 A P21 - SOMENTE PARA QUEM TEM FILHOS/ CRIANÇAS CURSANDO O 1º GRAU – ITEM 3.3 NO QUADRO ACIMA

**ATENÇÃO: CASO TENHA MAIS QUE UM FILHO NO 1º GRAU, PERGUNTE SOBRE O MAIS NOVO**

P05) Qual a idade deste(a) filho/ criança? \_\_\_\_\_ ANOS

P06) A escola deste seu filho/ criança é : **(LEIA DE 1 A 5 - UMA OPCÃO)**

- |                         |                             |                           |
|-------------------------|-----------------------------|---------------------------|
| 1( ) Pública municipal, | 4( ) Escola comunitária, ou | 8( ) Outro                |
| 2( ) Pública estadual,  | 5( ) Escola de empresa?     | 9( ) Não sabe/ Não opinou |
| 3( ) Particular,        | .....                       |                           |

P07) Em que horário o seu filho entra na escola? E em que horário ele sai da escola? **(REGISTRAR HORA E MINUTOS – USAR QUATRO DÍGITOS)**

|\_|\_|\_|\_| | |\_|\_|\_|\_| **entrada** | |\_|\_|\_|\_| | |\_|\_|\_|\_| **saída** 9999 - NS/ NOP

P08) Pensando em quarteirões, qual é a distância de sua casa até essa escola? **(ESPONTÂNEA - USE DOIS DÍGITOS - CASO O ENTREVISTADO RESPONDA EM MINUTOS OU KM, TENDE OBTER DELE A INFORMAÇÃO EM QUARTEIRÕES, ESCLARECENDO QUE UM QUARTEIRÃO TEM APROXIMADAMENTE 100M; 1KM=10 QUARTEIRÕES.**

|\_|\_|\_|\_| QUARTEIRÕES 99 – Não sabe/ Não opinou

98. É muito longe e não consegue estimar

P09) Esse filho tem transporte escolar? **(CASO SIM)** E o transporte é totalmente gratuito, parcialmente gratuito ou é pago? **(UMA OPÇÃO)**

- 1( ) Totalmente gratuito 8( ) Não tem  
2( ) Parcialmente gratuito 9( ) Não sabe/ Não opinou  
3( ) É pago

P10) Esse filho tem uniforme da escola? **(CASO SIM)** E o uniforme é totalmente gratuito, parcialmente gratuito ou é pago? **(UMA OPÇÃO)**

- 1( ) Totalmente gratuito 8( ) Não tem  
2( ) Parcialmente gratuito 9( ) Não sabe/ Não opinou  
3( ) É pago

P11) Esse filho tem material escolar? **(CASO SIM)** E o material escolar é totalmente gratuito, parcialmente gratuito ou é pago? **(UMA OPÇÃO)**

- 1( ) Totalmente gratuito 8( ) Não tem  
2( ) Parcialmente gratuito 9( ) Não sabe/ Não opinou  
3( ) É pago

P12) Esse filho tem merenda? **(CASO SIM)** E a merenda é totalmente gratuita, parcialmente gratuita ou é paga? **(UMA OPÇÃO)**

- 1( ) Totalmente gratuita 8( ) Não tem  
2( ) Parcialmente gratuita 9( ) Não sabe/ Não opinou  
3( ) É paga

**## PARA QUEM TEM MERENDA (CÓD. 1 A 3 NA P12)**

P13) Dê uma nota de 0 a 10 para a merenda que esse filho recebe: **(USE DOIS DÍGITOS)**

|\_|\_|\_|\_| 99 – Não sabe/ Não opinou

SOMENTE PARA QUEM TEM FILHOS/ CRIANÇAS CURSANDO O 1º GRAU – ITEM 3.3 NO QUADRO ACIMA

P14) A escola deste seu filho tem ou não tem biblioteca? **(UMA OPÇÃO)**

- 1( ) Tem 9( ) Não sabe/ Não opinou  
2( ) Não tem

P15) A escola deste seu filho tem ou não tem sala de informática? **(UMA OPÇÃO)**

- 1( ) Tem 9( ) Não sabe/ Não opinou  
2( ) Não tem



P20) Eu queria agora que você desse uma nota de 0 a 10 para alguns aspectos da escola deste seu filho:(LEIA CADA UM DOS ÍTENS E MARQUE A NOTA - use dois dígitos)

- |  |       |                           |
|--|-------|---------------------------|
| A) Frequência e pontualidade dos professores | __ __ | 99 – Não sabe/ Não opinou |
| B) Qualidade do ensino                       | __ __ | 99 – Não sabe/ Não opinou |
| C) Número de alunos por classe               | __ __ | 99 – Não sabe/ Não opinou |
| D) Conservação dos prédios e salas           | __ __ | 99 – Não sabe/ Não opinou |
| E) Salários dos professores                  | __ __ | 99 – Não sabe/ Não opinou |
| F) Equipamentos da escola                    | __ __ | 99 – Não sabe/ Não opinou |
| G) Segurança das crianças na escola          | __ __ | 99 – Não sabe/ Não opinou |

P21) Considerando o conjunto, que nota, de 0 a 10 você dá para a escola desse filho? (**USE DOIS DÍGITOS**)

|\_\_|\_\_| 99 – Não sabe/ Não opinou

### PARA TODOS ###

*Falando agora sobre saúde, gostaria de saber ....*

P22) Quando foi a última vez que você, ou alguém da sua casa procurou atendimento médico de rotina, como consultas, exames? (**ESPONTÂNEA - UMA OPÇÃO**)

- |                     |                         |                                     |
|---------------------|-------------------------|-------------------------------------|
| 1( ) Até 1 mês      | 4( ) De 6 meses a 1 ano | 8( ) Ninguém procurou → PULE P/ P32 |
| 2( ) De 1 a 3 meses | 5( ) Mais de 1 ano      |                                     |
| 3( ) De 3 a 6 meses |                         |                                     |

### SOMENTE P/ QUEM PROCUROU ATENDIMENTO MÉDICO (CÓD. 1 A 5 NA P22) ###

P23) Nesta última vez, onde você ou alguém da sua casa foi buscar atendimento ? (**ESPONTÂNEA - UMA OPÇÃO – CASO NÃO ENCONTRE NOME NA LISTA ANOTE NO ESPAÇO EM BRANCO**)

- |  |                |
|--|----------------|
| 1( ) Pessoa do programa de médico de família                   |                |
| 2( ) Médico particular/convênio                                |                |
| 3( ) Hospital particular                                       |                |
| <hr/>  |                |
| 4( ) Farmacêutico  |                |
| 5( ) Pronto socorro público ou privado (SERVIÇO DE EMERGÊNCIA) |                |
| 6( ) Hospital público que não pronto socorro-----              | FAÇA P.24      |
| <hr/>  |                |
| 7( ) Posto de saúde público-----                               | EM DIANTE      |
| 9( ) Não sabe/ Não opinou-----                                 | __ PULE P/ P32 |

**ATENÇÃO: ITENS DE 1 A 5 PULE PARA P31**

### SOMENTE PARA QUEM TEVE ATENDIMENTO EM POSTO DE SAÚDE OU HOSPITAL PÚBLICO QUE NÃO PRONTO SOCORRO (CÓD. 6 OU 7 NA P23) ###



P29) Na sua opinião, qual é **A MAIOR DIFICULDADE** que você ou alguém da sua casa encontrou nesse último atendimento? (**ESPONTÂNEA - UMA OPÇÃO**)

- 01( ) O local de atendimento é distante/ acesso difícil
- 02( ) É difícil ou demora para marcar a consulta
- 03( ) Filas grandes
- 04( ) Burocracia
- 05( ) Horário ruim
- 06( ) O tempo da consulta é pequeno
- 07( ) Local mal equipado
- 08( ) Funcionários com má vontade
- 09( ) Remédios caros
- 10( ) Demora no atendimento
- 11( ) Falta de médicos
- 12( ) Falta de médicos especialistas
- 13( ) Médicos com má vontade/ atendem mau
- 97( ) Outra
- 98( ) Não teve dificuldades
- 99( ) Não sabe/ Não opinou

### SOMENTE PARA QUEM TEVE ATENDIMENTO EM POSTO DE SAÚDE OU HOSPITAL PÚBLICO QUE NÃO PRONTO SOCORRO (CÓD. 6 OU 7 NA P23) ###

P30) Dê uma nota de 0 a 10 para alguns aspectos desse local de atendimento: (LEIA CADA UM DOS ÍTENS E MARQUE A NOTA - **USE DOIS DÍGITOS**)

A) Rapidez no atendimento	<input type="text"/>	<input type="text"/>	99 – Não sabe/ Não opinou
B) Remédios	<input type="text"/>	<input type="text"/>	99 – Não sabe/ Não opinou
C) Instalações e equipamentos	<input type="text"/>	<input type="text"/>	99 – Não sabe/ Não opinou
D) Limpeza do local	<input type="text"/>	<input type="text"/>	99 – Não sabe/ Não opinou
E) Duração da consulta	<input type="text"/>	<input type="text"/>	99 – Não sabe/ Não opinou
F) Horário de funcionamento	<input type="text"/>	<input type="text"/>	99 – Não sabe/ Não opinou
G) Médicos	<input type="text"/>	<input type="text"/>	99 – Não sabe/ Não opinou
H) Enfermeiras/ atendentes	<input type="text"/>	<input type="text"/>	99 – Não sabe/ Não opinou
I) Salário dos médicos e funcionários	<input type="text"/>	<input type="text"/>	99 – Não sabe/ Não opinou

### SOMENTE P/ QUEM PROCUROU ATENDIMENTO MÉDICO (CÓD. 1 A 5 NA P22) ###

P31) Considerando o serviço de saúde que você usa, que nota de 0 a 10 você daria para ele? (**USE DOIS DÍGITOS**)

99 – Não sabe/ Não opinou

### PARA TODOS ###

P32) Agora vou falar de outros serviços públicos e gostaria de saber aqueles que você tem, ou não, em casa: (LEIA CADA ITEM E MARQUE O CÓDIGO CORRESPONDENTE - **FAÇA RODÍZIO**)

**CÓDIGOS:** 1 - SIM  
2 - NÃO  
9 - NÃO SABE/ NÃO OPINOU

- Água ligada à rede pública dentro de casa  
 **(CASO TENHA ÁGUA LIGADA)** Essa água chega todo dia?  
 Energia elétrica  
 Esgoto canalizado na rede pública  
 Coleta de lixo  
 Rua calçada (asfalto, bloquete ou pedra)  
 Iluminação na porta de casa  
 Ronda policial  
 Transporte público próximo  
 Parque ou praça próxima

P33) Você diria que a vizinhança onde você mora é: (**LEIA DE 1 A 4 - UMA OPCÃO**)

- 1( ) Rica, 4( ) Favela?  
2( ) De classe media,  
3( ) Pobre, ou 9( ) Não sabe/ Não opinou

P34) Essa casa que vocês moram é: (**LEIA DE 1 A 5 - UMA OPCÃO**)

- 1( ) Própria, está pagando, 5( ) Ocupada?  
2( ) Própria, já está paga,  
3( ) Alugada, 8( ) Outro  
4( ) Cedida, ou 9( ) Não sabe/ Não opinou

P35) Desde que vocês moram aqui, qual foi a principal construção ou reforma que fizeram na casa? (**ESPONTÂNEA - UMA OPCÃO**)

- 1( ) Construção da casa  
2( ) Contrução de um ou mais cômodos na casa e/ou laje  
3( ) Mudança do piso ou telhado (de um ou mais cômodos)  
4( ) Outros tipos de reformas (pintura, reboco, parte hidráulica, parte elétrica,  
etc.)  
5( ) Não fizeram  
9( ) Não sabe/ Não opinou

P36) E o lote/terreno da casa, você(s) : (**LEIA DE 1 A 5 - UMA OPCÃO**)

- 1( ) Compraram 5( ) Foi cedido por família/amigos  
2( ) Ganharam do governo  
3( ) Ocuparam 8( ) Outro  
4( ) Alugaram 9( ) Não sabe/ Não opinou

P37) Essa casa tem quantos cômodos? (**ESPONTÂNEA - USE DOIS DÍGITOS**)

cômodos 99 – Não sabe/ Não opinou

P38) Quantos desses cômodos são usados para dormir? (**ESPONTÂNEA - USE DOIS DÍGITOS**)

cômodos para dormir 99 – Não sabe/ Não opinou



P44) Próximo desta casa existe algum córrego ou rio? (**CASO SIM**) Qual é a distância dele até a sua casa? (**ESPONTÂNEA – CASO HAJA DÚVIDA COM RELAÇÃO À DISTÂNCIA, ESCLAREÇA QUE: 20M = LARGURA DE UMA AVENIDA E 100M = COMPRIMENTO DE UM QUARTEIRÃO**)

- 1( ) 0 a 20m  
2( ) 21 a 100m  
3( ) Mais de 100m  
4( ) Têm córrego próximo, mas não sabe a distância  
8( ) Não tem córrego próximo  
9( ) Não sabe/ Não opinou

P45) Em relação a insetos e baratas você diria que, encontrá-los na sua vizinhança é (**LEIA DE 1 A 4 - UMA OPCÃO**)

- 1( ) Muito comum, 4( ) Nunca têm?  
2( ) Comum, 9( ) Não sabe/ Não opinou  
3( ) Raro, ou

P46) E em relação a ratos, encontrá-los na sua vizinhança é: (**LEIA DE 1 A 4 - UMA OPCÃO**)

- 1( ) Muito comum, 4( ) Nunca têm?  
2( ) Comum, 9( ) Não sabe/ Não opinou  
3( ) Raro, ou

P47) Há quanto tempo você mora no bairro? (0= MENOS DE 1 ANO; ARREDONDAR)  
\_\_\_\_|\_\_\_\_|\_\_\_\_| ANOS 98 – NASCEU AQUI 99 - NÃO SABE

P48) Você tem parentes morando no bairro? (**UMA OPCÃO**)

- 1( ) Sim 9( ) Não sabe/ Não opinou  
2( ) Não

49) Porque vocês vieram morar aqui nesse bairro? (**ESPONTÂNEA - VÁRIAS OPCÕES – CASO NÃO ENCONTRE NA LISTA - ANOTE “CÓD. 98 – OUTRO”**)

- 01( ) Amigos e parentes 07( ) Perto da escola  
02( ) Gostou do bairro 08( ) Conseguiu conjunto habitacional do governo  
03( ) Anúncio/imobiliária 09( ) Foi a única coisa que conseguiu  
04( ) Ganhou lote do governo 97( ) Nasceu aqui  
05( ) Ganhou do patrão 98( ) Outro  
06( ) Perto do trabalho 99( ) Não sabe/ Não opinou

P50) Você e seus vizinhos costumam prestar alguns dos seguintes favores uns aos outros: (**LEIA CADA ITEM E MARQUE O CÓDIGO CORRESPONDENTE - FAÇA RODÍZIO**)

**CÓDIGOS:** 1 - SIM  
2 – NÃO  
9 - NÃO SABE/ NÃO OPINOU

- \_\_\_\_| Emprestar mantimentos/comida  
\_\_\_\_| Cuidar das crianças  
\_\_\_\_| Ajudar em reformas ou construções

- \_\_\_\_| Dar dicas sobre oportunidades de compra  
\_\_\_\_| Emprestar dinheiro  
\_\_\_\_| Fazer mutirão

P51) Vou falar agora o nome de algumas associações e gostaria de saber com qual frequência você vai a: **(LEIA OS ÍTENS PAUSADAMENTE PRINCIPALMENTE NOS PRIMEIROS ÍTENS E MARQUE O CÓD. CORRESPONDENTE)**

**### SOMENTE P/ QUEM RESPONDEU CÓD 1 A 6 ###**

P52) E estas associações ficam no seu bairro? **(LEIA OS ÍTENS COM CÓD 1 OU 2 NA P51 E MARQUE O CÓD. CORRESPONDENTE SOB A P52)**

**### SOMENTE P/ QUEM RESPONDEU CÓD 1 A 6 ###**

P53) Você é filiado, quer dizer tem cadastro, ficha, vínculo ou ocupa cargo, função, ou contribui para esta associação? **(LEIA OS ÍTENS COM CÓD 1 OU 6 NA P51 E MARQUE O CÓD. CORRESPONDENTE)**

	<b>P51) FREQUÊNCIA</b> 1 – SEMANALMENTE 2 – QUINZENALMENTE 3 – MENSALMENTE 4 – TRIMESTRALMENTE 5 – SEMESTRALMENTE 6 – ANUALMENTE 7 – MUITO RARAMENTE 8 – NUNCA	<b>P52) FICA NO BAIRRO</b> 1 – SIM 2 – NÃO	<b>P53) FILIAÇÃO</b> 1 – SIM 2 – NÃO
A) Associação religiosa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
B) Partido Político	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
C) Sindicato	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
D) Associação de moradores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
E) Associação beneficente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
F) Associação cultural	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
G) Clube esportivo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

caso cód. 1 a 6  
faça P52 E 53

**### PARA TODOS ###**

P54A) Você já participou ou não de algum conselho municipal, como conselho de saúde, educação, tutelar ou outro? **(UMA OPÇÃO)**

1( ) Sim, participou → **FAÇA P54B PARA P55**      3( ) Não sabe o que é----- | **PULE**

2( ) Não participou      9( ) Não opinou----- |

**### PARA QUEM PARTICIPOU (CÓD. 1 NA P54A) ###**

P54B) Qual? |\_\_\_\_|\_\_\_\_|\_\_\_\_\_ 99 – NS/ NOP

**### PARA TODOS ###**

P55) E de reuniões do Orçamento Participativo você já participou ou não? **(UMA OPÇÃO)**

1( ) Sim, participou      3( ) Não sabe o que é

2( ) Não participou      9( ) Não opinou

P56) Você diria que o que acontece na política influi ou não influi na sua vida? **(UMA OPÇÃO)**

1( ) Influi      9( ) Não sabe/ Não opinou

2( ) Não influi

P57) E você, influi ou não influi na política? (**UMA OPÇÃO**)

- 1( ) Influi  
2( ) Não influi  
9( ) Não sabe/ Não opinou

P58) Pensando no seu grau de interesse pela política, você diria que tem: (**LEIA DE 1 A 4 - UMA OPÇÃO**)

- 1( ) Muito interesse,  
2( ) Interesse médio,  
3( ) Pouco interesse, ou  
4( ) Nenhum interesse?  
9( ) Não sabe/ Não opinou

P59) E pensando nas eleições, qual é o seu interesse pelas eleições para Prefeito? (LEIA OPÇÕES DE 1 A 4 - **UMA OPÇÃO**) E pelas eleições para Vereadores? (LEIA OPÇÕES DE 1 A 4 - **UMA OPÇÃO**):

**A) Prefeito**

- 1( ) Muito interesse,  
2( ) Interesse médio,  
3( ) Pouco interesse, ou  
4( ) Nenhum interesse  
9( ) Não sabe/ Não opinou

**B) Vereador**

- 1( ) Muito interesse,  
2( ) Interesse médio,  
3( ) Pouco interesse, ou  
4( ) Nenhum interesse  
9( ) Não sabe/ Não opinou

**\*\*\* CARTELA 1 \*\*\***

P60A) Através de quais destes meios você se informa para você decidir seu voto? (**VÁRIAS OPÇÕES**)

**\*\*\* CARTELA 1 \*\*\***

P60B) E qual deles você considera o mais importante? (**UMA OPÇÃO**)

- | A)   | B)    |
|--|-------|
| 01( ) Notícias nos jornais   | 01( ) |
| 02( ) Notícias em rádio e/ou TV                                    | 02( ) |
| 03( ) Conversas com amigos ou com pessoas da família               | 03( ) |
| 04( ) Conversas com colegas de trabalho                            | 04( ) |
| 05( ) Reuniões na Igreja   | 05( ) |
| 06( ) Reuniões no sindicato ou com líderes dos moradores do bairro | 06( ) |
| 07( ) Comentários de radialistas                                   | 07( ) |
| 08( ) Propaganda política/eleitoral/debates                        | 08( ) |
| 97( ) Outras   | 97( ) |
| 98( ) Nenhum destes/ Ninguém                                       | 98( ) |
| 99( ) Não sabe/ Não opinou   | 99( ) |

P61) Qual o principal contato que você teve com vereadores nos últimos quatro anos?

(**LEIA DE 1 A 3 - UMA OPÇÃO**)

- 1( ) Foi ao gabinete ou escritório político do vereador  
2( ) Participou de reuniões ou encontros com o vereador  
3( ) Teve contato com assessores/ cabos eleitorais  
4( ) Teve outro tipo de contato com o vereador. Qual?

\_\_\_\_\_

- 8( ) Nunca teve contato com vereadores (**ESP.**)  
9( ) Não sabe/ Não opinou

P62) Você votou no 1º TURNO nessa última eleição? (**UMA OPÇÃO**)

- 1( ) Sim → **PULE P/ P64 EM DIANTE**  
2( ) Não → **FAÇA P 63 E SIGA PULOS INDICADOS**

**### SOMENTE PARA QUEM NÃO VOTOU (CÓD. 2 NA P62) ###**

P63) E por quê você não votou? (**LEIA DE 1 A 3 - UMA OPÇÃO**)

- 1( ) Não é eleitor na cidade de SP → **PULE PARA P73**  
2( ) Não tem título, ou → **PULE PARA P73**  
3( ) Não pôde comparecer? → **PULE PARA P72**

**### SOMENTE PARA QUEM VOTOU (CÓD. 1 NA P62) ###**

P64) Em quem você votou para prefeito no 1º TURNO das eleições deste ano? (**ESPONTÂNEA - UMA OPÇÃO**)

- |                               |                             |   |
|-------------------------------|-----------------------------|---|
| 01( ) Anai Caproni-29-PCO     | 07( ) José Serra-45-PSDB    | 13( ) Penna-43-PV                       |
| 02( ) Ciro-36-PTC             | 08( ) Luiza Erundina-40-PSB | 14( ) Professor<br>Walter Canoas-21-PCB |
| 03( ) Dirceu Travesso-16-PSTU | 09( ) Marta Suplicy-13-PT   | 15( ) Branco-----                       |
| 04( ) Dra. Havanir-56-PRONA   | 10( ) Osmar Lins-26-PAN     | 16( ) Nulo   <b>PULE PARA</b>           |
| 05( ) Francisco Rossi-31-PHS  | 11( ) Paulinho-12-PDT       | 98( ) Não lembra   <b>P.68</b>          |
| 06( ) João Manuel-27-PSDC     | 12( ) Paulo Maluf-11-PP     | 99( ) Não opinou---                     |

**### SOMENTE PARA QUEM VOTOU EM ALGUM CANDIDATO (CÓD. 01 A 14 NA P64) ###**

P65) Qual foi o PRINCIPAL motivo que o levou a votar em (LEIA NOME CITADO NA PERGUNTA ANTERIOR) para Prefeito(a)? (**ESPONTÂNEA - UMA OPÇÃO**)

- 01( ) Porque prometeu realizar as melhorias que a cidade/bairro precisa  
02( ) Porque ele era do partido que você gosta  
03( ) Porque você tem simpatia pessoal por ele  
04( ) Porque um amigo/parente ou conhecido te recomendou  
05( ) Porque um líder (comunitário, do bairro) indicou  
06( ) Recomendação da Igreja/associação religiosa  
07( ) Por projetos/ programas realizados  
08( ) Por me ajudar/ prestar favores pessoais  
09( ) Foi o único número que memorizou  
97( ) Outro. Qual? \_\_\_\_\_  
99( ) Não sabe/ Não opinou

**### SOMENTE PARA QUEM VOTOU EM ALGUM CANDIDATO (CÓD. 01 A 14 NA P64) ###**

P66) Na hora que você escolheu o seu candidato a *prefeito*, o que você considerou mais importante? (**LEIA DE 1 A 4 - UMA OPÇÃO**)

- 1( ) As características pessoais do candidato,  
2( ) As propostas de campanha do candidato,  
3( ) O partido político, ou  
4( ) Os apoios que ele teve?  
9( ) Não sabe/ Não opinou

**### SOMENTE PARA QUEM VOTOU EM ALGUM CANDIDATO (CÓD. 01 A 14 NA P64) ###**

**\*\*\* CARTELA 2 \*\*\***

P67) Qual ou quais destas atitudes você tomou nesta eleição para prefeito? Mais alguma?  
**(VÁRIAS OPCÕES)**

**\*\*\* CARTELA 2 \*\*\***

- 01( ) Colocou adesivo de algum candidato ou partido na casa ou no carro/ deixou pintar/ colar no muro  
02( ) Participou de comício/passeata/ carreata/ manifestação  
03( ) Usou boné ou broche  
04( ) Usou camiseta para divulgar o candidato  
05( ) Filiou-se a algum partido  
06( ) Tentou convencer outras pessoas a votar em seu candidato  
07( ) Fez alguma contribuição para uma campanha (financeira, com materiais, trabalhando)  
97( ) Outras  
98( ) Nenhuma destas  
99( ) Não sabe/ Não opinou

**### SOMENTE PARA QUEM VOTOU (CÓD. 1 NA P62) ###**

P68) Em quem você votou para vereador nas eleições deste ano? **(ESPONTÂNEA - UMA OPCÃO)**

\_\_\_\_\_|\_\_\_\_\_|\_\_\_\_\_|\_\_\_\_\_ → **PULE**  
**PARA P70**

995( ) Partido (NA LEGENDA) → **FAÇA P69**

996( ) Branco ----- |

997( ) Nulo | **PULE P/**

998( ) Não lembra | **P71**

999( ) Não opinou ----- |

**### SOMENTE PARA QUEM VOTOU NA LEGENDA (CÓD. 995 NA P69) ###**

P69) Por que você votou na legenda (no partido) e não em um candidato? **(LEIA 1 E 2 -UMA OPCÃO)**

01( ) Era mais fácil lembrar o número do partido, ou

02( ) Preferiu votar no partido/legenda?

97( ) Outros. Qual?

\_\_\_\_\_|\_\_\_\_\_|\_\_\_\_\_|\_\_\_\_\_

99( ) Não sabe/ Não opinou

**### SOMENTE PARA QUEM VOTOU NUM VEREADOR (NOME NA P68) ###**

P70) Qual foi o PRINCIPAL motivo que o levou a votar em (LEIA NOME CITADO NA PERGUNTA 69) para Vereador? **(ESPONTÂNEA - UMA OPCÃO)**

01( ) Porque prometeu realizar as melhorias que a cidade/bairro precisa

02( ) Porque ele era do partido que você gosta

03( ) Porque você tem simpatia pessoal por ele

04( ) Porque um amigo/parente ou conhecido te recomendou

05( ) Porque um líder (comunitário, do bairro) indicou



P77) Você tem preferência ou simpatia maior por algum destes partidos políticos? (**CASO SIM**) Qual? (**UMA OPÇÃO**)

- |            |               |           |            |           |       |
|------------|---------------|-----------|------------|-----------|-------|
| 01( ) PP   | 06( ) PSTU    | 11( ) PL  | 16( ) PRTB | 21( ) PSB | 26( ) |
| PC do B    |               |           |            |           |       |
| 02( ) PDT  |               | 07( ) PSL | 12( ) PPS  | 17( ) PCO | 22( ) |
| PV         | 27( ) PT do B |           |            |           |       |
| 03( ) PT   | 08( ) PTN     | 13( ) PFL | 18( ) PHS  | 23( ) PRP |       |
| 04( ) PTB  |               | 09( ) PSC | 14( ) PAN  | 19( ) PMN | 24( ) |
| PSDB       | 98( ) Nenhum  |           |            |           |       |
| 05( ) PMDB |               | 10( ) PCB | 15( ) PSDC | 20( ) PTC | 25( ) |
| PRONA      | 99( ) NS/ NOP |           |            |           |       |

\*\*\* CARTELA 3 \*\*\*

P78) E de qual ou quais destes partidos você não gosta de jeito nenhum? (**ESPONTÂNEA - VÁRIAS OPÇÕES** – NÃO ACEITE O MESMO DA P.77)

- |            |                      |           |            |           |       |
|------------|----------------------|-----------|------------|-----------|-------|
| 01( ) PP   | 06( ) PSTU           | 11( ) PL  | 16( ) PRTB | 21( ) PSB | 26( ) |
| PC do B    |                      |           |            |           |       |
| 02( ) PDT  |                      | 07( ) PSL | 12( ) PPS  | 17( ) PCO | 22( ) |
| PV         | 27( ) PT do B        |           |            |           |       |
| 03( ) PT   | 08( ) PTN            | 13( ) PFL | 18( ) PHS  | 23( ) PRP |       |
| 04( ) PTB  |                      | 09( ) PSC | 14( ) PAN  | 19( ) PMN | 24( ) |
| PSDB       | 98( ) Gosta de todos |           |            |           |       |
| 05( ) PMDB |                      | 10( ) PCB | 15( ) PSDC | 20( ) PTC | 25( ) |
| PRONA      | 99( ) NS/ NOP        |           |            |           |       |

*Pensando agora na cidade de São Paulo...*

P79) Que nota de 0 a 10 você daria para a prefeita Marta Suplicy? (**USE DOIS DÍGITOS**)

\_\_\_\_|\_\_\_\_|

**99 – Não sabe/ Não opinou**

P80) Que nota de 0 a 10 você daria para os atuais vereadores? (**USE DOIS DÍGITOS**)

\_\_\_\_|\_\_\_\_|

**99 – Não sabe/ Não opinou**

P81) Qual é o principal problema que afeta o seu bairro ou as pessoas que moram no seu bairro? (**ESPONTÂNEA - UMA OPÇÃO**)

- |                                     |                              |       |
|-------------------------------------|------------------------------|-------|
| 01( ) Calçamento de ruas e avenidas | 06( ) Limpeza pública        | 11( ) |
| Desemprego                          |                              |       |
| 02( ) Saúde                         | 07( ) Segurança pública      | 12( ) |
| Custo de vida                       |                              |       |
| 03( ) Educação                      | 08( ) Habitação              | 97( ) |
| Outro. Qual?                        |                              |       |
| 04( ) Transporte coletivo/trânsito  | 09( ) Poluição/meio ambiente |       |
|                                     | ____ ____                    |       |
| 05( ) Abastecimento de água/esgoto  | 10( ) Cultura e lazer        | 98( ) |
| Nenhum                              |                              |       |
|                                     |                              | 99( ) |
| Não sabe/ Não opinou                |                              |       |

### PARA TODOS ###

**Agora vamos falar sobre a sua situação de trabalho**

**LEIA PAUSADAMENTE: SABEMOS QUE HOJE EM DIA ESTÁ DIFÍCIL SUSTENTAR A FAMÍLIA, POR ISSO GOSTARÍAMOS DE SABER MAIS SOBRE AS DIVERSAS FORMAS QUE VOCÊ E SUA FAMÍLIA ENCONTRAM PARA AUMENTAR A RENDA.**

**CARTELA 4**

P82) Em relação a seu trabalho atual, você é (CASO TENHA MAIS DE 1 PERGUNTAR SOBRE O TRABALHO PRINCIPAL)

- |  |                               |  |
|--|-------------------------------|--|
| 01( ) Empregado com carteira assinada  | 09( ) Desempregado-----       |  |
| 02( ) Empregado sem carteira assinada  | 10( ) Dona de casa            |  |
| 03( ) Autônomo ou conta própria        | 11( ) Aposentado /pensionista |  |
| <b>PULE PARA P93C</b>                  |                               |  |
| 04( ) Funcionário público              | 12( ) Estudante-----          |  |
| 05( ) Empregador                       |                               |  |
| 06( ) Trabalha em negócio familiar     |                               |  |
| 07( ) Empregado doméstico com carteira |                               |  |
| 08( ) Empregado doméstico sem carteira |                               |  |

**### PARA QUEM TRABALHA (CÓD. 01 A 08 NA P82) ###**

P83) Em média, quantos dias da semana você trabalhou, na última semana, neste trabalho? (USE UM DÍGITO)

|\_\_| **DIAS DA SEMANA**

**### PARA QUEM TRABALHA (CÓD. 01 A 08 NA P82) ###**

P84) E quantas horas você trabalhou por dia, na última semana? (USE DOIS DÍGITOS – NÃO ACEITE HORA QUEBRADA)

|\_\_|\_\_| **HORAS/ DIA**

**### PARA QUEM TRABALHA (CÓD. 01 A 08 NA P82) ###**

P85) Com quem você conseguiu esse trabalho? (**ESPONTÂNEA** UMA OPCÃO)

- |   |                          |                   |
|---|--------------------------|-------------------|
| 01( ) Parente                           | 08( ) Anúncio de jornal  | } <b>Concurso</b> |
| 02( ) Amigo                             | 09( ) Anúncio no local   |                   |
| 03( ) Conhecido                         | 10( ) _____              |                   |
|   | <b>PULE PARA P88</b>     |                   |
| 04( ) Político                          | 11( ) Agência de emprego | }                 |
| 05( ) Líder da sua religião             | 12( ) Sozinho            |                   |
| 06( ) Pessoa da associação de moradores |                          |                   |
| 07( ) Ex-patrão                         |                          |                   |

**### PARA QUEM CONSEGUIU COM AJUDA DE ALGUÉM (CÓD. 01 A 07 NA P85)**

P86) Essa pessoa mora aqui no bairro? (UMA OPCÃO)

- 1( ) Sim                      2( ) Não

**### PARA QUEM CONSEGUIU COM AJUDA DE ALGUÉM (CÓD. 01 A 07 NA P85) ###**

P87) Essa pessoa que te ajudou (**LEIA DE 1 A 4 - UMA OPÇÃO**)

- 1( ) Trabalhava no local do emprego (INCLUI O DONO)
- 2( ) Conhecia alguém no local do emprego
- 3( ) Ouviu falar do emprego e/ou viu anúncio
- 4( ) Te indicou clientes (AUTÔNOMO)
- 7( ) Outros

**### PARA QUEM TRABALHA (CÓD. 01 A 08 NA P82) ###**

P88) Nesse trabalho, quais destes benefícios você tem: (**LEIA ITENS DE A ATÉ F – UMA OPÇÃO POR ITEM**)

- |   |          |          |
|---|----------|----------|
| A) Vale-transporte                      | 1( ) Sim | 2( ) Não |
| B) Vale-refeição ou refeição na empresa | 1( ) Sim | 2( ) Não |
| C) Seguro-saúde/ convênio               | 1( ) Sim | 2( ) Não |
| D) Férias remuneradas                   | 1( ) Sim | 2( ) Não |
| E) 13º salário                          | 1( ) Sim | 2( ) Não |
| F) Cesta básica                         | 1( ) Sim | 2( ) Não |

**### PARA QUEM TRABALHA (CÓD. 01 A 08 NA P82) ###**

P89) Quanto você recebeu no mês passado nesse trabalho (valor bruto)? (USE SEIS DÍGITOS)

R\$ |\_\_|\_|. |\_\_|\_|\_|\_|\_|\_|, |\_\_|\_|\_|\_| 999999( ) Não opinou

**### PARA QUEM TRABALHA (CÓD. 01 A 08 NA P82) ###**

P90) Esse trabalho que você faz acontece em casa ou fora de casa? (**UMA OPÇÃO**)

- 1( ) Em casa → **PULE PARA A P93B**
- 2( ) Fora de casa → **FAÇA P91 EM DIANTE**

**### PARA QUEM TRABALHA FORA DE CASA (CÓD 2 NA P90) ###**

P91) Qual o meio de transporte você usa para chegar no trabalho? (**ESPONTÂNEA - VÁRIAS OPÇÕES**)

- |                         |                             |
|-------------------------|-----------------------------|
| 01( ) A pé              | 07( ) Ônibus e metrô/trem   |
| 02( ) Só ônibus         | 08( ) Perua e metrô/trem    |
| 03( ) Só metrô/trem     | 09( ) Ônibus, perua e metrô |
| 04( ) Só perua          | 10( ) Trabalha em casa      |
| 05( ) Só automóvel/taxi | 11( ) Bicicleta             |
| 06( ) Ônibus e perua    | 97( ) Outro                 |

**### PARA QUEM TRABALHA FORA DE CASA (CÓD 2 NA P90) ###**

P92) E quanto tempo você leva para chegar neste trabalho? (USE DOIS DÍGITOS – NÃO ACEITE HORA QUEBRADA - PREENCHA COM “00”ONDE NÃO TIVER INFORMAÇÃO)

|\_\_|\_|\_| HORAS |\_\_|\_|\_| MINUTOS

**### PARA QUEM TRABALHA FORA DE CASA (CÓD 2 NA P90) ###**

**P93A)** Sem considerar esse trabalho principal que você falou, você tem outras fontes de renda em algum outro trabalho regular, ou utiliza a sua casa para produzir ou vender alguma mercadoria, ou tem algum outro bico ou trabalho ocasional? **(CASO SIM)** Quais? **(VÁRIAS OPÇÕES)**

### PARA QUEM TRABALHA EM CASA - COD1 NA P90) ###

**P93B)** Sem considerar esse trabalho principal que você falou, você tem outras fontes de renda em algum outro trabalho regular, ou tem algum outro bico ou trabalho ocasional? **(CASO SIM)** Quais? **(VÁRIAS OPÇÕES)**

### PARA QUEM NÃO TRABALHA- COD 11 A 13 NA P82) ###

**P93C)** Você tem fontes de renda em algum outro trabalho, ou utiliza a sua casa para produzir ou vender alguma mercadoria, ou tem algum outro bico ou trabalho ocasional? **(CASO SIM)** Quais? **(VÁRIAS OPÇÕES)**

<b>P93A/ B / C) Quais tem? (VÁRIAS OPÇÕES)</b>		<b>(CASO SIM) P93D) Quanto recebeu no mês passado nesse trabalho? (valor bruto)</b>
Tem outro trabalho regular	1( ) Tem 2( ) Não tem	R\$  __ .  __   __   __ ,  __   __
Utiliza sua casa para produzir ou vender alguma mercadoria (NÃO FAZER PARA QUE TRABALHA EM CASA - CÔD 1 NA P90)	1( ) Tem 2( ) Não tem	R\$  __ .  __   __   __ ,  __   __
Tem algum outro bico ou trabalho ocasional	1( ) Tem 2( ) Não tem	R\$  __ .  __   __   __ ,  __   __

### PARA TODOS ###

**P94)** Você recebeu nos últimos 6 meses alguns dos seguintes benefícios abaixo: (LEIA DE A ATÉ F – UMA OPÇÃO POR ITEM)

- |   |          |          |
|---|----------|----------|
| <b>A)</b> Aposentadoria/ pensão                 | 1( ) Sim | 2( ) Não |
| <b>B)</b> Seguro desemprego                     | 1( ) Sim | 2( ) Não |
| <b>C)</b> Aluguéis ou rendimento de poupança    | 1( ) Sim | 2( ) Não |
| <b>D)</b> Gratificações, gorjetas               | 1( ) Sim | 2( ) Não |
| <b>E)</b> Dinheiro de parentes                  | 1( ) Sim | 2( ) Não |
| <b>F)</b> Dinheiro de algum programa do governo | 1( ) Sim | 2( ) Não |

## PARA QUEM RECEBEU DINHEIRO DE PROGRAMA (CÓD. 1 NO ITEM “F” NA P94) ###

**P95)** Que programa do governo é esse do qual você recebeu dinheiro? **(VÁRIAS OPÇÕES)**

- 01( ) Bolsa família  
02( ) Renda mínima  
03( ) Renda cidadã  
04( ) Bolsa escola  
97( ) Outro Qual? |\_\_| |\_\_| |\_\_\_\_\_  
98( ) Recebe mas não sabe o nome

## PARA QUEM RECEBEU ALGUM BENEFÍCIO (CÓD. 1 NOS ITENS A ATÉ E NA P94) ###

**P96)** Qual foi o total desses outros rendimentos no último mês? (USE SEIS DÍGITOS)

R\$ |\_\_|. |\_\_| |\_\_| |\_\_|, |\_\_| |\_\_|

### PARA QUEM TRABALHA OU ESTÁ DESEMPREGADO (CÓD. 01 A 09 NA P82) ###

P97) No último ano, quantos meses você ficou sem ocupação? (USE DOIS DÍGITOS)

|\_\_|\_\_| MESES

**### PARA QUEM TRABALHA OU ESTÁ DESEMPREGADO (CÓD. 01 A 09 NA P82)**  
**###**

P98) No último ano, você ficou: (LEIA DE 1 A 3 - UMA OPÇÃO)

- 1( ) Trabalhou menos tempo do que precisava
- 2( ) Trabalhou exatamente o tempo de que precisava
- 3( ) Trabalhou mais tempo do que precisava

**### PARA TODOS ###**

- |   |          |          |
|---|----------|----------|
| 99.1 Você contribui para a previdência?         | 1( ) Sim | 2( ) Não |
| 99.2 Você contribui para o fundo de garantia?   | 1( ) Sim | 2( ) Não |
| 99.3 Você contribui para sindicato/ associação? | 1( ) Sim | 2( ) Não |
| 99.4 Você declara imposto de renda?             | 1( ) Sim | 2( ) Não |

P100) Seu marido/esposa tem rendimentos? (UMA OPÇÃO)

- 1( ) Sim
- 2( ) Não
- 3( ) Não tem marido/esposa

**### PARA QUEM TEM CÔNJUGE COM RENDIMENTOS (CÓD. 1 NA P100) ###**

P101) Qual o total dos rendimentos do seu marido/esposa (valor bruto)? (USE SEIS DÍGITOS)

R\$ |\_\_|. |\_\_|\_\_|\_\_|, |\_\_|\_\_| 999999 - Não sabe/ Não opinou

**### PARA TODOS ###**

P102) Além de você e do seu marido/ esposa, quantas outras pessoas da casa possuem rendimento? (USE DOIS DÍGITOS)

|\_\_|\_\_| PESSOAS                      98 – Mais nenhuma                      99 –  
NS/ NOP

**### PARA ONDE TEM OUTRAS PESSOAS COM RENDIMENTO**

P103) Qual o total de rendimentos dessas outras pessoas? (USE SEIS DÍGITOS)

R\$ |\_\_|. |\_\_|\_\_|\_\_|, |\_\_|\_\_| 999999 - Não sabe/ Não opinou

## **Anexo II – Análise fatorial**

A análise fatorial consiste em um tipo de técnica de redução de dados, utilizado quando as variáveis em questão estão fortemente correlacionadas, permitindo a construção de um fator único hipotético. Foi utilizado o método de componentes principais. A exclusão de variáveis do modelo deveu-se a baixa “comunalidade” (menos de 0,40) e pouca contribuição para o aumento da explicação da variância total do conjunto de dados. A matriz de correlação entre as variáveis selecionadas na análise fatorial está apresentada na Tabela 23.

**Tabela 23. Matriz de correlação entre as variáveis que entraram na composição do fator.**

	Anos de estudo do chefe	Taxa de desemprego	Renda domiciliar per capita	% Pretos e pardos	Habitantes por domicílio	% de 0 a 14 anos
Correlation	1,000	-,818	,910	-,862	-,883	-,895
Anos de estudo do chefe						
Taxa de desemprego	-,818	1,000	-,700	,810	,766	,798
Renda domiciliar per capita	,910	-,700	1,000	-,713	-,771	-,763
% Pretos e pardos	-,862	,810	-,713	1,000	,811	,914
Habitantes por domicílio	-,883	,766	-,771	,811	1,000	,902
% de 0 a 14 anos	-,895	,798	-,763	,914	,902	1,000
Sig. (1-tailed)						
Anos de estudo do chefe		,000	,000	,000	,000	,000
Taxa de desemprego	,000		,000	,000	,000	,000
Renda domiciliar per capita	,000	,000		,000	,000	,000
% Pretos e pardos	,000	,000	,000		,000	,000
Habitantes por domicílio	,000	,000	,000	,000		,000
% de 0 a 14 anos	,000	,000	,000	,000	,000	

A Tabela 24, a seguir, apresenta as comunalidades de cada uma das variáveis que entraram na composição do fator, indicando que todas as comunalidades são bastante elevadas.

**Tabela 24– Comunalidades**

Variáveis	Inicial	Extração
Anos de estudo do chefe	1,000	,941
Taxa de desemprego	1,000	,778
Renda domiciliar per capita	1,000	,767
% Pretos e pardos	1,000	,854
Habitantes por domicílio	1,000	,862
% de 0 a 14 anos	1,000	,910

A Tabela 25, a seguir, apresenta o total da variância explicada pelo fator escolhido.

**Tabela 25 – Total da variância explicada**

Fator	Eigenvalues iniciais			Soma dos quadrados		
	Total	% da Variância	Cumulativo %	Total	% da Variância	Cumulativo %
1	5,112	85,200	85,200	5,112	85,200	85,200
2	,362	6,036	91,237			
3	,254	4,227	95,463			
4	,171	2,852	98,315			
5	,058	,971	99,286			
6	,043	,714	100,000			

As cargas fatoriais, que indicam a importância relativa das variáveis do Censo em cada fator, estão apresentadas na Tabela 26.

**Tabela 26. Cargas fatoriais das variáveis componentes.**

Variáveis	Fator 1
Anos de estudo do chefe	-,970
Taxa de desemprego	,882
Renda domiciliar per capita	-,876
% Pretos e pardos	,924
Habitantes por domicílio	,928
% de 0 a 14 anos	,954

## **Anexo III – Técnica de Chaid**

A técnica CHAID permite classificar hierarquicamente os indivíduos por meio de um modelo log-linear. A partir de uma tabela de dupla entrada entre a variável preditora e a dependente, o modelo testa para a variável preditora todas as partições possíveis de suas categorias, procurando aquela que apresenta o maior valor para a estatística qui-quadrado. A partir da escolha da partição os dados são agrupados segundo essa partição e uma nova análise é realizada dentro de cada subgrupo repetindo-se o procedimento anterior para a variável dependente e os demais preditores.

Estatisticamente, cada agrupamento é gerado a partir de um teste de independência entre a variável resposta (Y) e a variável preditora (X) em uma tabela de dupla entrada. No caso de Y ser nominal a hipótese alternativa é

$$H_a : \ln\left(\frac{E_{ij}}{Z_{ij}}\right) = \lambda + \lambda_i^X + \lambda_j^Y + \lambda_{ij}^{XY}$$

dada por: , com  $E_{ij}$  correspondendo ao valor esperado para a casela  $ij$  sob a hipótese nula e  $Z_{ij} = 1/W_{ij}$  ( $W_{ij}$  representa

a média dos pesos amostrais). A hipótese nula é dada por:  $H_0 : \lambda_{ij}^{XY} = 0$  , que

representa a independência entre X e Y. A estatística do teste é o  $\chi^2$  . No caso de Y ser ordinal a hipótese alternativa é escrita como:

$$H_a : \ln\left(\frac{E_{ij}}{Z_{ij}}\right) = \lambda + \lambda_i^X + \lambda_j^Y + a_i(b_i - \bar{b})$$

, com  $b_i$  corresponde ao escore da primeira categoria de Y,  $\bar{b}$  corresponde a média dos escores e  $a_i$  um parâmetro desconhecido para a categoria  $y_j$  de Y. A hipótese nula é dada por:

$H_0 : a_1 = a_2 = \dots = a_l$  , com  $l$  igual ao número de categorias de X, o que é equivalente a um teste de médias. E a estatística do teste é a razão de verossimilhança.

Operacionalmente, o procedimento pode ser descrito como:

1a Etapa: Para cada variável preditora (X) é construída uma tabela de contingência de dupla entrada com a variável resposta (Y). Para todas as

combinações possíveis das categorias da variável X é calculado a estatística  $\chi^2$  é selecionada a combinação na qual o nível descritivo do teste (p-value) é menor do que o valor crítico ( $\alpha$ ) pré-especificado. Escolhe-se a partição com o menor p-value.

2a Etapa: Em cada segmento criado repete-se o procedimento descrito na etapa 1.

Alguns parâmetros devem ser fixados para a realização dos testes de hipóteses. No presente caso especificou-se um valor crítico ( $\alpha$ ) de 0,05, para realização de partições exigiu-se um número mínimo +de 100 casos e nenhuma partição gerada poderia ter menos de 50 casos.

## **Anexo IV – Tabelas**

**Tabela 27**  
**Percepção da vizinhança, segundo domicílios localizados em áreas de favela e loteamentos clandestinos. Município de São Paulo, 2004.**

Percepção da vizinhança	Favelas e loteamentos		Total
	não	sim	
Rica	1,7%	,3%	,9%
De classe média	40,4%	17,2%	27,6%
Pobre	50,1%	63,0%	57,2%
Favela	7,8%	19,5%	14,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CEM-Cebrap/Ibope. Survey de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

**Tabela 28**  
**Situação do terreno, segundo domicílios localizados em áreas de favela e loteamentos clandestinos. Município de São Paulo, 2004.**

Terreno da casa	favelas e loteamentos		Total
	não	sim	
Compraram	40,1%	45,3%	43,0%
Ganharam do governo	5,4%	10,9%	8,5%
Ocuparam	12,7%	25,0%	19,4%
Alugaram	5,6%	9,3%	16,7%
Foi cedido por família/ amigos	14,4%	8,0%	10,8%
Outro	1,8%	1,5%	1,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CEM-Cebrap/Ibope. Survey de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

**Tabela 29**  
**Construção ou reforma da casa, segundo domicílios localizados em áreas de favela e loteamentos clandestinos. Município de São Paulo, 2004.**

Construção ou reforma da casa	favelas e loteamentos		Total
	não	sim	
Construção da casa	22,0%	30,7%	26,8%
Construção de um ou mais cômodos na casa e/ou laje	11,2%	18,2%	15,0%
Mudança do piso ou telhado (de um ou mais cômodos)	6,7%	5,6%	6,1%
Outros tipos de reformas (pintura, reboco, parte hidráulica,	14,6%	12,5%	13,4%
Não fizeram	45,5%	33,1%	38,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CEM-Cebrap/Ibope. Survey de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

**Tabela 30**  
**Revestimento externo das paredes, segundo domicílios localizados em áreas de favela e loteamentos clandestinos. Município de São Paulo, 2004.**

Revestimento - paredes externas	favelas e loteamentos		Total
	não	sim	
Totalmente revestidas (pintura, azulejo, pastilha...)	64,1%	42,9%	52,4%
Parcialmente revestidas	20,3%	33,3%	27,5%
Não revestidas, com alvenaria ou tijolo exposto	11,2%	20,1%	16,1%
Não revestidas, com madeira, papelão, etc	4,4%	3,8%	4,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CEM-Cebrap/Ibope. Survey de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

**Tabela 31**  
**Revestimento interno das paredes, segundo domicílios localizados em áreas de favela e loteamentos clandestinos. Município de São Paulo, 2004.**

Revestimento - paredes internas	favelas e loteamentos		Total
	não	sim	
Totalmente revestidas (pintura, azulejo, pastilha...)	72,0%	55,5%	62,9%
Parcialmente revestidas	17,7%	28,9%	23,9%
Não revestidas, com alvenaria ou tijolo exposto	6,4%	11,8%	9,4%
Não revestidas, com madeira, papelão, etc	4,0%	3,7%	3,9%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CEM-Cebrap/Ibope. Survey de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

**Tabela 32**  
**Proximidade a córregos, segundo domicílios localizados em áreas de favela e loteamentos clandestinos. Município de São Paulo, 2004.**

A até 100m do córrego	favelas e loteamentos		Total
	não	sim	
não	35,7%	30,9%	32,8%
sim	64,3%	69,1%	67,2%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CEM-Cebrap/Ibope. Survey de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

**Tabela 33**

**Presença de caixa d'água com tampa, segundo domicílios localizados em áreas de favela e loteamentos clandestinos. Município de São Paulo, 2004.**

Caixa d'água com tampa	favelas e loteamentos		Total
	não	sim	
Sim	72,8%	57,5%	64,4%
Não	27,2%	42,5%	35,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CEM-Cebrap/Ibope. *Survey* de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

**Tabela 34**

**Presença de telhado com vazamentos, segundo domicílios localizados em áreas de favela e loteamentos clandestinos. Município de São Paulo, 2004.**

Telhado com vazamentos	favelas e loteamentos		Total
	não	sim	
Sim	37,5%	43,2%	40,7%
Não	62,5%	56,8%	59,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CEM-Cebrap/Ibope. *Survey* de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

**Tabela 35**

**Presença de iluminação interna, segundo domicílios localizados em áreas de favela e loteamentos clandestinos. Município de São Paulo, 2004.**

Iluminação da casa	favelas e loteamentos		Total
	não	sim	
Sim	79,2%	80,3%	79,8%
Não	20,8%	19,7%	20,2%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CEM-Cebrap/Ibope. *Survey* de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

**Tabela 36**

**Presença de umidade nas paredes, segundo domicílios localizados em áreas de favela e loteamentos clandestinos. Município de São Paulo, 2004.**

Umidade nas paredes	favelas e loteamentos		Total
	não	sim	
Sim	49,6%	57,4%	53,9%
Não	50,4%	42,6%	46,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CEM-Cebrap/Ibope. *Survey* de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

**Tabela 37**

**Portas e janelas bem conservadas, segundo domicílios localizados em áreas de favela e loteamentos clandestinos. Município de São Paulo, 2004.**

Conservação de portas e janelas	favelas e loteamentos		Total
	não	sim	
Sim	72,5%	71,7%	72,0%
Não	27,5%	28,3%	28,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CEM-Cebrap/Ibope. Survey de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

**Tabela 38**

**Presença de barulho na vizinhança, segundo domicílios localizados em áreas de favela e loteamentos clandestinos. Município de São Paulo, 2004.**

Barulho na vizinhança	favelas e loteamentos		Total
	não	sim	
Sim	38,7%	48,2%	43,9%
Não	61,3%	51,8%	56,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CEM-Cebrap/Ibope. Survey de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

**Tabela 39**

**Presença de fumaça na vizinhança, segundo domicílios localizados em áreas de favela e loteamentos clandestinos. Município de São Paulo, 2004.**

Fumaça	favelas e loteamentos		Total
	não	sim	
Sim	28,3%	26,1%	27,1%
Não	71,7%	73,9%	72,9%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CEM-Cebrap/Ibope. Survey de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

**Tabela 40**

**Segurança da vizinhança, segundo domicílios localizados em áreas de favela e loteamentos clandestinos. Município de São Paulo, 2004.**

É seguro andar à noite	favelas e loteamentos		Total
	não	sim	
Sim	59,9%	60,4%	60,2%
Não	40,1%	39,6%	39,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CEM-Cebrap/Ibope. Survey de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

**Tabela 41**  
**Cobertura de alguns serviços urbanos nos domicílios mais pobres**  
**(%), segundo sexo do responsável pelo domicílio.**  
**Município de São Paulo, 2004.**

Serviços	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Rede de água	96,03	97,26	96,72
Água chega todo dia	92,54	91,64	92,03
Energia elétrica	97,66	97,15	97,37
Rede de esgoto	73,62	76,02	74,98
Coleta de lixo	90,81	94,18	92,72
Calçamento	83,56	83,77	83,68
Iluminação	74,79	76,89	75,98
Transporte público próximo	89,61	89,57	89,59
Parque ou praça	43,96	48,92	46,76

Fonte: CEM-Cebrap/Ibope. Survey de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

**Tabela 42**  
**Cobertura de alguns serviços urbanos nos domicílios mais pobres**  
**(%), segundo idade do responsável pelo domicílio.**  
**Município de São Paulo, 2004.**

Serviços	Idade			Total
	18 a 29	30 a 49	50 e mais	
Rede de água	93,32	97,02	99,37	96,72
Água chega todo dia	91,08	90,53	95,38	92,03
Energia elétrica	94,27	98,01	99,15	97,37
Rede de esgoto	69,66	74,91	80,03	74,98
Coleta de lixo	89,78	92,43	95,93	92,72
Calçamento	77,20	82,15	92,32	83,68
Iluminação	67,20	76,75	82,82	75,98
Transporte público próximo	89,49	89,39	90,02	89,59
Parque ou praça	41,84	46,38	52,04	46,76

Fonte: CEM-Cebrap/Ibope. Survey de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

**Tabela 43**  
**Idade do responsável pelo domicílio, segundo tempo no bairro.**  
**Município de São Paulo, 2004.**

Idade	Tempo no bairro					Total
	Menos de 4 anos	De 4 a 10 anos	Mais de 10 a 23 anos	Mais de 23 anos	Nasceu aqui	
18 a 29	41,6%	29,3%	19,5%	8,1%	52,3%	25,4%
30 a 49	45,0%	52,7%	54,2%	34,6%	36,0%	47,2%
50 e mais	13,4%	18,0%	26,3%	57,3%	11,7%	27,5%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CEM-Cebrap/Ibope. Survey de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

**Tabela 44**  
**Cobertura de alguns serviços urbanos nos domicílios mais pobres**  
**(%), segundo anos médios de estudo do responsável pelo domicílio.**  
**Município de São Paulo, 2004.**

Serviços	Anos de estudo				Total
	0 a 3 anos de estudo	4 a 7 anos de estudo	8 a 10 anos de estudo	11 anos de estudo e mais	
Rede de água	97,03	96,62	95,86	97,35	96,72
Água chega todo dia	92,77	91,48	92,35	91,84	92,03
Energia elétrica	97,44	97,95	94,79	98,38	97,37
Rede de esgoto	68,12	76,05	77,94	81,04	74,98
Coleta de lixo	93,34	91,33	92,63	95,36	92,72
Calçamento	81,88	83,67	82,77	87,73	83,68
Iluminação	74,01	74,74	78,47	80,06	75,98
Transporte público próximo	86,15	89,15	91,92	94,27	89,59
Parque ou praça	46,21	46,51	40,50	54,79	46,76

**Fonte:** CEM-Cebrap/Ibope. Survey de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

**Tabela 45**  
**Cobertura de alguns serviços urbanos nos domicílios mais pobres**  
**(%), segundo cor do responsável pelo domicílio.**  
**Município de São Paulo, 2004.**

Serviços	Cor		Total
	Não branco	Branco	
Rede de água	96,33	97,19	96,72
Água chega todo dia	90,32	94,04	92,03
Energia elétrica	97,40	97,34	97,37
Rede de esgoto	73,50	76,74	74,98
Coleta de lixo	91,61	94,03	92,72
Calçamento	82,62	84,95	83,68
Iluminação	72,61	79,98	75,98
Transporte público próximo	89,20	90,04	89,59
Parque ou praça	43,50	50,63	46,76

**Fonte:** CEM-Cebrap/Ibope. Survey de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

**Tabela 46**  
**Cor do responsável pelo domicílio, segundo renda familiar per capita. Município de São Paulo, 2004.**

Cor	Renda familiar per capita					Total
	Até 0,5 s.m.	Mais de 0,5 a 1 s.m.	Mais de 1 a 2 s.m.	Mais de 2 a 5 s.m.	Mais de 5 s.m.	
não branco	61,2%	48,8%	52,1%	40,5%	16,1%	54,3%
branco	38,8%	51,2%	47,9%	59,5%	83,9%	45,7%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

**Fonte:** CEM-Cebrap/Ibope. Survey de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

**Tabela 47**  
**Cobertura de alguns serviços urbanos nos domicílios mais pobres**  
**(%), segundo renda do chefe de domicílio no macro-ambiente (3km).**  
**Município de São Paulo, 2004.**

Serviços	Renda do chefe no macro-ambiente (sm)			Total
	Mais de 3 a 5 s.m.	Mais de 5 a 10 s.m.	Mais de 10 s.m.	
Rede de água	94,98	98,34	98,27	96,66
Água chega todo dia	89,61	92,88	94,34	91,48
Energia elétrica	95,12	99,24	99,55	97,23
Rede de esgoto	74,79	73,65	87,00	76,05
Coleta de lixo	92,12	94,73	94,59	93,41
Calçamento	79,99	87,73	92,61	84,55
Iluminação	70,00	80,96	83,42	75,84
Transporte público próximo	89,26	91,68	89,13	90,12
Parque ou praça	40,97	52,34	61,42	47,91

**Fonte:** CEM-Cebrap/Ibope. *Survey* de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

**Tabela 48**  
**Cobertura de alguns serviços urbanos nos domicílios mais pobres**  
**(%), segundo renda do chefe de domicílio no micro-ambiente (500m).**  
**Município de São Paulo, 2004.**

Serviços	Renda do chefe no micro-ambiente (sm)				Total
	Mais de 2 a 3 s.m.	Mais de 3 a 5 s.m.	Mais de 5 a 10 s.m.	Mais de 10 s.m.	
Rede de água	91,76	96,60	97,73	97,87	96,66
Água chega todo dia	89,78	93,09	89,77	93,77	91,48
Energia elétrica	94,21	96,57	98,17	99,73	97,23
Rede de esgoto	84,78	73,94	73,37	88,07	76,05
Coleta de lixo	93,95	95,34	90,53	96,88	93,41
Calçamento	80,82	86,76	80,72	96,30	84,55
Iluminação	77,68	73,60	75,18	87,48	75,84
Transporte público próximo	93,56	88,64	90,66	90,57	90,12
Parque ou praça	26,78	42,99	53,48	71,51	47,91

**Fonte:** CEM-Cebrap/Ibope. *Survey* de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

**Tabela 49**  
**Cobertura de alguns serviços urbanos nos domicílios mais pobres**  
**(%), segundo proximidade a córregos. Município de São Paulo, 2004.**

Serviços	Domicílio a até 100m do córrego		Total
	não	sim	
Rede de água	99,35	94,24	95,91
Água chega todo dia	86,27	93,01	90,72
Energia elétrica	99,39	95,34	96,66
Rede de esgoto	83,11	58,22	66,32
Coleta de lixo	96,15	89,53	91,69
Calçamento	85,44	76,04	79,11
Iluminação	83,89	66,28	72,04
Transporte público próximo	92,06	87,50	88,99
Parque ou praça	44,88	44,24	44,45

**Tabela 50**  
**Cobertura de alguns serviços urbanos nos domicílios mais pobres**  
**(%), segundo tempo no bairro (em anos). Município de São Paulo, 2004.**

Serviços	Tempo no bairro					Total
	Menos de 4 anos	De 4 a 10 anos	Mais de 10 a 23 anos	Mais de 23 anos	Nasceu aqui	
Rede de água	96,43	93,53	98,30	98,79	96,52	96,72
Água chega todo dia	91,03	89,77	91,69	95,51	94,49	92,01
Energia elétrica	97,05	95,65	98,80	99,22	93,03	97,47
Rede de esgoto	68,64	71,85	69,95	88,64	89,89	74,97
Coleta de lixo	90,87	88,65	93,51	97,99	94,38	92,70
Calçamento	73,43	77,12	88,69	93,22	90,86	83,79
Iluminação	69,70	65,46	80,47	86,80	86,06	76,04
Transporte público próximo	89,17	87,84	89,71	91,01	93,84	89,57
Parque ou praça	48,59	39,52	47,23	51,52	56,93	46,78

Fonte: CEM-Cebrap/Ibope. Survey de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

**Tabela 51**  
**Cobertura de alguns serviços urbanos nos domicílios mais pobres**  
**(%), segundo migrantes de outros estados. Município de São Paulo, 2004.**

Serviços	Nasceram fora do Estado de SP		Total
	não	sim	
Rede de água	96,62	96,79	96,72
Água chega todo dia	91,98	92,06	92,03
Energia elétrica	96,38	98,02	97,37
Rede de esgoto	80,90	71,09	74,98
Coleta de lixo	94,59	91,49	92,72
Calçamento	86,25	82,00	83,68
Iluminação	77,74	74,83	75,98
Transporte público próximo	90,54	88,97	89,59
Parque ou praça	49,99	44,67	46,76

Fonte: CEM-Cebrap/Ibope. Survey de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

**Tabela 52**  
**Indicador sintético de acesso a serviços urbanos, segundo sexo do responsável pelo domicílio. Município de São Paulo, 2004.**

Indicador	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Serviços Inadequados	38,8%	38,9%	38,9%
Serviços Deficientes	37,3%	30,2%	33,3%
Serviços Adequados	23,9%	30,9%	27,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CEM-Cebrap/Ibope. Survey de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

**Tabela 53**  
**Indicador sintético de acesso a serviços urbanos, segundo idade do responsável pelo domicílio. Município de São Paulo, 2004.**

Indicador	Idade			Total
	18 a 29	30 a 49	50 e MAIS	
Serviços Inadequados	49,2%	39,3%	28,5%	38,9%
Serviços Deficientes	28,7%	33,9%	36,5%	33,3%
Serviços Adequados	22,1%	26,7%	35,1%	27,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

**Fonte:** CEM-Cebrap/Ibope. Survey de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

**Tabela 54**  
**Indicador sintético de acesso a serviços urbanos, segundo cor do responsável pelo domicílio. Município de São Paulo, 2004.**

Indicador	Cor		Total
	não branco	branco	
Serviços Inadequados	41,2%	36,1%	38,9%
Serviços Deficientes	33,5%	33,1%	33,3%
Serviços Adequados	25,4%	30,8%	27,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

**Fonte:** CEM-Cebrap/Ibope. Survey de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

**Tabela 55**  
**Indicador sintético de acesso a serviços urbanos, segundo anos médios de estudo do responsável pelo domicílio. Município de São Paulo, 2004.**

Indicador	Anos de estudo				Total
	0 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 anos	
Serviços Inadequados	44,2%	40,0%	35,3%	30,4%	38,9%
Serviços Deficientes	32,0%	33,1%	36,5%	32,8%	33,3%
Serviços Adequados	23,8%	27,0%	28,2%	36,8%	27,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

**Fonte:** CEM-Cebrap/Ibope. Survey de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

**Tabela 56**  
**Indicador sintético de acesso a serviços urbanos, segundo renda familiar per capita (sm). Município de São Paulo, 2004.**

Indicador	Renda familiar per capita					Total
	Até 0,5 s.m.	Mais de 0,5 a 1 s.m.	Mais de 1 a 2 s.m.	Mais de 2 a 5 s.m.	Mais de 5 s.m.	
Serviços Inadequados	46,3%	35,9%	29,5%	23,9%	8,1%	38,9%
Serviços Deficientes	29,7%	36,5%	34,6%	36,6%	34,0%	33,3%
Serviços Adequados	24,0%	27,7%	35,9%	39,5%	57,9%	27,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

**Fonte:** CEM-Cebrap/Ibope. Survey de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

**Tabela 57**  
**Indicador sintético de acesso a serviços urbanos, segundo proximidade a córregos. Município de São Paulo, 2004.**

Indicador	a até 100m do córrego		Total
	não	sim	
Serviços Inadequados	34,7%	52,4%	46,6%
Serviços Deficientes	35,7%	29,5%	31,5%
Serviços Adequados	29,6%	18,1%	21,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

**Fonte:** CEM-Cebrap/Ibope. Survey de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

**Tabela 58**  
**Indicador sintético de acesso a serviços urbanos, segundo renda do chefe no micro-ambiente (sm). Município de São Paulo, 2004.**

Indicador	Renda do chefe no micro-ambiente				Total
	Mais de 2 a 3 s.m.	Mais de 3 a 5 s.m.	Mais de 5 a 10 s.m.	Mais de 10 s.m.	
Serviços Inadequados	35,7%	43,1%	37,2%	18,2%	37,9%
Serviços Deficientes	48,6%	32,0%	32,0%	29,7%	33,6%
Serviços Adequados	15,7%	24,8%	30,8%	52,1%	28,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

**Fonte:** CEM-Cebrap/Ibope. Survey de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

**Tabela 59**  
**Indicador sintético de acesso a serviços urbanos, segundo renda do chefe no macro ambiente (sm). Município de São Paulo, 2004.**

Indicador	Renda do chefe no macro-ambiente			Total
	Mais de 3 a 5 s.m.	Mais de 5 a 10 s.m.	Mais de 10 s.m.	
Serviços Inadequados	45,0%	33,4%	23,8%	37,9%
Serviços Deficientes	33,2%	34,1%	33,4%	33,6%
Serviços Adequados	21,8%	32,5%	42,8%	28,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

**Fonte:** CEM-Cebrap/Ibope. Survey de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

**Tabela 60**  
**Indicador sintético de acesso a serviços urbanos, segundo domicílios em área de favela ou loteamento. Município de São Paulo, 2004.**

Indicador	favelas e loteamentos		Total
	não	sim	
Serviços Inadequados	30,7%	44,7%	38,4%
Serviços Deficientes	34,4%	32,0%	33,1%
Serviços Adequados	34,9%	23,3%	28,5%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

**Fonte:** CEM-Cebrap/Ibope. Survey de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

**Tabela 61**  
**Indicador sintético de acesso a serviços urbanos, segundo o Moran local para o fator de privação. Município de São Paulo, 2004.**

Indicador	Moran local			Total
	intermediário	alto-alto	baixo-baixo	
Serviços Inadequados	35,7%	45,7%	20,8%	38,4%
Serviços Deficientes	31,8%	33,8%	33,2%	33,1%
Serviços Adequados	32,5%	20,5%	46,0%	28,5%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CEM-Cebrap/Ibope. Survey de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

**Tabela 62**  
**Indicador sintético de acesso a serviços urbanos, segundo tempo de residência no bairro (em anos). Município de São Paulo, 2004.**

Indicador	Tempo no bairro					Total
	Menos de 4 anos	De 4 a 10 anos	Mais de 10 a 23 anos	Mais de 23 anos	Nasceu aqui	
Serviços Inadequados	44,1%	50,8%	38,6%	21,7%	26,6%	38,8%
Serviços Deficientes	32,3%	28,6%	35,1%	39,5%	24,1%	33,3%
Serviços Adequados	23,6%	20,6%	26,3%	38,8%	49,3%	27,9%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CEM-Cebrap/Ibope. Survey de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

**Tabela 63**  
**Indicador sintético de acesso a serviços urbanos, segundo migrantes de outros estados. Município de São Paulo, 2004.**

Indicador	Nasceram fora do Estado de SP		Total
	não	sim	
Serviços Inadequados	33,3%	42,5%	38,9%
Serviços Deficientes	33,9%	32,9%	33,3%
Serviços Adequados	32,8%	24,6%	27,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CEM-Cebrap/Ibope. Survey de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

**Tabela 64**  
**Indicador sintético de acesso a serviços urbanos, segundo migrantes do Nordeste. Município de São Paulo, 2004.**

Indicador	Migrante do Nordeste		Total
	não	sim	
Serviços Inadequados	37,2%	44,1%	42,5%
Serviços Deficientes	37,5%	31,5%	32,9%
Serviços Adequados	25,3%	24,4%	24,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CEM-Cebrap/Ibope. Survey de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

**Tabela 65**  
**Indicador sintético de acesso a serviços urbanos, segundo**  
**participação quinzenal em associação religiosa.**  
**Município de São Paulo, 2004.**

Indicador	participação quinzenal em associação religiosa		Total
	não	sim	
Serviços Inadequados	43,5%	32,5%	38,9%
Serviços Deficientes	31,1%	36,3%	33,3%
Serviços Adequados	25,4%	31,2%	27,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CEM-Cebrap/Ibope. Survey de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

**Tabela 66**  
**Indicador sintético de acesso a serviços urbanos, segundo**  
**participação anual em associação não religiosa.**  
**Município de São Paulo, 2004.**

Indicador	participação anual em algum tipo de associação que não religiosa		Total
	não	sim	
Serviços Inadequados	42,5%	36,4%	38,9%
Serviços Deficientes	33,2%	33,4%	33,3%
Serviços Adequados	24,3%	30,2%	27,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CEM-Cebrap/Ibope. Survey de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

**Tabela 67**  
**Indicador sintético de acesso a serviços urbanos, segundo**  
**preferência por partido político. Município de São Paulo, 2004.**

Indicador	preferência por algum partido político		Total
	não	sim	
Serviços Inadequados	42,8%	35,5%	39,8%
Serviços Deficientes	30,5%	35,4%	32,5%
Serviços Adequados	26,7%	29,1%	27,7%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: CEM-Cebrap/Ibope. Survey de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

**Tabela 68**  
**Indicador sintético de acesso a serviços urbanos, segundo níveis**  
**de investimentos estatais em infra-estrutura viária.**  
**Município de São Paulo, 2004.**

Indicador	faixas de investimento viário por área			Total
	investimento baixo	investimento médio	investimento alto	
Serviços Inadequados	35,9%	40,7%	37,4%	38,4%
Serviços Deficientes	31,8%	34,4%	32,3%	33,1%
Serviços Adequados	32,3%	24,9%	30,2%	28,5%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

**Fonte:** CEM-Cebrap/Ibope. *Survey* de acesso da população mais pobre de São Paulo a Serviços Públicos. Novembro de 2004.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)